UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Rafael Del'Omo Filho

AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA REALIDADE BRASILEIRA

Marília

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

Rafael Del'Omo Filho

AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA REALIDADE BRASILEIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações do mundo do trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo

Marília

2014

Del'Omo Filho, Rafael.
D361p As primeiras interpretações marxistas da realidade brasileira / Rafael Del'Omo Filho. – Marília, 2014.
150 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.
Bibliografia: f. 145-150
Orientador: Antônio Carlos Mazzeo.

1. Comunismo. 2. Historiografia marxista - Brasil. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. I. Título.

CDD 335.4

Nome: DEL'OMO F., Rafael
Título: As primeiras interpretações marxistas da realidade brasileira

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo Instituição: UNESP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dr. Anderson Deo Instituição: UNESP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Osvaldo Coggiola Instituição: USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

DEL'OMO F., Rafael. As primeiras interpretações marxistas da realidade brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

Essa dissertação pretende apresentar as primeiras interpretações marxistas acerca da realidade brasileira e sua interconexão, seus elementos comuns e divergentes. Partimos de algumas considerações iniciais sobre como o autor dessa dissertação compreende em linhas gerais o desenvolvimento brasileiro até o período das obras estudadas e da situação de divisão no marxismo internacional e sua influência sobre tais obras. As interpretações analisadas referem-se às de Octávio Brandão, autor de *Agrarismo e Industrialismo – Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de Classes no Brasil*, na qual há uma primeira tentativa de compreender o Brasil utilizando-se de alguns conceitos da metodologia materialista-histórica; as produzidas pela Liga Comunista (posteriormente Liga Comunista Internacionalista), seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional liderada por Leon Trotsky; e por fim a obra consagrada de Caio Prado Júnior, responsável por uma das principais leituras do passado colonial brasileiro. Ateremos-nos com especial ênfase às duas últimas pela sua proximidade na análise e no maior rigor analítico empregado e pelas suas disparidades programáticas. Como se espera do materialismo histórico, suas análises não se limitam à pura compreensão abstrata, mas servem para fundamentar sua ação prática, elemento presente nas três interpretações aqui tratadas. Nas conclusões finais, teceremos breves comparações entre as obras em caráter de síntese do exposto ao longo da dissertação bem como as considerações próprias do autor sobre o tema em questão.

Palavras-chave: Marxismo, Trotskismo, Sentido da colonização.

ABSTRACT

DEL'OMO F., Rafael. The first three Marxist interpretations of Brazilian reality. 2014. Thesis (Master) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

This thesis aims to present the first three Marxist interpretations about the Brazilian reality and their interconnection, their commonalities and differences. We start from some initial considerations of the author of this dissertation comprehension about the Brazilian development until the period of the works studied and the situation in the international division of Marxism and its influence on such works. Interpretations analyzed refer to Octavio Brandão, author of *Agrarianism and Industrialism - Marxist-Leninist Essay on the revolt of St. Paul and the War of Classes in Brazil*, in which there is a first attempt to understand Brazil using some concepts of materialist historical methodology; those produced by the Communist League (Internationalist Communist League later) , Brazilian section of the International Left Opposition lead by Leon Trotsky , and finally the consecrated work of Caio Prado Junior , responsible for the major interpretation of Brazilian past colonial. We stick with particular emphasis on the last two because of its proximity in analyzing and greater analytical rigor used and its programmatic differences. As expected from the historical materialism, their analysis is not limited to pure abstract understanding, but they serve to substantiate their practical action, element in the three interpretations addressed here. In the final conclusions , weave brief comparisons between those works in character synthesis of the foregoing throughout the dissertation as well as the author's own views on this topic.

Keywords: Marxism, Trotskyism, Sense of colonization.

SUMÁRIO

Apresentação.....7

CAPÍTULO 1 – Prolegômenos.....10

1.1. Apontamentos sobre o Brasil e algumas interpretações.....10

1.2. Apontamentos sobre o VII Congresso da Internacional Comunista.....16

1.3. Internacional Comunista e América Latina.....22

CAPÍTULO 2 – Primeiras formulações.....28

2.1. Antecedentes ao PCB 28

2.2. Os primeiros passos do PCB 33

2.3. Octávio Brandão – Alguns elementos biográficos.....35

2.4. Octávio Brandão – *Agrarismo e Industrialismo*.....40

2.5. *Agrarismo e Industrialismo* – O papel do imperialismo.....44

2.6. *Agrarismo e Industrialismo* – O papel do proletariado.....46

2.7. Conclusões preliminares.....48

CAPÍTULO 3 - Oposição de Esquerda no Brasil.....53

3.1. Preliminares: Alguns aspectos da teoria da revolução permanente e sobre desenvolvimento desigual e combinado.....54

3.2. Internacional Comunista, PCB e etapismo.....60

3.3. Mario Pedrosa e a fundação do Grupo Comunista Lênin.....64

3.4. A Liga Comunista e suas primeiras elaborações.....67

3.5. Liga Comunista: Formação econômica e social brasileira.....71

3.6. Programa, Constituinte e Frente Única.....84

CAPÍTULO 4 - Caio Prado Júnior.....92

4.1. Elementos biográficos.....92

4.2. Colônia: *Evolução* à *Formação*.....95

4.2.1. A Colônia em *Formação*.....98

4.3. A “revolução” da Independência (*Evolução*).....108

4.4. Suspensão do tráfico, abolição e modernização (*Evolução*).....112

4.5. História Econômica do Brasil: Elementos de síntese, a não superação do sentido e a perspectiva nacional desenvolvimentista 113

4.6. O “sentido” da Revolução Brasileira e algumas conclusões.....122

CAPÍTULO 5. Comparações, considerações e conclusões 127

ANEXO I – Crítica de Lívio Xavier à Evolução Política do Brasil.....136

ANEXO II – Resposta de Caio Prado Júnior a Lívio Xavier.....139

Referências Biográficas.....144

Apresentação

Ainda hoje há muita polêmica na historiografia brasileira no que se refere à formação histórica do nosso país. Nesse terreno, a historiografia marxista deu uma série de contribuições sem, no entanto, chegar a uma conclusão definitiva capaz de encerrar a polêmica. A obra de Caio Prado Júnior é, definitivamente, um marco que se impôs com o tempo como a principal interpretação do nosso passado colonial, ganhando destaque na chamada "geração de 30", conhecidos como "intérpretes do Brasil"[1]; ainda que, no próprio campo do marxismo, posteriormente, se desenvolvam algumas críticas a esse modelo interpretativo, como Nelson Werneck Sodré, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender entre outros. O nosso objetivo é discutir as primeiras interpretações marxistas produzidas no Brasil partindo de duas outras concepções que em alguns aspectos antecipam e em outros refutam a produção pradiana, a do "pioneiro" Octávio Brandão e a da primeira geração do trotskismo brasileiro.

Partimos de uma breve introdução na qual pretendemos apresentar a nossa concepção acerca do desenvolvimento brasileiro até a época das publicações aqui tratadas e dar alguns elementos do debate marxista internacional, em particular o caso russo, uma vez que esses incidem diretamente sobre tais elaborações. Em seguida, dividimos essa dissertação

[1] Referência ao famoso prefácio de Antônio Candido à 5ª edição de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (2004), referindo-se à obra prefaciada por Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior: "São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo [...] Diferente dos anteriores, *Formação do Brasil contemporâneo* surgiu nove anos depois do primeiro, seis depois do segundo, em pleno Estado Novo repressivo e renovador. Nele se manifestava um autor que não disfarçava o labor da composição nem se preocupava com a beleza ou expressividade do estilo. Trazendo para a linha de frente os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática, dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo. Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa — como "feudalismo" ou "família patriarcal" —, mas o desnudamento operoso dos substratos materiais. Em consequência, uma exposição de tipo factual, inteiramente afastada do ensaísmo (marcante nos dois anteriores) e visando a convencer pela massa do dado e do argumento. Como linha interpretativa, o materialismo histórico, que vinha sendo em nosso meio uma extraordinária alavanca de renovação intelectual e política; e que, nessa obra, aparecia pela primeira vez como forma de captação e ordenação do real, desligado de compromisso partidário ou desígnio prático imediatista. Ao seu autor, já devíamos um pequeno livro de 1934, que atuara como choque revelador, por ter sido a primeira tentativa de síntese da nossa história baseada no marxismo: *Evolução política do Brasil." (p. 9-11).*

em três partes principais: a primeira, na qual apresentamos em linhas gerais os primórdios do marxismo no Brasil e, em especial, a obra pioneira de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Apresentamos alguns elementos sobre a origem do Partido Comunista do Brasil (PCB) – posteriormente, Partido Comunista Brasileiro, sob a mesma sigla – e os primeiros passos de uma tentativa de interpretação marxista da realidade brasileira.

Em seguida, nos debruçamos sobre as origens da seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional, surgida das lutas internas no PCB e na Internacional Comunista, como parte do embate que ocorria no comunismo internacional a partir dos desafios colocados pela burocratização do Estado operário russo e o desenvolvimento do trotskismo enquanto corrente teórica e política. Dedicamos particular atenção a essa corrente, pois, ao contrário dos outros dois autores aqui estudados, não se trata propriamente da concepção de um autor, mas, da própria organização – ainda que com destaque para Mário Pedrosa e Lívio Xavier. Mas também porque não nos legaram uma obra clássica que permita sintetizar seus pensamentos. Enquanto no estudo de Octávio Brandão podemos eleger *Agrarismo e Industrialismo* como obra capaz de expressar a visão do autor sobre a formação da realidade econômica e social brasileira e base para suas deduções programáticas; e no caso de Caio Prado Júnior podemos elencar uma série dessas, com especial atenção a sua obra capital *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, não podemos fazer o mesmo com os trotskistas. Não há um livro capaz de sintetizar seu pensamento, tivemos que construí-lo a partir de uma série de artigos deixados em seus jornais, boletins e documentos internos. No entanto, as análises nesses artigos são de tamanha profundidade que nos permite colocá-los entre as "primeiras interpretações marxistas da realidade brasileira", considerando também que suas teses influenciaram uma série de produções acadêmicas de peso, inclusive, a do próprio Caio Prado Júnior como pretendemos demonstrar nessa dissertação.

Antes das conclusões finais, analisamos a obra de Caio Prado Júnior. Evidente que não pretendemos dar conta de toda sua produção historiográfica, senão aquela restrita a década de 30 e início dos 40, que nos permite encará-lo no papel pioneiro das análises marxistas brasileiras. Assim, atemo-nos à

Evolução Política do Brasil e, especialmente, a *Formação do Brasil Contemporâneo*, ainda que date de 1942, sua contribuição é incontestável. Se em sua obra pioneira (*Evolução Política do Brasil*) já estão presentes elementos que acabariam por transformar sua interpretação da história do nosso país na principal matriz historiográfica do país, é em *Formação do Brasil Contemporâneo* que isso se consolida como um "conhecimento tácito" de nossa história, estando sua explanação em diversos manuais e livros didáticos de História do Brasil. Ainda que, nas últimas décadas, o modelo interpretativo pradiano venha sendo questionado por um setor da academia brasileira, consideramos que tais críticas não conseguiram se constituir como uma inflexão a ponto de causar uma reviravolta do paradigma analítico. Referimo-nos ao movimento mais recente de alguns professores da UFRJ, notadamente Fragoso e Florentino (*Arcaísmo como projeto*) na qual se refuta a ideia de um *sentido mercantil da colonização,* apoiando-se em importantes evidências empíricas sobre um mercado interno colonial maior do que o "reduzidíssimo" que se supunha, levantando como questão a presença de um capital residente com mecanismos de acumulação internos. Em nosso entendimento, a tentativa de unilateralizar certa acumulação interna leva a desconsiderar o significado próprio do estatuto colonial e sua função na época do mercantilismo moderno. Como coloca Fernando Novais, expoente do modelo pradiano:

> Tentam mostrar que não há acumulação externa, fazem produções teóricas em que negam os modelos interpretativos, provam que há mercado interno. Mas não é a mesma coisa a economia para o comércio externo e a acumulação primitiva. Ora, o modelo diz que há mercado interno desde Caio Prado e que sua tendência é crescer. A economia produz para exportação, mas não consegue produzir para exportação sem fazer crescer o mercado interno. O modelo não é incompatível com o desenvolvimento do mercado interno[2].

Ainda que o centro desse capítulo dedicado a Caio Prado Júnior concentre-se nessas duas obras, recorremos eventualmente a outras posteriores como *História Econômica do Brasil, A Revolução Brasileira, Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* e *A Questão Agrária no*

[2] NOVAIS *in* MORAES; REGO, 2002, p. 140-141.

Brasil para precisar uma ou outra concepção e melhor compreender a perspectiva político-programática defendida pelo autor.

Finalmente, nas conclusões, tentamos destacar quais os principais pontos de análise desses autores que resistiram à prova da História, bem como traçar algumas comparações e apontar alguns aspectos em que os oposicionistas do PCB se antecipam à formulação clássica sobre o “sentido da colonização”, ainda que sem utilizar tal designação; ideia que motivou a redação dessa dissertação.

Capítulo 1. PROLEGÔMENOS

1.1. **Apontamentos sobre o Brasil e algumas interpretações**

É impossível uma compreensão do Brasil Contemporâneo sem deter-se ao desenvolvimento mundial desde os primeiros momentos da Idade Moderna e o prenúncio de um novo modo de produção guiado pela lógica dos valores de troca. A história dessas terras certamente não começa em 1500, mas as transformações dos séculos XV-XVI assumem um sentido violentamente dominante. A começar pela hecatombe que dizimou grande parte das populações originárias; pelo contato com novas enfermidades, aprisionamentos, escravização, extermínio direto, destruição cristão-jesuítica e todo processo impositivo de aculturação subsequente.

O Brasil contemporâneo é essencialmente fruto da integração violenta dessas terras à "missão civilizadora" do velho continente; o "rio enorme e caudaloso"[3] que assume a direção de nossa história. Muito antes da famosa obra de Gilberto Freyre, um europeu era premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, por apresentar a seguinte concepção sobre "como se deve escrever a história do Brasil" publicada em 1845:

> São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular[4].

A miscigenação não aparece como uma simples confluência entre esses três agentes, Carl Von Martius reconhece as diferenças de forças colocadas, na qual o português cumpre papel dominante. Ainda que justifique o sistema de milícias portuguesas, aponta como essas foram fundamentais para a expansão

[3] MARTIUS, 1982.
[4] MARTIUS, 1982, p. 30.

colonial contra os índios e estrangeiros (franceses ou holandeses), assim pode o “rio caudaloso” se impor pela força das armas. Ainda que o centro de sua discussão esteja na questão racial, ele já aponta o papel do desenvolvimento comercial europeu para a formação dessa sociedade:

> ...quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexo com as façanhas marítimas comerciais e guerreiras dos portugueses, o que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses. Assim como estas tiveram a maior influência sobre a política e comércio da Europa, aconteceu o mesmo da parte do Brasil. O historiógrafo do Brasil ver-se-á arrastado por tais observações a jamais perder de vista na história da colonização do Brasil (...) os movimentos do comércio universal de então, e incorporá-los mais ou menos extensamente à sua história. Ele deverá tratar das diferentes vias comerciais, conduzindo ou pelo mar Vermelho, ou ao redor do Cabo de Boa Esperança, e da influência que tais vias exerceram sobre o valor de cada um dos produtos e seus preços...[5]

O século XVI data o início da era do capital, quer dizer, especificamente, a época da transição do feudalismo para o capitalismo. O início da acumulação primitiva, na qual se preparam as condições para a revolução industrial e a consolidação plena do capitalismo como sistema mundial, mas que, no entanto, convivem ainda elementos da velha sociedade feudal europeia. É, em essência, um período contraditório e de profundas transformações. Nossa colonização se vincula às aspirações da expansão ultramarina, à história europeia e mundial orientada pela lucratividade mercantil.

Os fundamentos do Brasil independente foram gestados sob essa base de mais de três séculos de colonização sistemática. As contradições que opunham colonos e portugueses foram solucionados nos termos da elite colonial mantendo mais permanências com o período anterior do que introduzindo aspectos de ruptura. A própria independência se dá de forma subordinada a Portugal e a Inglaterra; não à toa a cara da monarquia é portuguesa.

[5] MARTIUS, 1982, p. 42.

A sociedade do Brasil monárquico conserva caracteres fundamentais erigidos na colônia: a grande lavoura escravocrata agroexportadora. Uma independência limitada praticamente a livrar-se do exclusivo metropolitano acabava por dar mais competitividade a esse modelo econômico exportacionista, em vez de subvertê-lo. Esse é o fundamento do Império assentado sob a antiga elite colonial escravista. Não por acaso, finda a escravidão, cai o império ao perder o apoio de sua restrita base social. Jules Humbert-Droz, dirigente da Internacional Comunista responsável pela relação com os partidos latino-americanos, descreve da seguinte forma os processos de independência da América Portuguesa e Espanhola:

> A luta contra Espanha e Portugal não foi uma luta dos índios para recuperar suas próprias terras; foi uma luta de independência dos descendentes dos antigos colonos e grandes proprietários fundiários por libertar-se do domínio e dos tributos impostos pelas metrópoles; eles conservaram as terras conquistadas, continuaram expulsando os índios e se desenvolveram não como uma grande burguesia nacional, senão como uma classe de grandes proprietários nacionais[6].

O sistema político que emerge do golpe da República pode contar com os setores favoráveis à abolição e desejosos de medidas modernizantes, apoiando-se no setor economicamente mais dinâmico das elites agrárias como parte dos cafeicultores ao sudeste. No entanto, desde meados da vida do Império, algumas modificações começam a se operar. Ainda que a independência não altere substancialmente a orientação exportacionista da economia brasileira, os mecanismos próprios da era mercantilista e do sistema colonial do Antigo Regime já não são mais os ordenadores da política econômica. No século XIX começam a se instalar fábricas no país, bancos, companhias de navegação, estradas de ferro, entre outros.

A República Velha viverá a tensão entre os elementos modernizantes que se desenvolvem e as arcaicas instituições políticas e sociais. O coronelismo assegura nacos de poder às diversas oligarquias regionais subordinadas, por sua vez, ao centro do “café com leite”. Para combinar o local ao federal desenvolve-se a “política dos governadores”, na qual da necessária

[6]Humbert-Droz, 1978, p. 302. Tradução nossa.

relação entre esses e o executivo federal, os primeiros se comprometiam com as eleições dos candidatos oficiais.

Nessa conjuntura de relativa modernização das forças produtivas e das relações sociais em contraste às arcaicas formas políticas é que se situam os autores abordados nessa dissertação, especialmente o primeiro, Octávio Brandão. Trata-se de um convulsivo período político, com uma série de conflitos sociais: Revolta da Armada (1893-1894), Revolução Federalista (1893-95), Canudos (1893-97), Revolta da Vacina (1904), Chibata (1910), Contestado (1012-16), as greves operárias a partir de 1917, a Revolta de 18 do Forte (1922), a Revolução Libertadora (1923), a Revolta Paulista (1924) e a própria "Revolução de '30".

Essa série de conflitos mostra profundas contradições na sociedade da República Velha. Não nos interessa um apanhado geral de todos esses movimentos, mas apenas situá-las como pano de fundo e parte das interpretações aqui apresentadas, nas décadas de '20 e '30.

A primeira grande guerra colocara desafios à estrutura econômica do país que precisava se adequar às dificuldades de importação-exportação. É o primeiro momento de crise da oligarquia cafeicultora e acaba contribuindo para diversificar os investimentos de capitais, proporcionando um avanço da industrialização e da classe operária. Dai se entende a origem agrária de nossa burguesia urbano-industrial que se desenvolve desde o fim do tráfico em meados do século XIX. Situação que gerava uma contradição com o governo e o Partido Republicano Paulista (PRP): como os EUA estavam entre os maiores compradores de café, acabavam por não adotar medidas protecionistas em relação à indústria.

Além da classe operária que assumia uma posição de ofensiva, outro setor dinâmico na oposição política ao governo foram os setores intermediários urbanos, período no qual se desenvolve o tenentismo, com oficiais de baixas patentes contra as fraudes eleitorais, a carestia de vida, a falta de liberdades democráticas; dando vazão a algumas demandas democráticas contra a República Velha. Esse papel catalisador do exército será rapidamente percebido por Octávio Brandão e apontado pela Liga Comunista como "fermento aglutinante" nacional na ausência de um projeto burguês comum a todo país. Da primeira (1922) e segunda (1924) revolta surgem as Colunas

Gaúcha e Paulista que confluem na Coluna Prestes que, após três anos de batalha, refugiados em países vizinhos, levam o líder do grupo aos primeiros contatos com o marxismo.

Esse contexto de ebulição política e social chega também à consagrada Semana de Arte Moderna (SAM) de 1922, buscando dar um salto de qualidade na arte pré-modernista que se desenvolvia desde fins do século anterior. A busca por renovação é expressão própria do conjunto do espírito dessa época. Um mês somente separa as propostas de renovação da SAM da fundação do primeiro partido que se propõe a subverter a ordem política, econômica e social brasileira.

Antes de adentrar propriamente nas análises marxistas da realidade brasileira, uma pequena observação sobre a produção historiográfica de então. No início do século XX, os *Capítulos de história colonial* de Capistrano de Abreu, parece partir mesmo das considerações legadas por Von Martius ao iniciar justamente pela temática indígena. Como sugere Reis (2007), ao contrário de seu antecessor Varhagen[7], o olhar de Capistrano parte "da praia para o oceano cheio de caravelas, diferentemente do de Varhagen que olhava das caravelas para a praia"[8]. No entanto, nos interessa especial atenção ao capítulo V, referente às capitanias hereditárias, na qual ao privilegiar a análise da jurisdição organizativa dessas, chega a seguinte conclusão:

> Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal, d. João III tratou mesmo de acautelar sua própria autoridade que de armar os donatários com poderes bastantes para arrostarem usurpações possíveis dos solarengos vindouros, análogas às ocorridas na história portuguesa da média idade. [...] Para evitar lutas como as que grassaram entre a coroa ainda enfraquecida e os vassalos prepotentes, proibiu-se de modo absoluto "partir [a capitania e a governança]"[9].

[7] Francisco Adolfo de Varhagen (1816-78), o "fundador" da história do Brasil publicou na década de 1850 sua *História Geral do Brasil*, obra com importantes referências documentais. De origem nobre e alemã, diplomaticamente influente teve acesso por essa via a arquivos estrangeiros sobre o Brasil, contando com a ajuda do imperador. Através do recém-criado Instituto *Histórico e Geográfico Brasileiro*, buscava uma história objetiva e imparcial, justificando a dominação colonial, a formação de sua elite e a escravidão, "representa o pensamento brasileiro dominante durante o século XIX [...], é o olhar do colonizador português" (REIS, 2007, p. 33).

[8] REIS, 2007, p. 98.

[9] ABREU, 2009, p. 34.

Segundo Mazzeo (2003), esse modelo analítico seria seguido por outros importantes intelectuais brasileiros do período como Oliveira Vianna e Nestor Duarte. A importância em salientar esse elemento reside em que no campo das interpretações marxistas – nosso objeto -, as teses formuladas no VI Congresso da Internacional Comunista de 1928 puderam confluir com essa tradição historiográfica ibero-americana[10]. Após esse congresso, ocorre uma dura intervenção no jovem partido comunista brasileiro que adota as interpretações feudalistas de variados matizes nas décadas seguintes.

No entanto, nosso primeiro interlocutor, o alagoano Octávio Brandão, será pioneiro também pelas primeiras interpretações feudalistas no campo do marxismo, antes mesmo desse VI Congresso, antecipando também a concepção de revolução por etapas desse. Brandão redige a maior parte de sua obra em 1924, mas só a completa em 1926, já com certa influência do novo grupo dirigente da Komintern como desenvolveremos no capítulo dedicado a tal.

Ainda que o último congresso com restrita de Lênin em vida (o IV Congresso realizado em 1922) tenha produzido um interessante documento sobre a situação latino-americana, *Apelo aos operários e camponeses da América do Sul*, da qual Brandão teve conhecimento como revela em seu *Combates e Batalhas*, a tentativa de uma elaboração teórica internacional só terá início entre 1925/26 com a designação do suíço Jules Humbert-Droz como responsável pelos partidos latino-americanos através do Biro Sul-Americano da Internacional Comunista e da edição da revista *La Correspondencia Sudamericana* (1926). Processo que trará um resultado contraditório ao desenvolvimento do marxismo por essas terras:

> A criação do SSA da IC [...] possibilitou também a ampliação da hegemonia de um marxismo reducionista e arquetípico que passa imperar no Komintern, a partir de 1924, quando é realizado o primeiro Congresso após a morte de Lênin. Nesse congresso acentuam-se as visões esquemáticas sobre os países chamados coloniais e "semicoloniais" [...] O fato é que no V Congresso da IC, de 1924, vemos atenuada a posição crítica que o IV Congresso recomendava aos partidos comunistas dos países coloniais, em relação à colaboração com a "burguesia nacional" dessas regiões. Ao contrário, o V

[10] MAZZEO, 2003, p. 154.

> Congresso enfatiza essa colaboração, o que implica a incorporação das frações de classe burguesa e pequeno-burguesa, agora consideradas "progressistas", ao bloco operário e camponês. Objetivamente o V Congresso da IC afasta-se das elaborações criativas dos períodos anteriores, acabando por cair em análises esquemáticas e arquetípicas das realidades dos países orientais e coloniais. Essa tendência reducionista acentua-se sobremaneira no VI Congresso de 1928, quando da institucionalização da teoria da revolução feita em etapas [...] No caso da América Latina e dos países do Oriente, segundo aquelas teses, havia "resquícios feudais" que seriam originários do processo de colonização[11].

1.2. **Apontamentos sobre o VII Congresso da Internacional Comunista**

Os desdobramentos da Revolução Russa e da organização internacional que essa engendra, estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do marxismo no Brasil. A origem da III Internacional, Internacional Comunista (IC) ou Komintern, reside na polarização entre os grupos reformistas e revolucionários nos partidos social democratas da II Internacional, a Internacional Socialista.

Desde o início da I Guerra Mundial, Lênin considera a falência, a bancarrota da II Internacional, especialmente de sua maior seção, o Partido Alemão, ao votar favoravelmente à guerra imperialista. Desde então, se lançou a tarefa de reorganizar a esquerda revolucionária internacional. Esses primeiros passos, ainda que importantes, só ganharão músculos com os eventos de 1917, consolidando-se com a fundação da III Internacional Comunista em 1919.

Seu ato fundacional, o I Congresso realizado entre 2 a 6 de março de 1919, sob o pano de fundo da guerra civil russa, foi considerado pouco representativo, com cerca de somente 50 delegados de poucos países. Os congressos seguintes contarão com representatividade bastante superior, 217 delegados de 37 países no II Congresso realizado entre 19 de julho a 7 de Agosto de 1920, na qual delibera-se as 21 condições necessárias para adesão a esse organismo; enquanto seus III e IV Congressos contarão com 605 e 504 delegados, respectivamente, representando mais de 50 países.

[11] MAZZEO, 2003, p. 157-158.

O otimismo revolucionário dos primeiros congressos muda de acordo com a nova conjuntura após o descenso da onda revolucionária aberta junto a Revolução Russa, com Trotsky afirmando na abertura do III congresso ao apresentar a situação mundial:

> Hoje pela primeira vez, vemos e sentimos que não estaremos tão próximos do objetivo, a saber, da conquista do poder, da revolução mundial. Em 1919, nós dizíamos: "É uma questão de meses". Hoje, nós dizemos: "É uma questão de anos"[12].

Assim, a política adotada nos III e IV Congressos buscará responder à nova situação de refluxo na situação mundial, buscando aumentar a influência dos comunistas entre as massas, buscando táticas para aproximá-las. O golpe do fascismo italiano coloca a necessidade da organização operária. É assim que em 1921 começa a se desenvolver a tática da "frente única operária", isso significa se dirigir aos outros partidos e às massas operárias pela luta unitária para que a classe pudesse retomar a ofensiva que a burguesia reassumira. Infelizmente, a lição que a Komintern poderia extrair em seu IV Congresso da "marcha sobre Roma", começaria a se perder a partir do V Congresso.

> Em Moscou, quando do IV Congresso da Internacional, Lênin se aproxima da delegação italiana e a interroga, querendo saber o que se passou. Bordiga [...] lhe explica que não há diferença verdadeira na dominação de classe da burguesia, que o fascismo não é nada de novo e que não poderia durar. Conta-se que Lênin parecia estupefato. Entretanto, a ideia de que "o fascismo", em si mesmo, constituía um perigo mortal parece ter progredido nas fileiras dos partidos comunistas com a preocupação de encarar a realidade [...] Pela primeira vez na história do comunismo, a política sectária de um partido comunista estava privando o movimento operário de toda a reação possível contra um perigo mortal. Desta vez, a Internacional estava consciente, mas o partido concernido – o PC italiano – continuava cego, emparedado em seu ódio contra a social-democracia[13].

No entanto, nesse momento, a Internacional sofre com a enfermidade de seu mais destacado dirigente. O desenvolvimento da doença de Lenin acaba por se conformar como uma crise no partido russo, na revolução e em sua

[12] *Protokols des III Kongress*, p. 90 *apud* BROUÉ, 2007, p. 289.
[13] BROUÉ, 2007, p. 323.

organização internacional. Em maio de 1922 ocorre seu primeiro derrame, em 16 de dezembro o segundo, com paralisia do lado direito de seu corpo e o terceiro em 06 de março de 1923, quando paralisa suas atividades até seu falecimento em 21 de janeiro de 1924.

Nos últimos anos de sua vida, Lênin começou a preocupar-se com as tendências burocratizantes no Partido e no Estado soviético, chegando a tecer comparações até mesmo com o Estado czarista[14]. Por isso, passa a empenhar-se em buscar uma maior inserção operária no partido e no Estado em detrimento de funcionários e intelectuais, buscando ajustá-lo não desde cima, mas das forças da própria classe. Para isso, seria fundamental aprofundar o nível cultural das massas.

> Ninguém nega mais hoje o que foi durante muito tempo negado pelos dirigentes do partido submetidos a Stálin e ao mesmo tempo pela quase-totalidade dos historiadores. Descobrindo a gravidade do mal burocrático que rondava o par partido-Estado, compreendendo o papel que desempenhava, nessa cristalização, uma hierarquia de secretários organizados e submetidos ao secretariado geral, bem como o papel nessa operação do birô de organização, controlado por Stálin, Lênin propôs a Trotsky a conclusão de um "bloco contra o burocratismo" [...] Lênin teve ainda tempo de escrever sua carta ao congresso, conhecida posteriormente como seu "testamento", na qual recomenda afastar Stálin do posto de secretário geral[15].

Não chegou ao conhecimento do povo russo que, antes de sua morte, Lênin colocara em questão o rompimento de suas relações pessoais com Stálin após condenar "sua brutalidade e mentalidade de 'milico', e que o *post-scriptum* de seu testamento preconizava seu afastamento do secretariado"[16]. Na verdade, ocorrerá justamente o contrário.

> Este último esforço de Lênin para intervir nos rumos do partido e do governo soviético foi subitamente interrompido pelo terceiro derrame cerebral sofrido por ele em abril de 1923, tendo seu estado de saúde drasticamente agravado e praticamente saído de cena até sua morte, em janeiro de 1924. Neste período, realizou-se o 12º Congresso do partido, onde Stálin não só não foi destituído das funções que ocupava como

[14] MACIEL, 2007, p. 260.
[15] BROUÉ, 2007, p. 331-332.
[16] BROUÉ, 2007, p. 440-441.

> tornou-se o principal membro do "triunvirato", aliança entre ele, Kamenev e Zinoviev para ocupar o lugar de Lênin e impedir a ascensão de Trotsky à sua sucessão. Apesar de suas indicações em contrário, nos anos subsequentes o processo de burocratização se aprofundou, a cisão no partido se efetivou de modo radical, com o expurgo de milhares de militantes, da cúpula à base[17].

Sabe-se que, no último período de sua vida, Lênin propôs a Trotsky a organização de um "bloco contra a burocracia em geral e contra o Bureau de Organização em particular"[18], isso é, Stálin. Seu testamento político só veio oficialmente a público com as denúncias de Kruschev no XX Congresso do PCUS em 1956.

Com a derrota da revolução alemã, tem início a justificativa teórica à política do "socialismo num país só" e começam a se desferir os ataques contra a teoria da revolução permanente de Trotsky[19], assunto mais que encerrado desde a fusão com Lênin. São duas concepções que se contradizem e se excluem polarmente. A problemática dessa discussão no terreno mundial é que terá início um reducionismo teórico a partir do V Congresso da IC[20], distanciando-se dos anteriores, em função de sua subordinação cada vez maior a concepção da possibilidade do socialismo num só país, como diz Claudin:

> Desde o momento da construção em que a construção do socialismo na URSS era considerado o fator essencial, determinante, da revolução mundial, todos os outros movimentos revolucionários passavam objetivamente a ter um papel subordinado. Por esse ângulo teriam que ser enquadrados a estratégia e tática da IC[21].

A luta no Partido Russo colocou a Komintern em um segundo plano, sendo dirigida desde cima, confundindo-se PCUS-URSS-IC. Marca o início também das oposições no interior do partido russo que durarão até 1933. O V Congresso, realizado entre junho e julho de 1924, conta ainda com a participação de Trotsky, mas já na condição de derrotado e nas condições do

[17] MACIEL, 2007, p. 262-263.
[18] CANARY, Henrique. In: LÊNIN, 2012, p. 9. Ver os *Últimos escritos e Diário das Secretárias* de Lênin.
[19] Ver item 1, capítulo 3: Preliminares: Alguns aspectos da teoria da revolução permanente e sobre desenvolvimento desigual e combinado.
[20] MAZZEO, 1999, p. 42-43.
[21] CLAUDIN, p. 35. Tradução nossa.

refluxo internacional da derrota alemã e do “socialismo num país só”. É o último congresso a ocorrer com a dinâmica de frequência anual que teve durante a vida de Lênin. Os próximos congressos ocorrerão entre julho e setembro de 1928, o VI, de maior importância e consequências para a América Latina e o VII e último, em 1935 até a sua dissolução em 1943.

Os congressos posteriores marcam uma virada em relação aos quatro primeiros, ainda que com certa nuance entre o V e os posteriores. No V há início o processo de bolchevização que se traduzirá em russificação ou stalinização alguns anos depois, onde Bukhárin assume como secretário geral do Comitê Executivo da IC. E, fundamentalmente,

> A principal inovação que o V Congresso introduz na orientação adotada desde o IV, é atenuar consideravelmente a posição crítica que este recomendava aos partidos comunistas coloniais frente a burguesia nacional[22].

A partir de 1925, Zinoviev começa a questionar o aprofundamento da NEP e o burocratismo do processo revolucionário, sendo esmagado no XVI Congresso e se unindo à oposição. Em 1927 ocorre a expulsão de Trotsky e a eliminação das oposições e as críticas dão lugar a um profundo burocratismo.

O VI Congresso marcará um “golpe de vista histórico sobre a frente única”[23] ao anunciar uma nova leitura da situação mundial, o “terceiro período”. A leitura era de que o capitalismo passava por sua crise final e por sucessos revolucionários no período do por vir. É uma ruptura decisiva com a linha que se adotou nos congressos anteriores em partir da realidade concreta da situação mundial e ter uma política de unidade das fileiras operárias. Como a revolução colocava-se no horizonte imediato, não haveria por que lutar ao lado dos partidos operários reformistas. Passa-se então, a uma política ultra esquerdista de divisão do movimento operário, inclusive em suas organizações de massa. O resultado mais desastroso foi a ascensão de Hitler na Alemanha, esquecendo-se das lições italianas da década anterior. O Partido Comunista Alemão (KPD) igualava o Partido Socialdemocrata (SPD) aos nazistas, intitulando-os de “social-fascistas”. Isso acabou por afastar os operários

[22] CLAUDIN, p. 132. Tradução nossa.
[23] Como diz Trotsky no V capítulo do livro *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*.

socialdemocratas que, evidentemente, não se consideravam fascistas e tampouco contribuiu para que os trabalhadores sob a influência do SPD rumassem em direção ao comunismo. Essa divisão acabou contribuindo decisivamente para a vitória do nazismo.

Após o desastre evidente dessa política também chamada de *classe contra classe*, o VII Congresso da IC (1935) dá um giro extremo em sua política chamando a conformação das frentes populares. Não uma frente única operária para combater o fascismo, mas uma frente sem caráter de classe definido, isso é, disposto a aliar-se com setores burgueses o que, levava, na prática, a abrir mão do programa comunista em detrimento da propriedade privada. Evidentemente, nada em comum com a política de frente única operária, com independência de classe, dos IV primeiros congressos.

> A política de frente única operária – surgida nas condições da luta contra o fascismo seguida pela Komintern no período entre 1921-1923 – e a política de "frente popular", sem antecedentes na história da IC [...], não provém de uma aprofundação analítica e crítica dos problemas da luta de classes no capitalismo a luz da experiência do movimento revolucionário no período precedente. Seu ponto de partida é a resposta pragmática a exigências peremptórias da política exterior soviética [...] Porém, as necessidades urgentes da defesa da URSS se conjugam a necessidade não menos urgent de unidade operária e unidade antifascista que se deixa sentir nos países europeus. [...] A burguesia dos Estados capitalistas "democráticos" incluindo suas frações mais radicais e a ala direita da direção socialdemocrata, podiam coincidir com o governo soviético em medidas preventivas contra o perigo alemão; poderiam, inclusive, apoiar uma versão da "frente popular" que contribuiria a unificar a nação frente a esse perigo, sob a hegemonia da burguesia e a bandeira do patriotismo tradicional, isso é, uma "frente popular" que desempenhara nas novas condições políticas um papel análogo a da socialdemocracia na primeira guerra mundial[24].

Assim, as políticas iniciadas no V Congresso no sentido da colaboração de classes e da estalinização dos demais partidos comunistas se petrifica com o VI Congresso da IC que acabou levando a um "*enquadramento esquemático e generalizador, que acabou por vulgarizar os elementos histórico-objetivos componentes das realidades latino-americanas*"[25]. Assim, coincidimos com o

[24]CLAUDIN, p. 87. Tradução nossa.
[25] MAZZEO, 1999, p. 51, grifos do autor.

apontamento feito por Pinheiro[26] que nos levam a concluir que as resoluções adotadas pelo VI Congresso não servem a perspectiva da revolução mundial, senão exclusivamente aos interesses da burocracia que se instalava no Kremlin. A continuidade desse processo de degeneração do processo revolucionário, na década de '30, ficará conhecido por um dos períodos mais duros da ditadura de Stálin através dos famosos Processos de Moscou e que, levarão, a Internacional Comunista há um triste fim durante a Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Claudin:

> Nascida com um programa de revolução mundial em curto prazo, morria, vinte e cinco anos depois postulando um horizonte de colaboração fraternal do Estado soviético aos Estados capitalistas [27].

1.3. **Internacional Comunista e América Latina**

É no contexto posterior ao V Congresso que as relações entre a IC e os partidos latino-americanos tornar-se-ão mais estreitas. Isso é, o início da política chamada de bolchevização que com o passar do tempo tornar-se-á sinônimo de estalinização[28]. Esse processo, na qual é criado um Secretariado Sul-Americano (SSA), acaba coincidindo com a publicação da primeira obra que analisaremos no capítulo seguinte referente a uma análise marxista da realidade brasileira.

No entanto, como dissemos acima, a burocratização é um processo, não mecânico, imposto progressivamente desde cima. Assim, mesmo iniciado, ainda encontramos alguns elementos de originalidade nessa troca de experiências entre o movimento comunista internacional (MCI) e os partidos latino-americanos e, particularmente, sua seção brasileira. Assim, nos dedicamos a uma breve análise sobre algumas considerações levantadas pelo

[26] PINHEIRO, 1992, p. 173: "As conclusões do VI Congresso têm muito mais a ver com a política externa soviética, do que com a revolução nos países latino-americanos: os países (e os partidos) passavam a ter importância na medida em que servissem ao enfrentamento da União Soviética com os imperialismos.
[27] CLAUDIN, p. 15. Tradução nossa.
[28] "O SSA surge, portanto, no bojo da aplicação da bolchevização, que implicava um controle disciplinado das seções nacionais em nome do exemplo do centro da experiência das outras" (PINHEIROS, 1992, p. 152).

responsável pela SSA, o suíço Jules Humbert-Droz em sua tentativa de analisar as particularidades históricas da formação latino-americana[29].

Segundo Mazzeo (2003), surgem diferenças no interior da IC nas análises referente a essa realidade, na qual, Humbert-Droz conseguiria se antecipar às teses desenvolvidas posteriormente por Caio Prado Júnior, sobre a relação entre o desenvolvimento das burguesias nacionais com o imperialismo[30]. Afirmação que consideramos parcialmente correta, uma vez que encontramos elementos dúbios e contraditórios na referida análise, ainda que coincidamos em afirmar que há elementos de originalidade nessa tese que antecipam quiçá os teóricos da dependência.

A tese desenvolvida por Jules Humbert-Droz, apresentada ao VI Congresso da IC parece, em diversos aspectos, uma generalização da interpretação da realidade brasileira de Octávio Brandão para o conjunto da América Latina numa versão extremamente mais sofisticada. Os pontos altos na análise de Droz, no entanto, são os que justamente mais se afastam de seu colega brasileiro e também os itens mais rejeitados pela Komintern. São também os elementos presentes nas análises da Liga Comunista e em Caio Prado Júnior, especialmente em sua produção da década de 1960. No entanto, o suíço não aprofunda as consequências desses pontos fortes de sua análise, a saber, a relação umbilical que se estabelece entre as burguesias nacionais latino-americanas e o imperialismo, pois, ainda que identifique esse fato, não rompe com a orientação de colaboração de classes que se aprofunda desde o V Congresso.

Para Humbert-Droz, o processo de colonização da América Latina pelo imperialismo ianque se desenvolvia muito rapidamente durante os últimos anos, determinando um movimento de massas operárias, camponesas e pequeno-burguesas, com proporções consideráveis e formas de luta revolucionária. A questão colocada nesse continente seria o aumento da rivalidade entre os imperialismos dos Estados Unidos e os interesses ingleses. Assim, apesar de diversas particularidades dos distintos países latino-americanos, haveria um traço comum a todos, seu caráter semicolonial.

[29] MAZZEO, 1999, p. 51
[30] MAZZEO, 2003, p. 158.

Sua tese mais original é que o desenvolvimento industrial das colônias se daria em base ao empréstimo da técnica imperialista. Para Droz, segundo citação colocada no item anterior, a independência da latino-américa em relação a portugueses e espanhóis teria ocorrido pela elite colonial latifundiária, que seguiu se desenvolvendo não como uma burguesia independente, mas como classe de grandes proprietários fundiários. Independência política apenas formal, pois se passaria para o domínio britânico e caminharia a largos passos na década de 1920 para os EUA, sendo que no ano de 1928, a velocidade de investimentos desse último já superava o primeiro, já conquistando uma posição hegemônica em países como a Venezuela e a Colômbia[31].

A análise de Humbert-Droz chega mesmo a captar que a dinâmica da dominação ianque, ainda que seja um processo combinado, ocorre de forma desigual ao longo do Norte ao Sul do continente. Para caracterizar essa dominação e o consequente caráter semicolonial latino, parte não somente das exportações de capitais, senão da relação entre exportação e importação de matérias primas e produtos industrializados, a tentativa dos EUA em desenvolver certo pan-americanismo e as violentas formas com que busca assegurar o domínio político em alguns países para a defesa de seus investimentos. Essa dominação seria assegurada através dos grandes proprietários de terras.

Esse nos parece o elemento mais interessante de sua tese, pois vê a contradição do desenvolvimento técnico-industrial latino-americano, antecipando mesmo as teses da teoria da dependência, afirmando que o imperialismo desenvolve a indústria local, no entanto, não a indústria pesada, pois reservam o mercado sul-americano para suas próprias exportações, preferindo extrair desses suas matérias primas. Em suas palavras:

> Na América Latina não se pode dizer que o imperialismo foi um obstáculo ao desenvolvimento industrial dos países em que penetra, mas as inversões de capitais contribuem ao desenvolvimento industrial; não significa dizer, no entanto, que esta industrialização fará a América Latina avançar para sua descolonização. Pelo contrário, quanto mais capital o imperialismo investe na América Latina, mais se desenvolve a industrialização e também a colonização desses países. Posto que a industrialização ocorre diretamente graças ao

[31] HUMBERT-DROZ, 1978, p. 302-304.

> imperialismo, não faz surgir uma classe capitalista nacional independente e não faz mais que acentuar, consequentemente, a colonização de tais países[32].

Perfeito estaria se aqui acabasse sua análise e extraísse suas conclusões. Consegue mesmo ver que não existe o desenvolvimento de uma burguesia nacional independente ao velho latifúndio e ao imperialismo o que deveria fazê-lo levar à conclusão evidente da necessidade da mais pura independência de classe para o avanço do processo revolucionário. No entanto, justamente para o caso brasileiro, entre outros, decide apontar um pequeno "porém" que o desvincula da análise aqui esboçada.

Qual seria então o caráter da revolução para esses países? Seu conteúdo político seria de uma revolução democrático-burguesa contra o latifúndio e o imperialismo. No entanto, já entendido como uma etapa distinta da revolução socialista, ainda que aponte elementos de extrema instabilidade entre uma e outra etapa:

> Considerando estas características fundamentais do movimento revolucionário da América Latina, podemos dizer que é um movimento revolucionário de tipo democrático-burguês em um país semicolonial, onde a luta contra o imperialismo assume uma grande importância e onde já não domina a luta de uma burguesia nacional por seu desenvolvimento autônomo sob bases capitalistas, senão a luta dos camponeses pela revolução agrária contra o regime dos grandes latifundiários[33].

Assim, por um lado distancia-se das conclusões da Komintern, mas por outro mantém uma perspectiva semi-etapista do processo revolucionário. No entanto, na análise do caso brasileiro, o autor acaba por se igualar às teses do alagoano Octavio Brandão ao ver aqui a existência de uma nascente burguesia nacional:

> A burguesia industrial nacional, quase inexistente, não desempenha nenhum papel – à exceção do Brasil – no movimento revolucionário sul-americano, que se compõe, portanto de três classes: os camponeses (operários agrícolas e camponeses pobres), a pequena burguesia e a classe operária.

[32] HUMBERT-DROZ, 1978, p. 309. Tradução nossa.
[33] HUMBERT-DROZ, 1978, p. 312. Tradução nossa.

> Essa composição social se encontra presente em todos os movimentos[34].

Assim, se por um lado, a análise de Jules Humbert-Droz chega a ser uma versão extremamente mais refinada que a de Brandão, com uma maior compreensão sobre a teoria do imperialismo de Lênin sob a qual desenvolve suas ideias, por outro acabam por chegar ao mesmo ponto, na análise e no programa político. Como afirma Pinheiros, não deve tratar-se de mero acaso, mas fruto do trabalho conjunto que desenvolvia com o PCB:

> Muitas das interpretações brasileiras a que Humbert-Droz certamente teve acesso, inspirados na estratégia geral da IC para os países coloniais, viam as revoltas tenentistas como preâmbulos da revolução brasileira[35].

Ainda que expresse uma crítica indireta a Octávio Brandão em seu relatório, no momento seguinte, acaba por justificar e chegar novamente ao mesmo ponto:

> Alguns companheiros tem expressado a ideia de que o imperialismo norte americano, em seu esforço de penetração na América Latina, sustenta os movimentos liberais contra a ditadura dos grandes proprietários de terras. Partindo do fato que no Brasil e na Argentina e também em parte no Chile, os grandes proprietários de terra conservadores, reacionários, estão ligados ao imperialismo inglês, e que a nascente burguesia industrial, a pequena burguesia liberal, etc, são apoiados pelo imperialismo ianque em sua luta contra os governos reacionários, se há deduzido como regra geral que o imperialismo ianque, penetrando na América Latina, favorece aos movimentos liberais, inclusive revolucionários, contra os conservadores e as formas reacionárias de governo. Penso que esta ideia está absolutamente equivocada. Os Estados Unidos utilizam para sua penetração econômica e sua dominação política qualquer forma de governo. Ali onde o governo e a classe dominante estão ligados ao imperialismo britânico, o imperialismo ianque apoia, no interesse de sua luta contra aquele, inclusive os movimentos revolucionários[36].

Apresenta uma visão menos idealista que Brandão, para quem a Inglaterra apoia o reacionário retrógrado latifundiário e os EUA a pequena

[34] HUMBERT-DROZ *apud* PINHEIRO, 1992, p. 77.
[35] PINHEIRO, 1992, p. 66.
[36] HUMBERT-DROZ, 1978, p. 306. Tradução nossa.

burguesia revoltosa e a burguesia industrial, mas a conclusão é a mesma: há uma rivalidade entre os imperialismos ianque e inglês e o primeiro para superar o segundo está disposto a qualquer coisa, inclusive apoiar movimentos liberais revolucionários. Trata-se centralmente da mesma tese que Brandão, e profundamente equivocada, se analisarmos a posição do governo dos Estados Unidos favorável à repressão e de extrema preocupação com os movimentos tenentistas[37]. Nesse sentido, novamente coincidimos com Pinheiros sobre a análise do suíço: "Boa parte das análises de Humbert-Droz contém elementos de análise concreta, mas suas conclusões se aproximam dessas invenções"[38].

De qualquer forma, essas teses, embora consideradas, não serão levadas a cabo pela Komintern. Enquanto ocorria o VI Congresso da Internacional Comunista, Stálin já começava a se desvincular politicamente de Bukhárin a quem Humbert-Droz será associado, sendo, posteriormente, substituído por Guralsky[39]. Assim, as resoluções do VI Congresso para a América Latina são inequívocas:

> Os países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc) e os países dependentes (Argentina, Brasil, etc) com germes de indústria e, as vezes, com um desenvolvimento industrial considerável, insuficiente, no entanto, para a edificação socialista independente; com predomínio das relações feudais medievais ou relações do "modo de produção asiático" [...] Nestes países adquire uma importância central a luta contra o feudalismo e as formas pré-capitalistas de exploração e o desenvolvimento consequente da revolução agrária por um lado e a luta contra o imperialismo estrangeiro e pela independência nacional por outro[40].

Suas definições referentes aos países coloniais e semicoloniais são categóricas: passado feudal-medieval, não maduros para o socialismo cabendo o programa da revolução por etapas.

[37] PINHEIROS, 1992, p. 64-65.
[38] PINHEIROS, 1992, p. 75.
[39] BROUÉ, 2007, p. 567.
[40] PROGRAMA DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, p. 287-288. Tradução nossa.

Capítulo 2. PRIMEIRAS FORMULAÇÕES

2.1. Antecedentes ao PCB

O desenvolvimento do marxismo no Brasil é inseparável do destino da Revolução Russa. Significa que não se desenvolve um marxismo precedente à História da III Internacional, diferente da Europa, onde a gênese dessa organização advém, em grande parte, de lutas no interior dos partidos da II Internacional. Assim, não surge nessas terras nesse primeiro momento uma socialdemocracia de tipo reformista. Ainda que haja certa e restrita influência das teses segundo internacionalistas, sua expressão é tão limitada que nos permite afirmar mesmo que a história do marxismo no Brasil nasce organicamente vinculada à própria formação e desenvolvimento do PCB e de suas rupturas posteriores.

Não é de se estranhar esse desenvolvimento tardio do marxismo no Brasil considerando que só se rompia com a escravidão aos finais do século XIX num país de pouca concentração urbano-industrial. Somente após a proclamação da República há um relativo crescimento da indústria no país, sendo somente duzentas empresas no início de 1880 e seiscentas em 1889. Segundo os I e II Censos Industriais esses números chegariam a três mil empresas em 1907 e a treze mil em 1920[41]. Mas os primeiros passos na organização dessa jovem classe operária brasileira residem nos finais do século XIX.

Astrojildo Pereira (1890 – 1965), dirigente histórico do PCB, aponta a figura de Silvério Fontes (1858-1928),fundador do Centro Socialista de Santos, organização responsável pela edição do periódico *A Questão Social*, como “o pioneiro do marxismo no Brasil”. No entanto, ainda que em algumas de suas publicações existam referências a Marx e a luta de classes como motor da história, suas concepções não vão além dos limites dos socialistas utópicos europeus[42]. Não deixa de ser curioso, no entanto, que na virada do século XIX ao XX, já se desenvolvia uma organização declaradamente socialista – ainda que confusa em suas concepções. Tratava-se de grupo com certa inspiração

[41] GALVÃO, 1991. AZEVEDO, 2010.
[42] MORAES, 2007.

na Segunda Internacional, mas com pouco conhecimento efetivo do pensamento marxiano e que como grupo não logrará grande desenvolvimento. Nem em Portugal circulavam escritos marxianos, o resumo d'*O Capita l*de Gabriel Déville só aparece em 1912 e "será durante muito tempo o único texto de Marx existente em Portugal, senão em língua portuguesa, visto o Brasil se ter mostrado muito reservado nas suas relações com Marx e o marxismo" [43].

Em 1906, há um importante avanço na tentativa de compor uma organização proletária nacional a partir do Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, base para a conformação da Confederação Operária Brasileira em 1908. Ainda que nesse congresso existissem setores minoritários de espectros favoráveis à organização partidária (fruto dos "ecos da Segunda Internacional (...) em prol da criação de partidos operários"[44]), o anarcossindicalismo aparece como a principal referência política nesse engatinhar do proletariado brasileiro.

Com a guerra, a partir de 1914, as exportações de café caem e mercados se fecham permitindo certo crescimento industrial e consequente aumento da concentração operária. A situação de inflação acelerada, alto custo de vida e baixos salários prepara o terreno para o cenário de enfrentamento social do final dessa década.

A guerra constitui um ponto de inflexão no marxismo internacional ao jogar a maior parte do reformismo socialdemocrata para o campo das suas respectivas burguesias nacionais, exigindo um rearme teórico e político do movimento operário. Em 1915, Lênin começa a elaboração de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, obra de singular importância para a compreensão do papel do capital nesta nova época histórica. Mesmo ano da Conferência de Zimmerwald realizada em Setembro, com 38 representantes de 11 países, embrião do processo de reorganização política internacional do marxismo revolucionário que há de se consolidar com a fundação da Internacional Comunista em 1919.

A conclusão de Lênin sobre o processo de concentração capitalista que origina o capital financeiro (processo que já aparece como manifestação tendencial no livro III de *O Capital*) induz à relação entre esse capital

[43] MARGARIDO, Alfredo. *A introdução do marxismo em* Portugal. *APUD* Konder, 118, 2009.
[44] KONDER, 2009, p. 109.

imperialista e o processo de “acumulação originária” nos países de desenvolvimento capitalista atrasado, o que impede um desenvolvimento autônomo dessas burguesias nacionais. Ao destruir as bases para o desenvolvimento da pequena propriedade e gerar grandes quantidades de capital excedente impõe a busca constante por novos mercados e a consequente divisão mundial pelos Estados imperialistas. Assim, Lênin pôde caracterizar nossa época como de “crises, guerras e revoluções”.

Lênin que até então concebia a revolução russa como extremamente - e estritamente - democrática, protagonizada pela aliança operária e camponesa conflui com a perspectiva de Trotsky entre o imbricamento das questões democráticas e socialistas[45]. A união da perspectiva teórica e prática do papel do partido à concepção permanentista da revolução realiza-se na história com Outubro. No II Congresso da II se assentam os pontos de concepção programática e organizativa, delimitando-se do anarquismo por se debruçar sobre as questões do partido e da ditadura do proletariado.

O ano de 1917 é singular não somente para a Rússia, no Brasil, desde antes de Novembro [o Outubro russo] ocorrem agitações na classe operária como a forte greve de junho em São Paulo e em diversas localidades nos meses seguintes. O impacto da Revolução Russa impulsiona esse processo, as notícias na imprensa operária demonstram profunda simpatia, mesmo sob hegemonia ideológica do anarquismo. Astrojildo chega mesmo a sugerir uma unanimidade no apoio à Revolução Russa nos materiais anarquistas até o ano de 1920, pelo menos[46]. O Congresso sindical realizado nesse ano aprovara não somente uma saudação à Revolução senão à própria III Internacional.

O crescente processo de lutas iniciado em 1917 chega à formação de diversas Ligas Comunistas. A questão da organização da classe em partido torna-se central e, com isso, aparecem significativas divisões no anarquismo, além de significativa confusão. A debilidade em obter informações sobre o

[45] “Com a Primeira Guerra Mundial, a estratégia revolucionária de Lênin sofre uma correção de rumo, pois ele passa a considerar que a guerra imperialista acelerou e mundializou a revolução socialista [...] O papel estratégico da Rússia se devia não apenas à sua precocidade, como também ao caráter ambivalente de sua revolução. Ela já não era tão-só uma revolução democrático-burguesa; esta característica ela cumpriria no atrasado campo russo, pois nas cidades já teria o aspecto de uma revolução proletária, uma revolução socialista [...] Entretanto, o caráter proletário-socialista da revolução nas cidades só se consolidaria se a revolução europeia se realizasse com sucesso...” (MACIEL, 2007, 237-238).

[46] PEREIRA, Astrojildo. 2012. P. 48.

processo russo e das próprias diferenças teóricas entre anarquistas e marxistas leva mesmo à fundação de um Partido "Comunista" por José Oiticica que, apesar do nome, é de conteúdo anarquista, embalado pela Revolução Russa. Como diz Astrojildo:

> Tratava-se, na realidade, de uma organização tipicamente anarquista, e a sua denominação de "Partido Comunista" era um puro reflexo, nos meios operários brasileiros, da poderosa influência exercida pela revolução proletária triunfante na Rússia, que se sabia dirigida pelos comunistas daquele país. O que não se sabia ao certo é que os comunistas que se achavam à frente da Revolução Russa eram marxistas e não anarquistas. Só mais tarde estas diferenças se esclareceram, produzindo-se então a ruptura entre os anarquistas ditos "puros" e "intransigentes", que passaram a fazer críticas e restrições aos comunistas russos, chegando por fim à luta aberta contra o Estado soviético, e os anarquistas que permaneciam fiéis à classe operária, os quais chegariam finalmente a compreender que no marxismo é que se encontra a definição teórica justa da ideologia do proletariado[47].

Mais forte que o peso das convicções ideológicas postas sobre o movimento operário brasileiro é o próprio caráter de classe da Revolução Russa, conquistando o apoio da vanguarda. No entanto, a confirmação da estratégia da necessidade do partido leninista – pela positiva na Rússia e pela negativa por onde se arrastou a onda revolucionária – somada à situação política do país, faz desmoronar a hegemonia ideológica do anarquismo, levando a vanguarda operária à órbita da Internacional Comunista que se transformava num polo aglutinador dos revolucionários.

A Komintern contribui para a construção de partidos comunistas como, no caso brasileiro, vem se confirmar em março de 1922, com a fundação do PCB, com uma orientação direcionada ao marxismo terceiro internacionalista. Evidente que, construído sob o substrato material do anarquismo[48], sem grande experiência partidária e com parcos conhecimentos sobre Marx e o marxismo, seus primeiros passos serão bastante tortuosos e com diversos tropeços como veremos a seguir.

[47] PEREIRA, A. 2012. p. 72.
[48] Ainda que sua herança não deva ser exagerada como sugere Carone (1982, p. 3) uma vez que há elementos de origem socialista e sindicalista nesse grupo fundador.

Antes de prosseguir para o caso brasileiro, é necessário fazer uma breve observação sobre o processo de burocratização do Estado soviético. Em *A Revolução Permanente*, Trotsky afirma que a tomada do poder, realizada na Rússia em 25 de Outubro de 1917, seria somente um décimo do processo revolucionário porvir; esse seria o primeiro passo da revolução e não seu coroamento. Seria a partir da tomada do poder que se daria início às transformações econômicas e sociais necessárias para a edificação do socialismo rumo à perspectiva comunista. Assim, rapidamente é abolida a propriedade do latifúndio e, em seguida, a propriedade burguesa. No entanto, mesmo no poder, havia a ameaça dos exércitos brancos e das nações imperialistas que levariam a Rússia à guerra civil (1918-1921), somando anos de destruição da I Guerra Mundial, iniciada em 1914. Essa situação contribuiu para o desgaste da classe operária, que perdeu parte considerável de sua vanguarda revolucionária na guerra e também das massas camponesas, bem como se colocou a necessidade de medidas restritivas (antidemocráticas) para conter a contrarrevolução. Somado a esses problemas e às novas contradições trazidas pela necessária adoção das medidas de mercado da NEP (Nova Política Econômica), em 1921, o falecimento do principal dirigente do partido revolucionário, Lênin, que começava a se preocupar com a burocratização do partido e do Estado, complicaria em muito a situação.

Derrotada a Revolução Alemã em 1923, se consolida o isolamento russo e o fortalecimento das tendências burocráticas do Estado. Frente a esse cenário, de esgotamento físico e psicológico das massas operárias e camponesas em luta, o aparecimento de uma parcela dos produtores rurais que conseguiu, graças a NEP, acumular certo capital e vincular-se a propriedade e o surgimento do nepman (comerciante), aparecia duas posições políticas: a de Bukhárin, que gritava “Kulaks, enriquecei-vos” e decretava a possibilidade da vitória do socialismo nos limites nacionais junto a Stálin; e a de Trotsky que vinculava o triunfo definitivo da isolada Rússia ao destino da Revolução Mundial (ver item 2.1.). Por mais que a segunda perspectiva tenha se comprovado historicamente como correta pela sua não concretização, há de se compreender frente a tal conjuntura o motivo de sua derrota.

Essas nos parecem as linhas gerais do processo de burocratização do Partido e do Estado Soviético e, consequentemente, também de sua

Internacional. Processo que só se intensificaria nos anos seguintes com o violento extermínio dos Kulacs (1928), os trens de kirov, a derrota da I Revolução Chinesa, a expulsão de Trotsky e da oposição, os processos de Moscou, a desastrosa política para a Alemanha frente ao nazismo, a socialdemocracia acabando com o acordo Hitler-Stálin e a derrota da Revolução Espanhola. No plano da Internacional Comunista, esse processo se concretiza com a separação entre países maduros e não maduros para o socialismo, sendo necessária para esses segundos, uma primeira revolução burguesa, prévia à socialista. Nesse marco, os Partidos Comunistas desses países passarão a atuar em defesa de suas burguesias "nacionais" e "progressistas" (um regresso ao etapismo de tipo menchevique), caso que se mostrará presente também na seção brasileira da IC.

2.2. Os primeiros passos do PCB

Não somente fruto do impacto da Revolução Russa, mas, como afirma Nelson Werneck Sodré, "consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido político operário revolucionário" [49].

A Revista Movimento Comunista editada pelo grupo do Rio de Janeiro se tornará a revista oficial do PCB após sua fundação e se proporá, desde o início, a difundir as concepções da Internacional Comunista – mesmo antes de sua adesão formal. A questão do vínculo internacional mostra-se como central desde a publicação na edição número 7 de junho de 1922 quando noticia a realização do I Congresso de fundação do PCB:

> Havia urgência na organização do Partido em vista da aproximação do IV Congresso da Internacional de Moscou, no qual deveriam fazer-se representar os comunistas do Brasil[50].

[49] SODRÉ, p. 28, 1984.
[50] PEREIRA, A. 2012, p. 73

A relação entre a aproximação do IV Congresso e a constituição do PCB é atestada por diversos historiadores pecebistas que apontam na organização internacional o elemento legitimador interno[51]. Segundo Del Roio:

> O vínculo internacional era a condição mesma para a legitimação do novo partido diante da massa operária do país e para seu enraizamento nacional. Daí a ansiedade na participação do recém-formado partido no IV Congresso Mundial da IC, a ser realizado em Moscou em novembro-dezembro daquele mesmo ano[52].

No entanto, fundado entre 25 e 27 de março de 1922 na presença de nove delegados, representando 73 pessoas de grupos estaduais, não será de imediato reconhecido pela Komintern. A intervenção do delegado ao IV Congresso da Internacional Comunista, Antonio Bernardo Canellas mostra-se um verdadeiro desastre, que leva o organismo internacional a publicar a "Resolução sobre o Partido Comunista do Brasil" na qual se afirma:

> Este partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas [...] deve ser aceito na Internacional Comunista como Partido simpatizante[53].

A intervenção de Canellas leva mesmo a caracterização de "anarquistas do Brasil", "Le phénomène de l-AmeriqueduSud" segundo Trotsky. O reconhecimento virá somente em 1924, tornando-se "seção brasileira da Internacional Comunista"[54].

No entanto, há que se reparar que a adesão do PCB à IC só se dá com o refluxo do processo revolucionário internacional, com o isolamento do processo russo e o início de seu processo de burocratização. No entanto, no campo nacional:

> Recordemos que 1922 e 1923 foram anos de agravação da crise política em que se debatia o Brasil, em consonância,

[51] CARONE, KONDER, DEL ROIO.
[52] DEL ROIO, O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil, p. 79.
[53] CANELLAS, Relatório da viagem à URSS apud CARONE, p. 33-34.
[54] "O delegado brasileiro Antônio Canelas, anarquista recentemente convertido,, escolhido por seu partido por motivos econômicos (já estava na Europa nessa data), provoca um escândalo ao criticar as proposições de Trotsky acerca da incompatibilidade entre pertencer a um partido comunista e a maçonaria, ao fazer a apologia desta última" (BROUÉ, 2007, p. 329).

> aliás, com a situação de instabilidade política mundial que se seguiu à guerra de 1914-1918. O levante de 5 de julho de 1922, se, por um lado, representou o ponto final na agitação promovida pela chamada Reação Republicana, por outro, pode-se dizer que marcou o ponto inicial de uma série de levantes, que culminariam em 1930 com o movimento desencadeado pela Aliança Liberal. Foi o período em que se formou a Coluna Prestes, que tamanha repercussão viria a produzir no desenvolvimento da Revolução Brasileira[55].

Do ponto de vista da produção teórica, ainda que essa geração fundadora tenha enfrentado diversos problemas de acesso à literatura marxiana/marxista, desde 1919 aparecem obras de Lênin, Bukharin, Trotsky, Radek e outros, em espanhol, segundo Carone. A partir de 1923, o próprio partido passaria a publicar, como o lançamento do *Programa Comunista* de Bukharin e, no ano seguinte, o *Manifesto do Partido Comunista*[56], traduzido por Octavio Brandão. Começará então a aparecer uma literatura própria, original, como *Agrarismo e Industrialismo* de Octavio Brandão, obra sobre a qual nos debruçaremos.

2.3.Octavio Brandão – Alguns elementos biográficos

Alagoano de Viçosa, nascido em 1896, dedica-se, desde cedo, aos estudos das ciências naturais. Publica em 1917, um livro pioneiro na aposta da existência de petróleo por essas terras[57] e, segundo ele próprio, "pioneiro da luta pelo petróleo brasileiro, desde 12 de outubro de 1917, em Maceió". No desenvolvimento da ascensão operária impactada pela Guerra Mundial e pela Revolução Russa, Brandão adere ao movimento operário e transfere-se ao Rio de Janeiro. Segundo o próprio autor, marxista desde 1922, definia-se como:

> Sou escritor brasileiro. Índio caboclo do interior do Nordeste. Patriota e humanista, democrata e revolucionário. Combatente pela libertação nacional e social do Brasil e da Humanidade. Partidário do socialismo científico de Marx, Engels e Lênin. Poeta realista, romântico e revolucionário[58].

[55] PEREIRA, A. 2012, p. 85.
[56] Publicado já anteriormente em capítulos num jornal em 1919.
[57] BOMFIM, Eduardo. *O alagoano Octávio Brandão*, p. 23. BRANDÃO, 1978, p. XXIV.
[58] BRANDÃO, 1978, p. XXIII.

E, apesar de todas as suas qualidades, acrescentaríamos: responsável pela primeira concepção etapista da revolução brasileira.

Otávio se formava em farmácia em 1914 e, no ano seguinte, abriria seu próprio negócio em Maceió. Em seguida daria início a redação de *Canais e Lagos*, terminado em 1917, com seu segundo volume em 1918. É nesse momento em que dá início a luta pelo petróleo[59], defendendo sua existência a partir de "critérios científicos" – tema que retomaria posteriormente em *Agrarismo e Industrialismo*.

Segundo o próprio autor, no ano de 1917, dava seu segundo passo de libertação, tornando-se um combatente da classe operária, quando passa a ter contato com o jornal *A Semana Social*, dirigido por Antônio Canellas- o fenômeno da América do Sul, que fez história como primeiro delegado brasileiro num congresso da Internacional Comunista. Assumindo-se como socialista a partir de 1918, enfrentaria a repressão às lutas operárias que o levaria à prisão em março de 1919, processo que o levaria à compreensão da necessidade da destruição do Estado burguês. Assim chegava em 1919 ao Rio de Janeiro, num momento no qual ainda não havia marxismo no Brasil.

Em 1920 vende sua farmácia em Maceió e compra uma no Rio de Janeiro que não conseguirá legalizar, levando-o à bancarrota financeira. Casa-se, no ano seguinte, com Laura da Fonseca e Silva, com quem teria sua primeira filha em 1922.

Entre 1919-1921 se torna um militante anarquista-libertário, atuando junto a vários outros nomes que entrariam para os anais do anarquismo e do comunismo brasileiro: João da Costa Pimenta, Astrojildo Pereira, José Oiticica, Edgard Leuenroth etc.

Em Outubro de 1922, Brandão filia-se ao Partido Comunista do Brasil, tendo como influência "Lênin em primeiro lugar, de Marx e Engels em segundo lugar"[60]. Deve-se considerar o fato de que a absorção das ideias de Lênin chega mediada pela Internacional Comunista que, desde 1924, começa a sofrer seu processo de degeneração burocrática. Chama atenção a ausência do nome de Trotsky, um dos principais dirigentes da revolução junto a Lênin,

[59] Segundo Brandão, em 1919, procurou o ministro da agricultura, defendendo suas ideias que levaria à descoberta do poço de Riacho Doce em 1922 (BRANDÃO, 1978, p. 153-155).
[60] BRANDÃO, 1978, p. 233.

segundo o próprio autor: “a princípio, Trótski era falado como um dos ‘chefes da revolução’. Na realidade, em 1922-1929, ele não exerceu influência no PCB” [61].

Também em 1922 escreve *Rússia Proletária*, editada em 1924. Apesar das várias debilidades teóricas e ideológicas do autor nesse momento de transição do anarquismo ao marxismo, assume a defesa do Estado surgido da Revolução Russa contribuindo para a luta política com a corrente da qual se afastava. Nesse período, em 1923, daria início à tradução do *Manifesto do Partido Comunista*.

Pouco depois do ingresso no PCB, em 1923 era eleito membro da Comissão Central Executiva e toma parte ativa na preparação de seus congressos posteriores. Questão de fundamental importância para compreender o papel de sua interpretação sobre a formação social brasileira na análise e no programa elaborado pelo PCB:

> Tomei parte no 2º e no 3º Congresso do PCB. Preparei para o 2º Congresso um material sobre propaganda. Suas Teses, escritas por Astrojildo, inspiraram-se no livro Agrarismo e Industrialismo[62].

No começo de 1924, publica no jornal *Voz Cosmopolita,* artigo intitulado *A Política do Café*, na qual apresenta sua concepção de luta entre feudalismo e industrialismo, entre o latifúndio feudal e a burguesia industrial, a questão central que permeia sua posterior obra de maior alcance histórico: “o Brasil é um país atrasado porque vive sob o domínio de elementos feudais (...) sob domínio do fazendeiro de café, paulista e mineiro, tipo feudal, medieval”[63].

A separação genérica entre latifúndio e indústria desse pequeno trecho já evidencia que para o autor não há uma relação orgânica entre esses, nem encara no latifúndio as raízes da burguesia brasileira, permitindo assim idealizar uma rivalidade entre esses que permitiria realizar uma revolução democrático-burguesa em sentido estreito. Essa é justamente a questão crucial a ser contrastada em sua obra seguinte com a concepção dos trotskistas da Liga Comunista. No mesmo momento, Brandão defendia no Comitê Central a

[61] BRANDÃO, 1978, p. 234.
[62] BRANDÃO, 1978, p. 238.
[63] BRANDÃO. A política do Café *in* Voz Cosmopolita *apud* Brandão, 1978, p. 241.

aliança com os “revoltosos pequeno-burgueses da insurreição de Copacabana e movimentos semelhantes”[64], a fórmula programática que norteia sua concepção da aliança de classes, necessárias para sua concepção de revolução.

Segundo o autor, demorou pouco menos de um mês para a execução da parte fundamental de *Agrarismo*, realizada entre 28 de julho e 22 de agosto de 1924. Chegou a enviar um exemplar à IC para discutir as concepções da obra. Esse fato não é por menor na compreensão da influência do stalinismo no resultado final dessa publicação - como chama a atenção João Quartim de Moraes – e, consequentemente, na análise e programa adotados pelo PCB. Com consideráveis alterações, a obra só vem a público em abril de 1926 na qual, para fugir da censura, adotou-se como local de suposta edição a cidade de Buenos Aires na Argentina e o pseudônimo de Fritz Mayer. *Agrarismo* inspira as teses do 2º Congresso do PCB, em sua análise da realidade brasileira e em seu programa político.

Em seu livro de memórias, Octávio faz questão em se diferenciar da primeira geração de trotskistas do virar das décadas de 1920 e ’30, reclamando de ter sido atacado por esses, diz:

> Os trotskistas do Rio de Janeiro, em seu jornal: A Luta de Classe, em maio de 1931, atacaram *Agrarismo e Industrialismo*, considerando-o um “bazar de monstruosidades teóricas”. Esse ataque mostra que o livro nada mais tinha de comum com o trotskismo[65].

Ainda que a referida obra realmente não possua nada em comum com o trotskismo, esse “ataque” era, na verdade, sua defesa. O artigo do jornal *A Luta de Classe* é uma crítica ao giro “obreirista” operado na direção do PCB a partir da intervenção da IC, em defesa de Octávio Brandão. No entanto, os trotskistas o defendem sem abrir mão de suas críticas ao “bazar de monstruosidades teóricas” na compreensão da realidade brasileira. Muitas das debilidades ali apontadas serão reconhecidas pelo próprio autor, anos depois. Em outra passagem, Brandão defende-se dos ataques impostos pela IC a sua pessoa (com o aval de Astrojildo Pereira):

[64] BRANDÃO, 1978, p. 281.
[65] BRANDÃO, 1978, p. 287.

> recebi um golpe terrível. Foi o "prêmio" por tantos combates, batalhas e vitórias. Em nome da absurda Revolução Soviética imediata para o Brasil da época, fui duramente combatido na conferência dos Partidos Comunistas, em Buenos Aires, em 1930. Ouvi 16 discursos de ataques, inclusive pessoais. Procuraram fazer tábua rasa de minha vida, obra e luta [...] Tive de aceitar e defender a linha de Revolução Soviética imediata, por disciplina, para não ser expulso do PCB como 'traidor' e porque ela foi preconizada em nome da Internacional Comunista[66].

Era essa a crítica que faziam os trotskistas brasileiros à direção da IC naquele momento ao responsabilizar Octávio Brandão por todos os erros do PCB. Mas o faziam sem abrir mão de suas posições, especialmente a que chama atenção o próprio Brandão que, ao colocar uma divisão intransponível entre burguesia nacional e burguesia imperialista, preconizava "fazer aliança com aquela burguesia, contra o imperialismo" [67].

No entanto, por mais críticas que possam ser feitas a essa obra, pioneira na tentativa de dar uma interpretação marxista à realidade brasileira, há claramente uma concepção de revolução, a esquerda da posição que adotaria o PCB nas décadas seguintes e, até mesmo, de um intelectual de peso como Caio Prado Júnior – última interpretação que analisaremos nesse trabalho. Podemos ver essa concepção num discurso de setembro de 1929:

> Que caracteriza uma revolução? Uma nova classe no poder, um novo partido no poder e a instauração de uma nova política. Revolução é o rompimento completo, total, com o passado, a instalação de uma nova classe, e de um novo partido no poder. É a destruição das velhas relações econômicas, políticas, sociais, jurídicas, fisiológicas, psicológicas, etc. É a instauração de novas formas de vida, de modo a renovar tudo [...] A revolução é uma nova classe – progressista – no poder. É a ruptura total, violenta e definitiva com o passado morto. É a mais ampla e a mais profunda transformação – econômica e financeira, política e social, moral e ideológica, militar e jurídica. É o mais vasto movimento operário, camponês e popular. Impulsiona o desenvolvimento da sociedade. Cria o novo. Destrói o que é velho, caduco, obsoleto, na própria base, raiz, essência.

Ainda que, no mesmo discurso, preserve sua concepção etapista:

[66] BRANDÃO, 1978, p. 379-380.
[67] BRANDÃO, 1978, p. 380.

> Luiz Carlos Prestes não é comunista. Deseja dar *um* passo à frente. Nós queremos dar *dois*. Mas, para dar dois, precisamos dar o primeiro passo. Durante o primeiro passo, apoiaremos a classe média e lutaremos pela radicalização do movimento [68].

2.4. Octávio Brandão – *Agrarismo e Industrialismo*

Em *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*[69], Brandão apresenta a revolta paulista de 1924 como a segunda batalha do tenentismo (identificado aqui como pequena-burguesia) contra o latifúndio cafeicultor. Sendo o movimento derrotado, sem a solução de suas causas motoras, antevê que a "terceira [revolta] há de vir como uma necessidade fatal"[70]. Coloca-se a questão de analisar a ordem das origens desse movimento.

Entre as **causas econômicas**, aponta a crescente dívida pública desde o império, a carestia de vida, a concentração capitalista com seu contraponto na proletarização da pequena-burguesia - tendência essa exposta por Marx no *Manifesto do Partido Comunista* ainda que sem citá-lo -, entre outros. Desses, interessa destacar dois pontos apontados pelo autor: 1. "a luta entre o capitalismo inglês e o capitalismo norte-americano, que disputam a supremacia do mercado brasileiro"; e 2. "a rivalidade entre os grandes industriais e os grandes fazendeiros do café" [71]. Pontos esses que são a peça chave para o desenvolvimento da tese de Brandão e para sua solução programática que balizará a ação do PCB nos anos vindouros.

Entre as **causas políticas** apresenta-as como decorrentes das econômicas: novamente, a dicotomia indústria-latifúndio; o caráter antidemocrático da república velha que chega a taxar de "estado agrário do Brasil"; e, evidentemente, a questão do acirramento da luta de classes no plano internacional o que nos leva à terceira ordem, a das **causas psicológicas**. Nessa ordem, o destaque internacional deve-se a guerra e ao triunfo da revolução russa e, no plano nacional, ao liberalismo do exército em oposição ao caráter feudal dos governos. É a não solução dessa série de coisas que

[68] BRANDÃO, 1978, p. 368-70.
[69] Doravante, somente Agrarismo.
[70] BRANDÃO, 2006, p. 25.
[71] BRANDÃO, 2006, p. 26.

coloca a “fatalidade da terceira tentativa, que poderá ser vitoriosa se os combatentes souberem aproveitar as lições das derrotas”[72].

Octávio Brandão tem o mérito de colocar a análise da situação mundial como ponto de partida metodológico, seguindo o padrão que chama de “internacionalismo leninista”. Em sua compreensão, o mundo retoma um ascenso após o recuo entre 1920-1923 e que se expressa na exacerbação da luta de classes em todo o mundo. Apresenta as duas táticas da burguesia imperialista que oscila entre a democracia e o fascismo, esse último, um importante punhal contra a revolução mundial, em suas palavras. Localiza, portanto, o confronto paulista como um “episódio da luta de classes no setor brasileiro de uma batalha internacional”[73]. Nossa particularidade nesse processo consistiria de que, diferente da luta direta entre burguesia e proletariado, aqui se daria a luta da pequena burguesia contra o fazendeiro do café. Nesse ponto chega a comparar à Alemanha de 1848.

E é justamente na análise da situação nacional em que encontramos os pontos fortes e as principais debilidades de sua análise. Logo na análise da situação fisiográfica, ao constatar o tamanho das matas brasileiras, cede ao ideal civilizatório de que “trata-se de um país selvagem, onde a barbárie da mata é mais poderosa que o esforço civilizador do homem” [74]. Também na questão da análise etnológica, ainda que em outros textos dê certo peso a questão negra, aqui praticamente ignora a questão, limitando-se a dizer que o brasileiro seria um tipo em formação com uma mistura desordenada de raças.

O ponto alto fica para a análise das situações econômica e política. Apresenta alguns dados interessantes, ainda que questionáveis devido à ausência de fontes, apontando a existência de uma “numerosa pequena burguesia” (?) conciliadora, 275 mil operários industriais e nove milhões de trabalhadores rurais que identifica a situação de servidão medieval. Em geral, Brandão enxerga mecanicamente uma economia agrária a uma economia de tipo feudal. No entanto, em sua análise estatística a respeito do papel da pequena e da grande propriedade, chega a uma assertiva chave da formação econômica brasileira:

[72] BRANDÃO, 2006, p. 28.
[73] BRANDÃO, 2006, p. 31.
[74] BRANDÃO, 2006, p. 32.

> A pequena propriedade rural não alcança sequer a décima parte do território: 9%. Portanto, o agrarismo nacional é o da grande propriedade, do latifúndio. Há quatro séculos que domina a grande propriedade. Há um século apenas que se forma lentamente a pequena propriedade. Portanto, a grande propriedade tem raízes profundas na história do Brasil[75].

Na análise da propriedade aponta o tamanho da concentração fundiária do país. Segundo os dados do autor, existiriam 73 grandes estabelecimentos rurais em São Paulo e 133 em Minas Gerais, o que formaria uma população de 10 milhões de explorados (trabalhadores e camponeses) contra 206 famílias proprietárias.

Consequência de tal situação econômica decorre a política, fatalmente agrária contraposta à desorganizada oposição burguesa, chegando a constatar a debilidade dessa classe pela ausência de partidos nacionais em contraposição ao proletariado que já forjava seu partido de classes há alguns anos[76].

Ao privilegiar a análise econômica – método que não negamos, no entanto, o autor em questão não escapa a uma compreensão economicista do marxismo -, consegue apontar aspectos fundamentais de sua época, destacando a política de valorização superficial do café pelo Estado, apresenta a análise corrente dos materiais didáticos contemporâneos sobre a política do "café com leite" e implicitamente do fenômeno do "coronelismo":

> A economia nacional é dominada pelo café. Corolariamente: a política, a psicologia e a hierarquia social reinantes são cafeeiras. Quem manda na política nacional são os fazendeiros de café. A política tem de girar fatalmente em torno dos dois estados mais produtores de café – São Paulo e Minas [77].

Ainda que não veja o entrelaçamento entre capital e latifúndio, chegando mesmo a embelezar o primeiro afirmando que "o burguês industrial não é tão reacionário"[78] de onde deduz sua lógica claramente etapista do processo histórico: "*São dois mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo. O*

[75] BRANDÃO, 2006, p. 34.
[76] "O atraso político é tamanho que a burguesia industrial ainda não formou o seu partido, enquanto o proletariado já conseguiu forjar o seu partido desde 1922" (BRANDÃO, 2006, p. 36).
[77] BRANDÃO, 2006, p. 37.
[78] BRANDÃO, 2006, p. 46.

industrialismo despedaçará o feudalismo. E o socialismo despedaçará o industrialismo"[79]; o próprio autor nos dá elementos para ver a raiz orgânica que une esses dois pares não dicotômicos na época imperialista, afirmando que "essa oligarquia agrária vive entrançada com a oligarquia financeira"[80], apresentando inúmeros dados que unificam o latifúndio ao capital bancário nacional e internacional. No entanto, mesmo considerando o caráter exportador orientado ao mercado capitalista mundial do latifúndio e seu entrelaçamento ao sistema financeiro mundial, persiste na análise do caráter feudal:

> Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média. A consequência religiosa é o catolicismo. A religião que predominou na Idade Média, 'tão justamente chamada a idade cristã', segundo o clerical Mathieu, no seu curso de história universal, abençoado pelo papa Pio IX. E a consequência psicológica: no alto, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humilde[81].

A exceção dessa realidade nacional estaria no estado do Rio Grande do Sul. Ainda que considerado também um estado essencialmente agrário, havia a forte presença da pequena propriedade rural e, portanto, de uma pequena burguesia agrária.

O balanço das duas primeiras revoltas do autor parte da debilidade militar da direção das tropas, extremamente vacilante nos ataques e inábil na política. Não conseguiram explorar a rivalidade interimperialista anglo-americana, nem conformaram um leque de alianças que tomasse como base a "burguesia comercial e, especialmente industrial, jogando-a contra o fazendeiro do café" [82], nem tampouco se dirigiram ao conjunto das massas exploradas e oprimidas do país.

[79] BRANDÃO, 2006, p. 47.
[80] BRANDÃO, 2006, p. 40.
[81] BRANDÃO, 2006, p. 36.
[82] BRANDÃO, 2006, p. 56.

2.5. *Agrarismo e Industrialismo:* O papel do imperialismo

Seguindo o critério de partir de uma análise internacional, Brandão tenta definir alguns aspectos da concepção leninista de imperialismo, esboça de forma sintética como época do predomínio do monopólio em oposição a livre concorrência, da exportação de capitais, da formação de uma oligarquia financeira, como a "santíssima trindade constituída pela indústria pesada, pelos bancos e pelas estradas de ferro [com o predomínio dos bancos...] a união dos políticos com os financistas [...] com os industriais [...] a luta pelos mercados de escoamento"[83]. Chega mesmo a apresentar a concepção dialética do desenvolvimento desigual e combinado presente na formulação do imperialismo, ainda que sem empregar esse termo e sem aplicá-lo plenamente em sua análise da situação concreta do Brasil:

> O capitalismo penetra nas regiões mais atrasadas. O Dalai Lama instala o telégrafo em Llassa. Aeroplanos percorrem o Saara. Automóveis atravessam os desertos da Mongólia ou as terras dos nossos índios pareci. Fábricas e escritórios mergulham nas regiões mais bárbaras. [84]

Apresenta dados interessantes sobre o processo de penetração do capital imperialista no Brasil, apresentado como importador, vítima do imperialismo "anglo-franco-americano". Segundo a concepção acima exposta do caráter desigual do desenvolvimento capitalista, destaca o papel subordinado da indústria do país que precisa se constituir como satélite do setor financeiro, apontando que o desenvolvimento histórico não "evolui logicamente, mas sim dialeticamente, através de contradições". A partir dos dados apresentados e da análise da situação internacional desde a I guerra, na qual os Estados Unidos conseguiu se alçar ao papel de potência imperialista de primeira ordem se lançando a dominação econômica e política da latino-america, chega à conclusão de que ocorre; do desenvolvimento histórico brasileiro na qual, desde antes mesmo da independência, começava a se formar como subcolônia inglesa por intermédio de Portugal e que, após 1824, com o empréstimo de bancos ingleses para financiar o acordo da

[83] BRANDÃO, 2006, p. 79.
[84] BRANDÃO, 2006, p. 79.

independência com a ex-metrópole lusa, passa a gravitar completamente ao redor da política inglesa; tal situação colocava para sua época "uma luta mortal, com fluxos e refluxos entre os dois grandes imperialismos"[85].

Brandão chega mesmo a antecipar a II grande guerra, muito superior a primeira, ainda que se equivoque completamente da política de alianças que se configurou. Tanto dos países imperialistas quando prognostica o enfrentamento entre França, Inglaterra e Estados Unidos, como do desenvolvimento da guerra com "batalhas sanguinolentas" pela América do Sul, e até mesmo da política da Rússia. Cego ao processo de burocratização da Revolução e de seu partido dirigente no campo nacional e internacional, aposta que sua política seria a de transformar a guerra imperialista mundial em guerra civil revolucionária, fato que não ocorreu.

A partir de uma análise das posições expressas pela imprensa vinculadas ao imperialismo estadunidense e inglês, dos empréstimos contraídos de bancos estrangeiros, Brandão chega a conclusão de que há uma aliança do setor agro-financista brasileiro a Inglaterra e dos revoltosos com os EUA. Assim, chega a seguinte conclusão:

> A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apoia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente apoia os revoltosos, isto é, a pequena burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde, agirá a grande burguesia industrial[86].

Partindo dessa compreensão, sugere que os revoltosos pequeno-burgueses devem explorar a tensão interimperialista. Assim, mesmo que classifique os EUA como "o país mais podre do mundo", sugere que a reação inglesa seja pior que a dos primeiros. Sugere, portanto, que a luta a ser travada deve centrar fogo no verdadeiro inimigo inglês, sendo que o combate atual seria "não é contra a burguesia do dólar, e sim contra a burguesia da esterlina, protetora da bestial burguesia do café no Brasil"[87].

[85] BRANDÃO, 2006, p. 94.
[86] BRANDÃO, 2006, P. 103.
[87] BRANDÃO, 2006, p. 110. Uma ressalva quanto ao emprego do termo "burguesia" por Brandão, o autor fez uma correção ilegível para substituir essa expressão, motivo pelo qual a

2.6. *Agrarismo e Industrialismo* – O papel do proletariado

Ao analisar o desenvolvimento da história da força trabalhadora no Brasil, Brandão nos deixa a expressão máxima das debilidades de sua análise. Primeiramente, expõe a evolução da força de trabalho de forma extremamente linear e esquemática: primeiro a escravidão, segundo a servidão e terceiro o trabalho assalariado. Chega mesmo a afirmar que "a história do proletariado industrial do Brasil é, em parte, um reflexo da história do proletariado europeu". Perde-se toda a perspectiva do elemento desigual do desenvolvimento histórico, em particular em sua época imperialista, para uma compreensão evolucionista.

É nesse ponto também que apresenta a dialética de forma esquemática através da tríade: tese – antítese – síntese. Afirmando essa concepção triádica como método:

> A dialética é a ciência que mostra como a sociedade, o universo e o pensamento evoluem. Esta evolução se faz através das três etapas acima. Na primeira etapa, o processo ou o fenômeno se afirma. Na segunda etapa é negado, combatido. Na terceira etapa novamente se afirma. Tese, antítese e síntese. Afirmação, negação e negação da negação... [88]

Segundo sua lógica, a tese corresponde ao início da República (1889) à presidência de Epitáfio, em 1919, momento de ascenso, na qual apresenta os primeiros passos da classe operária no anarquismo como influência da emigração italiana: "A história do proletariado industrial começa com as primeiras greves depois de 1889 e com os imigrantes do Mediterrâneo que aqui aportam, trazendo a semente anarquista"[89].

A negação da tese corresponde aos primeiros passos da organização comunista no país, datando a fundação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro em 1921. Por consequência, a superação só poderia dar-se, evidentemente, com a fundação do PCB em 1922.

---

edição em uso preferiu manter o termo. No entanto, é evidente a contradição com toda a concepção exposta em relação ao caráter feudal do setor agrário em sua análise.

[88] BRANDÃO, 2006, p. 120.

[89] BRANDÃO, 2006, p. 113.

Em acordo com essa lógica dialética formal, também está a política da revolução do país e o consequente papel do proletariado nessa. O momento é de negação do passado feudal e de afirmação do desenvolvimento industrial-capitalista. O papel do proletariado e de seu partido político seria conjurar forças contra o feudalismo nacional, unificando ao redor de si as massas exploradas e oprimidas. Nessa condição, caberia apoiar a pequena-burguesia na sua luta contra o fazendeiro do café, empurrar a pequena-burguesia à frente do processo histórico; isso é, um papel eminentemente de pressão.

Curiosamente, o autor chega a fazer uma comparação com a Rússia: "Não esqueçamos de que o Brasil, como a Rússia, é um país agrário"[90]. Fora o fato de que na Rússia, o passado feudal e suas reminiscências eram inconteste, Brandão ignora que nesse país o caráter da revolução democrática acabou por se converter, de forma permanente, em socialista. Ainda que chegue a usar o termo "revolução permanente" – não no sentido trotskista, evidentemente -, seu conteúdo etapista é nítido:

> Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – o 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, a fim de, transporta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista. [91]

É nesse marco em que encara a revolta de 1924, na qual almeja "a vitória do industrialismo sobre o agrarismo; a vitória da burguesia industrial sobre os agrários, a vitória da burguesia progressista sobre os elementos rotineiros" e, somente "após a vitória dos pequeno-burgueses (aliados dos grandes burgueses industriais), virá a Vitória Proletária" [92].

[90] BRANDÃO, 2006, p. 132.
[91] BRANDÃO, 2006, p. 133.
[92] BRANDÃO, 2006, p. 138-139.

2.7. Conclusões preliminares

> Mas é no contexto da criação do Birô Sul-americano da Internacional Comunista, em meados de 1925 [...] que tem início um esforço articulado para o desenvolvimento de reflexões teóricas sobre a América Latina, de cariz marxista [...] Mas essa criatividade analítica, que tenta apreender as especificidades das realidades nacionais, como o importante agrarismo e industrialismo de Octávio Brandão, trazem ainda a marca indelével da presença desse marxismo eclético [com inflexões de teor idealista e positivisita][93].

Agrarismo e Industrialismo é, sem sombra de dúvidas, uma obra singular para o desenvolvimento do marxismo no país. No entanto, ainda que pioneira, é visível sua extrema debilidade enquanto uma análise do ponto de vista materialista histórico. Como qualquer outra obra não deixa de ser datada e, portanto, impossível de ser compreendida por fora dos acontecimentos concretos da realidade política nacional e da própria vida do autor. Em suas memórias, *Combates e Batalhas*, Brandão nos dá pistas sobre os elementos que o levaram àquela análise, àquelas conclusões e da relação com o desenvolvimento do partido que ajudava a forjar.

Sua infância em Viçosa parece ter influenciado bastante sua compreensão sobre o caráter feudal da economia do país, segundo o autor trava-se de um ambiente muito atrasado, com reminiscências escravistas e feudais, cercada de cana-de-açúcar nos engenhos, onde "viviam camponeses semi-servos e predominavam as relações de produção pré-capitalistas, que pesavam especialmente sobre os trabalhadores negros"[94].

É interessante notar o peso que dá a questão negra em várias passagens de seus textos. No entanto, ainda que consiga captar que o sistema de exploração que se desenvolve no país recaia especialmente sobre os negros que vão acabar por se formar como o setor mais precarizado, oprimido e explorado do proletariado brasileiro; não associe isso à formação do capitalismo no país, senão como sobrevivências do passado escravista e perpetuadas pelo seu presente "feudal".

[93] MAZZEO, 2003, p. 156.
[94] BRANDÃO, 1978, p. 35.

Isso porque, ainda que parta corretamente do pressuposto do desenvolvimento internacional das forças produtivas, ponto central em qualquer análise marxista, e demonstre certa compreensão dos conceitos fundamentais do Imperialismo de Lênin, não consegue desenvolver a fundo a capacidade do capitalismo, em sua época imperialista, de subsumir outras formações sociais em proveito do mundo das mercadorias. Isso fica evidente, inclusive em textos posteriores, como o já citado Combates e Batalhas quando descreve a situação de Viçosa:

> Muitos artesãos – trabalhadores a domicílio: alfaiates, sapateiros, ferreiros, funileiros que faziam objetos de folha de flandres. Os empregados no comércio. Ganhavam 30 mil réis mensais, com comida, e trabalhavam 12, 14 horas diárias. Inúmeras criadas, semi-servas domésticas. Certo número de almocreves. Organizavam caravanas de burros que transportavam mercadorias de um lugar para outro. [...]Os semi-servos dos engenhos de cana-de-açúcar – índios-caboclos, negros e mulatos: homens do eito, no cabo da enxada, cortadores de cana, cambiteiros, trabalhadores de bagaceira, das moendas e fornalhas. Os semi-servos das plantações de algodão. Os rendeiros ou arrendatários de tipo pré-capitalista – pagavam ao proprietário a renda rural feudal em trabalho, em produtos ou em dinheiro... [...] Os médios e grandes proprietários rurais – os senhores semifeudais – formavam a classe dominante. [95]

Não se trata de negar os resquícios "pré-capitalistas" do desenvolvimento do país. No entanto, o curso do desenvolvimento histórico não é ideal, nem tampouco linear com uma sucessão de formas pré-estabelecidas. Nessas terras, não se seguiu o mesmo desenvolvimento inglês por motivos evidentes, assim, não podia se esperar que a formação do capitalismo no país não fosse estar dotada de singularidades extremamente particulares. Ao privilegiar esses elementos da formação nacional, acaba por secundarizar o que é fundamental: essas formas arcaicas de produção estão subordinadas à produção de mercadorias em acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e dos mercados internacionais; isso é, os elementos de atraso são parte constitutiva da ordem econômica imperialista mundial.

Por isso, mesmo em sua obra posterior, após inúmeros balanços críticos de sua obra fundadora, não rompe com o eixo de sua análise. Por isso

[95] BRANDÃO, 1978, p. 36-37.

continua a ver um passado da Idade Média feudal no Brasil, a extensão da terra é o suficiente para traçar um sinal de igual entre o latifúndio agroexportador monocultor ao feudo europeu policultor voltado para sua própria produção[96].

Por essa compreensão acaba por ver o desenvolvimento do capitalismo, industrialista, dissociado desse passado agrário. Acaba por antecipar a concepção dualista que fará escola no PCB até os tempos cepalinos: "O capitalismo penetrou no Rio de Janeiro, em São Paulo e outras zonas. São verdadeiras *ilhas* no meio do atraso geral" [97].

Por isso, Brandão acaba por advogar por um programa democrático, de libertação nacional, segundo o autor, a tarefa seria libertar o Brasil de seus inimigos feudais e imperialistas. Por isso, separa a revolução democrática da socialista, em etapas distintas. Evidente que nesses elementos de sua análise não se pode separar o embate político que se tratava no âmbito internacional na Internacional Comunista. É nesse marco que encaramos a publicação de Agrarismo e Industrialismo, na tentativa desesperada de ajustar-se a Internacional Comunista, isso é, ao PCUS. Cabe observar que a formalização do PCB nos quadros da III Internacional só ocorre após a morte de Lênin e a época de produção da obra, entre 1924 e 1926, coincide com os anos da luta da oposição de esquerda ainda no interior da Internacional e do partido russo. Ainda que se considere que a "stalinização" dos Partidos Comunistas só se dê na década de 1930, há de se levar em conta o papel de paradigma do partido russo e que suas disputas influenciassem de forma decisiva nas seções nacionais da Komintern.

A influência da concepção de Stálin sobre a obra Agrarismo e Industrialismo pode ser vista de forma pormenorizada em artigo de João Quartim de Moraes, *A influência do leninismo* (sic) *de Stálin no comunismo brasileiro*. Nesse artigo, Quartim, defende que Brandão e Astrojildo Pereira foram:

> fortemente influenciados, em seu esforço de assimilação dos fundamentos do marxismo e do bolchevismo, pela concepção

[96] "O Brasil foi e continua a ser um país atrasado, cheio de sobrevivências feudais, da Idade Média. Quais? A existência de enormes latifúndios" (BRANDÃO, 1978, p. 161).
[97] BRANDÃO, 1978, p. 162.

> staliniana do marxismo-leninismo, tal como formulada em *Sobre os princípios do leninismo* [Stálin][98]

Segundo Quartim, "não pode haver qualquer dúvida a respeito da substancial convergência do marxismo de Brandão com o marxismo de Stálin"[99]. Um de seus argumentos centrais é que, entre a redação da primeira parte da obra em 1924 e sua integralização em 1926 ocorreram mudanças substanciais na obra que permitiu o autor adequar a concepção de Stálin exposta em seu *Sobre os princípios do leninismo*. Outro argumento é que a influência de Stálin não reside unicamente na assimilação de suas obras, senão por diversos poros da komintern pós-1924.

Do ponto de vista político, a tese de Octávio Brandão se ajusta perfeitamente à política que se realiza a Komintern em relação à China[100], ao Kuomitang e sua tentativa de tradução para o Brasil através do Bloco Operário e Camponês (BOC). O próprio autor acaba por esclarecer sua posição no âmbito internacional, ao identificar stalinismo à leninismo e esse a antitrotskismo: "Depois da morte de Lênin, o Partido Comunista da União Soviética travou a batalha contra o trotskismo. [...] Fomos contrários ao trotskismo, em nome do marxismo-leninismo" [101].

Dessa forma, desde 1926, o PCB estrutura uma análise na qual assume uma concepção da revolução por etapas – ou "a retalho" como diziam os primeiros trotskistas do fim da década -, posição que fará história nas leituras teóricas do partido. Essa visão de Brandão estava em sintonia com as diretrizes internacionais, ainda que não impostas de forma simples e mecânica, como explica o historiador pecebista, Mazzeo:

> ...esta tentativa de Brandão estava fortemente permeada pelas teses da IC, que definiam a necessidade de incorporar aos movimentos burgueses e pequeno-burgueses de caráter nacionalista ao bloco operário e camponês. De acordo com

[98] QUARTIM, 2007, p. 138.
[99] QUARTIM, 2007, p. 140.
[100] "De fato, a transposição das análises das realidades ocidentais que enfatizavam o elemento classista existente nos países europeus, generalizando a formulação do 'bloco operário e camponês', será um obstáculo ao entendimento de realidades em que o componente rural e suas complexidades culturais constituíam-se como dominantes. Esse reducionismo teórico interferirá, e de maneira desastrosa, nas formulações da IC desse momento em diante" (MAZZEO, 1999, p. 42).
[101] BRANDÃO, 1978, p. 261.

> essa diretriz, o PCB procura organizar o Bloco Operário [...] De acordo com a tática frentista estabelecida pelo PCB, o Bloco Operário teria o papel de organizar o polo proletário de "frente ampla momentânea", do qual emergiram as condições políticas para a construção da hegemonia do proletariado. [102]

As discussões no interior do partido começaram a girar em torno do BOC e da análise teórica que o sustenta às vésperas da realização de seu III Congresso (1928/29) que acabará com a eliminação da oposição, embrião do grupo que analisaremos a seguir. Por sua vez, após o VI Congresso da IC, na qual ocorre a chamada "inflexão stalinista", opera-se no PCB a realização de um referencial teórico alinhado à política da Komintern "condicionando desse modo o que poderíamos chamar de Weltanschauung política hegemônica na esquerda brasileira"[103] nas décadas seguintes.

[102] MAZZEO, 1999, p. 55.
[103] MAZZEO, 2003, p. 159.

Capítulo 3. A Oposição de Esquerda no Brasil

A maior parte da historiografia reduz o trotskismo brasileiro a um pequeno círculo de intelectuais. Segundo Miguel Tavares de Almeida (2003), os próprios documentos do PCB dão indícios contrários. Resgataremos neste capítulo as origens dessa corrente no Brasil para, em seguida, ver como se delineava sua concepção sobre a realidade brasileira, base para o desenvolvimento estratégico-programático da Revolução Brasileira.

Assim como os russos, os marxistas brasileiros partiam da análise das particularidades do desenvolvimento histórico do país para extrair as conclusões acerca do caráter e da dinâmica da relação entre as classes no processo revolucionário. Tal qual acabamos de ver com Octávio Brandão que, partindo de uma base material de histórico feudal, deduz a perspectiva por etapas da revolução brasileira.

Como também no desenvolvimento da perspectiva internacional do grupo agora estudado, a seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional, a teoria da revolução permanente de Leon Trótsky se desenvolveu em embate com outras concepções – primeiro contra o etapismo menchevique e posteriormente contra a perspectiva de “socialismo num país só” de Stálin e Bukhárin -, o mesmo ocorre na discussão brasileira. E, as primeiras concepções do trotskismo brasileiro, começam a se desenvolver em polêmica justamente com as obras do pioneiro Octávio Brandão.

Os estudos sobre o surgimento do trotskismo no Brasil apontam às dissidências do PCB surgidas em 1927-1928, especialmente a chamada Oposição Sindical. E é justamente nessa época, no início de 1928, que as polêmicas internacionais da Internacional começam a aparecer nas discussões brasileiras. As divergências surgidas no Brasil tratavam de temas que, embora referentes à política levantada no país, eram de extrema relevância para toda a esquerda internacional: a relação entre partido e sindicato, as alianças de classe necessárias (a questão do tenentismo e do BOC) e o regime interno dos partidos (a transformação da concepção de centralismo democrático em

monolitismo burocrático). Apesar de a Liga Comunista[104] (LC) criticar a forma como ocorreu essa cisão[105], alguns de seus fundadores estiveram nessas dissidências que, se não lograram manter um grupo organizado, criaram o espaço político para a oposição.

3.1. Preliminares: Alguns aspectos da teoria da revolução permanente e sobre desenvolvimento desigual e combinado

A teoria da revolução permanente, formulada por Leon Trotski, surgiu para explicar a dinâmica da luta revolucionária na Rússia. Seus pontos fundamentais foram escritos antes da revolução de 1905 e sintetizados em um artigo de 1906, *Balanço e Perspectivas*. A partir das lições de 1905, prognosticou o nexo interno que assumiria o processo revolucionário russo, confirmado em Outubro de 1917.

A questão da revolução permanente só seria retomada a partir de 1924, chegando a sua versão definitiva somente após a revolução chinesa (1925-1927). Em 1929, Trotski publica *A Revolução Permanente* generalizando para os países economicamente atrasados algumas de suas conclusões, tentando captar a dinâmica da revolução mundial.

O embate iniciado no partido russo transporia seus limites nacionais na Internacional Comunista com a formação da Oposição de Esquerda Internacional[106], encontrando também a sua versão brasileira. Em maio de 1930, aparece publicamente a primeira seção da Oposição de Esquerda no

[104] Liga Comunista: O nome da organização trotskista a partir de janeiro de 1931. A partir do 01 de Maio de 1934 passará a se chamar de Liga Comunista Internacionalista (LCI) marcando a ruptura com o PCB.

[105] "Foi precisamente em 1928 que um grupo de camaradas mais esclarecidos tentou opor uma barreira aos atentados que vinham sendo cometidos contra os princípios. Essa tentativa não logrou, entretanto, tomar maior vulto. Sem ter tido o cuidado de elaborar uma plataforma que definisse os seus pontos de vista, esses camaradas, ainda inexperientes, cometeram uma série de erros de tática que lhes custou a derrota e, com esta, a dos princípios. Posteriormente nada se fez nem procurou fazer" (ABRAMO; KAREPOVS. p. 86-87)

[106] A Oposição de Esquerda surgiu na Rússia após a morte de Lênin para combater a Troika (aliança entre Stálin, Zinoviev e Kamenev). Nesse momento ainda existia ainda certo espaço democrático no partido e na sociedade. Em seguida, Stálin removeu os dirigentes da oposição de cargos de direção e impede as células militares de votar. Com a invenção da teoria do "socialismo num país só", Kamenev e Zinoviev rompem a Troika com Stálinefundam a Oposição Unificada com Trotski e Krupskaia (viúva de Lênin). Em 1927, derrotados, Zinoviev e Kamenev capitulam. Em 1928, mais de 400 líderes da oposição são presos e deportados. Expulso do PCUS e da URSS, Trotski passa a organizar a Oposição de Esquerda Internacional e, sua maior seção, a russa, com mais de 4000 militantes torna-se clandestina.

Brasil, o Grupo Comunista Lênin, posteriormente chamado de Liga Comunista. Em oposição à compreensão da formação econômica e social brasileira e da perspectiva de revolução formulada pelo PCB, essa primeira geração do trotskismo formula para a realidade brasileira sua concepção de revolução permanente. Para discutir como esses trotskistas chegam a essa formulação, partiremos de como surgiu e se desenvolveu essa teoria no pensamento de Leon Trotsky.

Entre as principais polêmicas da socialdemocracia russa no início do século XX, figurava a questão do caráter e da dinâmica de sua revolução. Desenvolveram-se três posições a esse respeito, em que todas partiam do caráter democrático da revolução. As diferenças consistiam na dinâmica das classes e no desenvolvimento ulterior à tomada do poder.

Podemos apresentar esquematicamente a concepção menchevique através do seguinte raciocínio: se as tarefas da revolução são burguesas, a mesma só pode ser dirigida pela burguesia, cabendo ao proletariado apoiá-la contra a reação.

A concepção de Lênin era radicalmente distinta. O nó da questão consistia nas relações agrárias, apontando duas variáveis para seu desenvolvimento. Pela "via prussiana", o desenvolvimento capitalista russo conservaria os elementos mais atrasados combinados a elementos de modernização, cabendo ao burguês e ao latifundiário os papéis dirigentes. Pela "via americana", baseando-se na pequena propriedade como alavanca do desenvolvimento econômico, só seria possível pela transformação revolucionária das relações sociais, na qual os protagonistas seriam o campesinato e o proletariado.

> [ou] toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; - ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão [...] Em outras palavras: se segue a primeira via, conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga 'superestrutura'; nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifundiário liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio [...]. Com a segunda via, a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga 'superestrutura' que lhe corresponde são destruídos; o papel dirigente é

> desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contra-revolucionária[107].

Nesse aspecto, Trotski se coloca como "discípulo de Lênin no que concernia ao papel decisivo da transformação agrária no destino de nossa revolução burguesa" e que esta só se realizaria "no curso da luta contra a burguesia liberal pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses"[108]. No entanto, em relação à *ditadura democrática do proletariado e do campesinato*[109], Trotski só estava de acordo no que concernia à aliança social necessária, mas não como um regime político próprio. Considerava que os camponeses, "a despeito de sua enorme importância social e revolucionária", "não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido"[110]. Seria para Trotski não uma "ditadura democrática do proletariado e do campesinato", mas a própria ditadura do proletariado apoiada nos camponeses. Sendo o proletariado a classe fundamental do poder, esse não se sustentaria sob bases capitalistas, devendo fazer incursões no programa socialista. Esse é, sinteticamente, o principal aspecto da primeira formulação da teoria da revolução permanente: *o transcrescimento da revolução burguesa em socialista, isto é, sua permanência.*

Por que o elo mais fraco da cadeia imperialista só pode realizar suas tarefas democráticas por intermédio da ditadura do proletariado? Para Trotski, a revolução acontecera na Rússia "não porque a sua economia fosse a mais

[107] LÊNIN, 1982, p. 10-11.
[108] TROTSKY, 2007a, p.59.
[109] Para ver o limite democrático a que Lênin prognosticava à Revolução Russa antes da primeira guerra mundial, ver *A classe operária como combatente de vanguarda pela democracia* em *Que Fazer* (LÊNIN, 1986, p.135-145), No entanto, em sua perspectiva, os atores seriam camponeses e operários, independentes da burguesia, em Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática: "Mas a apreciação da importância do governo provisório revolucionário seria incompleta e errada se perdêssemos de vista o caráter de classe da revolução democrática. Por isso a revolução acrescenta que a revolução fortalecerá a dominação burguesa, o que é inevitável no regime econômico-social atual, isto é, capitalista [...] Lutando pela democracia, na vanguarda e à frente de todos, o proletariado não deve esquecer por isso, nem um momento, as novas condições que encerra a democracia burguesa nem a nova luta" e, em seguida "ao fixar como tarefa do governo provisório revolucionário a aplicação do programa mínimo, a resolução elimina deste modo as absurdas ideias semianarquistas sobre a realização imediata do programa máximo, sobre a conquista do poder para levar a cabo a revolução socialista [...] Só os mais ignorantes podem não tomar em consideração o caráter burguês da revolução democrática que está a processar-se" (LÊNIN, 1986, p. 390-391).
[110] TROTSKY, 2007a, p. 60.

madura para a transformação socialista, mas porque essa economia já não podia se desenvolver em bases capitalistas"[111]. Segundo Löwy (1998), o ponto metodológico fundamental do desenvolvimento desigual e combinado parte da categoria de totalidade do sistema capitalista que ao ligar todos os países do mundo, fez o mundo inteiro um único organismo econômico e político. Em *A História da Revolução Russa*, Trotski apresenta essa concepção:

> Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado [...] O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isto se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta em seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados – o que de fato é – está em poder assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série de etapas intermediárias.
> [...] Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas.[112]

Segundo essa compreensão, o capitalismo russo não copiava o mesmo desenvolvimento capitalista francês ou inglês. A afirmação de Marx do primeiro prefácio de *O Capital*, segundo a qual *o país mais desenvolvido não faz mais que mostrar aos menos desenvolvidos à imagem de seu futuro*, não podia ser assumida de forma literal. Para Trotski, a desproporção dos ritmos e medidas históricas se faz ainda mais forte sob o capitalismo, gerando a "completa interdependência da subordinação, da exploração e opressão entre países de tipo econômico diferente"[113].

O Estado russo, sob a pressão dos países ao ocidente, absorve parte da técnica capitalista, porém não de forma absoluta. Assim, o próprio Estado pressionava a formação da burguesia. A "europeização" era uma necessidade

[111] TROTSKY, 2005, p. 43.
[112] TROTSKY, 2007b, p. 20-21.
[113] TROTSKY, 2008, p. 187.

da nobreza. Dessa forma, o desenvolvimento industrial russo pode saltar o artesanato e a manufatura: “um progresso tão rápido era precisamente determinado por um estado atrasado”. Nesse caso, o papel do imperialismo é decisivo, ao tomar o desenvolvimento “de empréstimo” do ocidente, praticamente toda indústria nasce subordinada aos bancos e ao mercado europeu[114].

Essa formação determinava a fisionomia política da burguesia russa, cuja alta concentração eliminava a existência de classes urbanas intermediárias significativas. Além de possuir interesses comuns aos proprietários fundiários, a burguesia não podia, na época histórica do imperialismo, ameaçar-lhes o sagrado direito a propriedade, não podendo assim resolver as demandas fundamentais dos camponeses. Portanto, a relação com o proletariado e o campesinato determinava a incapacidade da burguesia russa de se alçar como classe dirigente do conjunto da nação.

Por isso, coube ao proletariado e ao campesinato alavancar o desenvolvimento das forças produtivas russas. Estabelecida a dominação proletária, esse não poderia subjugar-se a dominação econômica da burguesia, precisando avançar ao programa socialista. Assim, não há a separação da etapa democrática da socialista, senão confundem-se numa mesma fase. No entanto, para o desenvolvimento das tarefas socialistas, Trotski retomava a premissa da totalidade do desenvolvimento desigual e combinado, para quem só se poderia efetivar plenamente se fosse acompanhada de um desenvolvimento da revolução em escala internacional.

Durante a segunda revolução chinesa (1925-1927), Trotski troca uma série de correspondências com militantes da Oposição de Esquerda para discutir divergências com a política da Internacional Comunista e sobre suas perspectivas sobre o processo revolucionário. Em novembro de 1929, publica *A Revolução Permanente* para apresentar sua concepção definitiva. Trotski divergia da linha adotada pela Internacional Comunista de submeter o partido chinês ao Kuomitang[115]. Segundo o autor, existiam três campos em luta: os

[114] TROTSKY, 2007b.
[115]Kuomitang: Partido Nacionalista do Povo, fundado em 1912, era dirigido por Sun Yat-sem até 1925 quando, após sua morte, assume Chiang Kai-shek. O Partido Comunista Chinês aderiu ao Kuomitang em base a um programa de libertação nacional, até 1927 quando Chiang Kai-shek massacra milhares de operários e camponeses em Cantão e Shangai.

reacionários, a burguesia-liberal e o proletariado. A adesão ao Kuomitang criava a ilusão de existirem apenas dois campos, impossibilitando uma política independente e facilitando a traição burguesa. Trotski defendia a colaboração com os camponeses através de sovietes. Para tal, deveriam romper com a política e com a organização da burguesia (o Kuomitang), propondo a luta por sovietes de deputados operários, camponeses e soldados.

Ainda que Trotski considere que a China tinha importantes diferenças da Rússia[116], a inviabilidade de uma solução burguesa era análoga. Assim, generaliza a sua análise ao considerar que nos países de desenvolvimento tardio, as questões agrárias são candentes, uma vez que nenhum de tais países teria realizado sua revolução burguesa. Como próprio da época imperialista, a burguesia desses países nasce atrelada ao capital internacional e às arcaicas formas de dominação, descartando-a como possibilidade de direção de uma revolução nacional e democrática. Dessa forma, pode generalizar a tese de que, nesses países, a solução das tarefas democráticas só é possível pelas mãos do proletariado em aliança com os camponeses.

Assumindo o poder, todas as relações sociais se transformariam numa luta interior contínua. A ditadura do proletariado deve estabelecer transformações na economia, na técnica, nos hábitos, consistindo nisso *o segundo aspecto da revolução permanente que proclama que a tomada do poder não encerra a revolução, apenas a inaugura*. Assim a revolução permanece, uma vez que as tarefas socialistas plenas só podem se realizar a partir do avanço da revolução na arena internacional.

Essa concepção opõe-se às teorias da revolução por etapas e as distinções entre países maduros ou não para o socialismo. No entanto, assim como o mercado e as forças produtivas mundiais prepararam "o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista", também:

> A divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias-primas asiáticas etc., tornam impossível a construção de uma

[116] Destacava, por exemplo, a inexistência na China de uma nobreza fundiária como na Rússia, o que faria a revolução agrária assumir um caráter ainda mais forte contra a burguesia. Ademais, a questão da unidade nacional assumiria um contorno mais profundo ao se colocar a expropriação das concessões ao capital estrangeiro.

> sociedade socialista autônoma e isolada em qualquer região do mundo[117].

Disso decorre *o caráter internacional da revolução socialista, o terceiro aspecto fundamental da teoria da revolução permanente*. Essas teses constituem-se em ponto fundamental para a Oposição de Esquerda Internacional.

3.2. Internacional Comunista, PCB e etapismo

A partir do V Congresso da Internacional Comunista – ocorrido após a morte de Lênin – os outros partidos comunistas já começam a sofrer a influência das concepções do stalinismo. Mazzeo descreve esse processo e destaca a diferença entre os IV e V Congresso sobre a compreensão da questão da conciliação de classes e da independência política do proletariado:

> No entanto, nesse [V] Congresso evidencia-se o início de um reducionismo teórico, que se acentua nos anos subsequentes devido a dois elementos fundamentais: 1) o aprofundamento da subordinação das formulações estratégicas da IC à construção do socialismo em um só país – *que constitui no ponto central*; 2) o grande desconhecimento das particularidades históricas (*formações sociais*) dos países orientais [...] O elemento novo introduzido pelo V Congresso, "[...] na orientação adotada pelo anterior, consiste na *atenuação considerável* da posição crítica que o IV recomendava aos partidos comunistas coloniais em relação à colaboração com a burguesia nacional. O V Congresso enfatiza essa colaboração". Nesse sentido, a teoria do nacionalismo revolucionário tem alterada seus conteúdos, na medida em que fica submetida à incorporação de frações burguesas e parte da pequena burguesia ao bloco operário e camponês[118].

No entanto é a partir do VI Congresso da Internacional Comunista (julho-setembro de 1928) que passa a ocorrer uma ingerência direta no partido brasileiro. Ricardo Antunes chama isto de "primeira inflexão stalinista no PCB". O VI Congresso foi o primeiro a elaborar um capítulo voltado à questão latino-americana. Entre as publicações desse Congresso, temos:

[117] TROTSKY, 2007a, p. 209.
[118] MAZZEO, 1990, p. 42-43, grifos do autor.

> Da mesma forma que em todas as colônias e semicolônias, o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão em um escalão relativamente baixo. Esta circunstância e o jugo da dominação estrangeira, igualmente a existência de fortes resíduos de feudalismo e de relações pré-capitalistas, determinam o caráter da próxima etapa da revolução nestes países..., revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa da preparação dos pressupostos para a ditadura proletária e a Revolução Socialista[119]

O VI Congresso marcará a separação entre países "maduros" e "não maduros" para o socialismo e, portanto, também entre a revolução democrática como etapa distinta a da socialista[120]. Contraditoriamente, esse mesmo congresso que, por um lado, impunha à China a palavra de ordem de "ditadura democrática do proletariado e do campesinato" - com um conteúdo distinto do que Lênin preconizou para a Rússia – em oposição à "ditadura do proletariado", declarava também incompatíveis palavras de ordem democráticas como a de Assembleia Constituinte, sufrágio universal, etc. Para Antunes (1995), essa contradição do Congresso que combina uma linha oportunista de seguidismo à burguesia nos países coloniais e semicoloniais, com certo "oportunismo de esquerda" do "3º período" [121], vai marcar um momento de inflexão do stalinismo no PCB.

Após o VI Congresso da IC, realizou-se o III Congresso do PCB onde já começavam a assimilar as questões aprovadas na Internacional. Entre essas, a "bolchevização" – isto é, stalinização – dos Partidos Comunistas. Mazzeo destaca esse momento como um divisor de águas na história do PCB, sendo que a partir desta *inflexão* "encerrava-se o primeiro período do PCB, e

[119] O VI Congresso da Internacional Comunista, Informe e Discussões *apud* ANTUNES, 1995, p.19-20.

[120] Embora o IV Congresso da IC não tenha se aprofundado nas questões latino americanas, aprovou uma resolução com um conteúdo radicalmente distinto da concepção expressada nos congressos após a morte de Lênin. Um trecho do *Apelo aos operários e camponeses da América do Sul* aprovado no IV Congresso diz: "A burguesia de todas as Américas prepara a reação contra o proletariado [...] Como a Revolução Russa, empreendereis a ação contra o imperialismo preparando a ditadura proletária que destruirá em toda a América a ditadura burguesa" (Internacional Comunista, Apelo aos operários e camponeses da América do Sul).

[121] O VI Congresso da IC proclama a abertura do "terceiro período" que seria o colapso final do capitalismo e do avanço da revolução em todo o mundo. Assumem uma linha política sectária e ultra-esquerdista passando a colocar fascistas e social-democratas em pé de igualdade (social-fascismo). Essa linha se mostrou um verdadeiro desastre.

inaugurava-se um segundo, em que a tônica é uma política obreirista estreita"[122].

> O que ficou conhecido como "segundo período de bolchevização" dos partidos ligados à IC realizou-se no contexto da ascensão do segmento dogmático do PC russo, liderado por Stálin. Tal fato, refletindo diretamente no Komintern, acaba expandindo a "stalinização" a todas as organizações vinculadas a ele, reforçando a dogmatização e possibilitando a implementação das análises esquemáticas realizadas pelo Komintern[123].

Nesse III Congresso do PCB, o grupo dos oposicionistas que havia assinado um documento a fim de discutir a falta de democracia no regime interno do partido é sumariamente expulso. Deste grupo com assinatura de 50 militantes, somente cinco formariam a Oposição.

A construção/consolidação da oposição ganha força a partir da greve dos gráficos de 1929 que durou mais de 70 dias. O sindicato dos gráficos[124] era um dos mais importantes e ativos do país. Ao final da greve, a célula 4R do jornal *O País* é expulsa do PCB. Segundo o depoimento de Hilcar Leite, militante da Liga Comunista, "*um dos pilares dessa oposição foi uma célula dos gráficos*". Ele diz ainda que "*os trotskistas começaram a fornecer elementos teóricos para a luta da oposição sindical, até que houve o rompimento, e logo depois surgiu a Liga Comunista Internacionalista*"[125].

São as teses de Brandão que balizam a política do PCB até 1929, quando se tem a guinada "obreirista" e "esquerdista" na política da Internacional Comunista. Isto é, após a *inflexão stalinista* que chamou Antunes. No entanto, as teses de Brandão já se enquadravam, mesmo antes do VI Congresso, no esquema geral stalinista, como demonstram Mazzeo em excertos acima e João Quartim de Moraes:

> [...] Talvez não seja casual que entre os acréscimos efetuados por Brandão após a conclusão da parte fundamental do livro (...) figure a mais recente etapa da história das lutas operárias, isto é, justamente a parte de Agrarismo e Industrialismo onde

[122] MAZZEO, 1990, p. 57.
[123] MAZZEO, 1990, p. 57.
[124] O sindicato dos gráficos na época organizava todos os envolvidos em uma publicação, dos jornalistas aos trabalhadores braçais da gráfica.
[125] GOMES, 1988, p. 168-169.

> se manifesta com mais nitidez uma concepção staliniana do processo histórico[126].

Os próprios trotskistas chegam a atestar o caráter pioneiro das teses de Brandão como uma tentativa de fazer uma apreensão marxista da realidade brasileira, chegando a defendê-lo dos ataques do stalinismo sem, no entanto, abrir mão de suas pesadas críticas:

> [...] podemos dizer que a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais "heróica", foi a do camarada Brandão, com o seu "Agrarismo e Industrialismo". Desgraçadamente, foi também a mais antimarxista e a mais desastrosa. A linha do Partido sofre, ainda hoje, a influência desse bazar de monstruosidades teóricas, se bem que a direção da I.C., fingindo penitenciar-se da consagração que dele fizera por largos anos, procure dissimular o seu oportunismo com o simples ato de aplicar às costas do camarada Brandão o selo do "imposto único" menchevista. É aliás, uma velha praxe da direção centrista de Stálin, responsabilizar por todos os males as direções nacionais, para que estas, por sua vez, ressalvem o seu 'prestígio', fazendo pesar a carga de todas as culpas sobre os ombros de um só camarada. A honestidade do camarada Brandão devia pagar, assim, pela sordidez dos Astrogildo Pereira & Cia[127].

Como vimos, a concepção traçada por Brandão era de que o caráter da revolução brasileira seria "agrário e antiimperialista", numa fase democrático-burguesa[128]; isso pois, a principal contradição da sociedade brasileira residia entre os interesses da pequena burguesia revoltosa, representada pelos tenentistas opostos às oligarquias agrárias. Para esse autor, a burguesia industrial constituía-se como uma classe desorganizada, incapaz de dirigir a luta contra as oligarquias cafeeiras. Por isso, a liderança recai sobre a pequena-burguesia urbana (tenentistas). A concepção de Brandão é que se somariam nessa aliança de classe os trabalhadores e a burguesia industrial sob a direção política do tenentismo. Essa corresponderia à primeira fase da revolução, responsável por destruir as relações feudais, numa revolução "democrático-pequeno-burguesa". Sua análise pressupunha uma rivalidade

[126] QUARTIM, 2007, p. 78.
[127] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 83-84.
[128] Segundo Fúlvio Abramo, Octávio Brandão, anos após seu exílio em Moscou definiria esse caráter como operário e camponês, mas sem abandonar seu conteúdo democrático burguês (ABRAMO; KAREPOVS, 1987).

entre a burguesia industrial e as oligarquias agrárias que seriam fomentadas a partir dos interesses rivais entre o imperialismo ianque e inglês, respectivamente. Formulação que inspira a tentativa de aproximação com o tenentismo e a formação do Bloco Operário, posteriormente, Bloco Operário e Camponês.

> Esta tentativa de Brandão estava fortemente permeada pelas teses da IC, que definiam a necessidade de incorporar os movimentos burgueses e pequeno-burgueses de caráter nacionalista ao bloco operário e camponês[129].

O Bloco Operário e Camponês foi criticado pela oposição como a tentativa de fazer a versão brasileira do Kuomitang chinês que, Del Roio descreve:

> O núcleo da estratégia revolucionária concebida pelo PCB estava fundado, portanto, na aliança entre o proletariado fabril e a pequena burguesia urbana. Aliança essa que deveria encontrar alguma forma de unidade orgânica seguindo a inspiração do KMT chinês, mesmo que não se fizesse mais essa referência, devido ao recente desenlace catastrófico da linha política dos comunistas chineses[130].

As teses de Brandão e a organização do BOC são questões centrais das críticas do que se tornaria a Oposição de Esquerda. Segundo Miguel Tavares de Almeida, para a formação da Oposição:

> A questão chinesa será a pedra de toque já que este problema colocará a discussão da relação entre o imperialismo e os países da América do Sul, em contraposição às teses de Otávio Brandão que defendia ser o conflito entre os imperialismos inglês e norte-americano, o mais relevante para a revolução no Brasil e na Argentina[131]

3.3 – Mário Pedrosa e a fundação do Grupo Comunista Lênin

O papel protagonista na construção da Oposição de Esquerda no Brasil pertence a Mário Pedrosa. Militante do PCB, enviado à URSS para estudar na Escola Lênin em Moscou, nunca completou seu destino. Durante a sua passagem pela Alemanha, teve contato com as teses da Oposição de

[129] MAZZEO, 1990, p. 55.
[130] DEL ROIO, 1990, p. 43.
[131] ALMEIDA, 2003.

Esquerda no final de 1927. Em Abril de 1928, convencido da plataforma da Oposição, desiste de seguir a viagem, mas mantém interesse no desenrolar da situação da URSS, como demonstra correspondência trocada com Lívio Xavier, na qual é interessante notar a convergência com o pensamento de Trotsky sobre o caráter da burocracia soviética:

> Do ponto de vista da IC – uma palavra define melhor a situação: se trata de uma crise do bolchevismo. Do ponto de vista russo: é o impasse em que estão. As faltas de recurso do Estado para a industrialização e a ascensão progressiva da economia privada no campo. O processo clássico de acumulação do capital etc. etc., o advento em cena de uma nova burguesia do campo e da cidade, o enfraquecimento das bases econômicas do proletariado e consequentemente do seu poder político etc., agravado com a burocratização do Estado que pelo próprio peso da burocracia tende cada vez mais a se libertar das suas origens de classe – para se considerar acima das classes, com interesses e objetivos próprios. O pior é que a degenerescência burocrática atingiu os próprios órgãos de combate e defesa do proletariado, aos sindicatos e partido[132].

Ao regressar ao Brasil, em Agosto de 1929, começa a organizar o que seria a Oposição de Esquerda no Brasil. Reunindo-se com Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, João da Costa Pimenta, Aristides Lobo e outros, fundam o Grupo Comunista Lênin, dando início a uma luta dentro e fora do PCB. Em Abril de 1930 formalizam sua adesão à Oposição de Esquerda Internacional em documento endereçado "Ao Secretariado Internacional Provisório", destacando os acordos que Trotski considerava fundamentais para a adesão à oposição:

> Desde agora, porém, por deliberação de nossa reunião de 13 de abril, estamos autorizados a declarar que nosso grupo adota a mesma posição de Trotski e de "VERITÉ" em três questões: a teoria da edificação do socialismo num país só, a questão do Comitê Anglo-Russo e a questão chinesa. (CEMAP-CEDEM/UNESP)

O Grupo Comunista Lênin passa a publicar o jornal *A LUTA DE CLASSE*, órgão oficial dos grupos trotskistas que seguiram: a Liga Comunista, Liga Comunista Internacionalista, o Partido Operário Leninista (POL) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Em seu primeiro editorial, intitulado

[132] MARQUES, 1993, p. 295.

"*Nossos Propósitos*", já deixam claro sua perspectiva permanente da revolução brasileira em oposição à revolução por etapas do PCB[133]:

> Por meio de uma crítica fraternal, até onde for possível, mas, tenaz e, por vezes, violenta, até onde for necessária - a "Luta de Classe" seguirá desassombradamente o caminho que lhe indicaram as imposições históricas, apontando às massas a solução revolucionária do problema social e mostrando a diferença fundamental que existe entre a concepção "retalhista" de Revolução (por etapas ou a prestações) e a verdadeira concepção marxista do desenvolvimento histórico, **segundo a qual os acontecimentos se interdependem dialeticamente, marchando com o ritmo que lhes é próprio e não dando jamais a possibilidade de uma classe resolver os problemas da outra**. Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a idéia abstrusa de que o proletariado primeiro deve resolver os problemas nacionais da burguesia, para depois realizar a obra de sua libertação! A outra coisa, senão à traição mais evidente dos interesses vitais da classe operária, não podia conduzir a concepção estreitíssima de que a Revolução deva ser feita a retalhos[134].

É evidente a relação com a formulação da lei do desenvolvimento desigual e combinado que, segundo Trotski permite que "uma classe se encarregue de dar uma solução às questões que interessem a uma outra classe, é uma das combinações que são naturais aos países atrasados"[135].

Em acordo com as formulações da Oposição Internacional, neste mesmo editorial, o GCL esclarece que seu propósito:

> Não visa combater o Partido Comunista, porque o que urge é reintegrá-lo na linha que se traçou por ocasião de sua fundação, de modo que o seu rótulo vermelho passe a ser expressão revolucionária de uma realidade[136].

Essa concepção balizava toda a oposição internacional, em luta pela regeneração da Internacional Comunista, bem como do Estado Soviético. Defendiam inicialmente uma reforma do regimento interno dos Partidos Comunistas e também do Estado Operário. Mário Pedrosa, antes de chegar ao Brasil, relata essa posição:

---

[133] A "revolução a retalhos" é em referência à política de aliança com a pequena burguesia e a perspectiva etapista do PCB que separava a revolução democrática da revolução socialista. Essa questão será aprofundada no próximo sub-tópico.
[134] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 43, grifos nossos.
[135] TROTSKY, 2007b.
[136] ABRAMO; KAREPOVS, p. 43.

> [Trotski] Acha que o grupo oposicionista deve manter o seu ponto de vista – contra o Thermidor – e trabalhar para conquistar o Comintern. É contra a criação dum 2º partido e 1 Quarta Internacional[137].

No entanto, o Grupo Comunista Lênin teve curta duração. Por problemas de saúde, seu principal dirigente, Mário Pedrosa, afasta-se temporariamente, deixando o grupo desarticulado. O centro político do grupo muda do Rio de Janeiro para São Paulo. Começam a se reorganizar e, em 21 de janeiro de 1931 (data da morte de Lênin em 1924), fundam a Liga Comunista.

3.4 – A Liga Comunista e suas primeiras elaborações

Quando surge a Liga Comunista, em 1931, ainda que mantivessem a mesma orientação estratégica de reforma da IC e da URSS, a dinâmica do desenvolvimento da Oposição de Esquerda já começa a se modificar. Assim descreve a LC em um artigo intitulado *Nosso caráter de fração*:

> A Liga Comunista [...] agrupa em torno de si os operários mais conscientes do Partido, vivendo dentro e fora deste, educando e esclarecendo o espírito revolucionário do proletariado. Os melhores militantes, expulsos e não expulsos, lutam intransigentemente por seu programa de ação revolucionária, baseada nas teses e resoluções dos quatro primeiros congressos da I.C. A Liga Comunista, liderada internacional por Trotski e Rakovsky - ambos deportados e perseguidos por defenderem a integridade dos princípios que, em 1917, deram vitória aos trabalhadores da Rússia -, tem um caráter bem definido de *fração* de esquerda do Partido, o que vale dizer: *fração de esquerda da Internacional Comunista*. Reivindicando o restabelecimento da liberdade de discussão nas fileiras do partido, ela é, antes de tudo, o reflexo de uma imposição histórica: a luta pela regeneração da ditadura do proletariado na URSS, cuja estabilidade vem sendo ameaçada pelo *perigo termidoriano*, e a continuação do processo permanente e internacional da Revolução Proletária em todos os setores da luta de classes[138].

Através de seus órgãos de imprensa, a LC publicará uma riquíssima análise sobre a formação econômica e social brasileira. Essas elaborações do começo da década de 1930 influenciarão uma série de estudos da formação do capitalismo brasileiro, sendo algumas vezes omitida a fonte original. Os mais

[137] MARQUES, 1993, p. 289.
[138] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 92-93, grifos do autor.

importantes destes artigos encontram-se nas publicações de seu jornal *A LUTA DE CLASSE* e também nas publicações dos *Boletins da Oposição*.

Entre as várias elaborações da Liga Comunista sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de autoria de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, publicado em março de 1931 sob os pseudônimos M. Camboa e L. Lyon, talvez seja a mais rica e original. Tratava-se de um esboço a ser completado coletivamente por toda a organização. Podemos confirmar esse mecanismo de construção coletiva através de outro documento, *A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento*, destinado a debater a formulação inicial:

> Trata-se, porém, de um 'esboço', sendo natural que certas observações possam surgir para melhorar e completar o trabalho. Foi precisamente com esse objetivo que a Liga Comunista, fazendo ressurgir em suas fileiras o regime da democracia interna que a burocracia liquidou no seio do Partido, resolveu por em discussão o trabalho de M.C. e L.L., a fim de lhe ser dada uma forma definitiva que permita enviá-lo ao Secretariado Internacional[139].

Nesse documento são feitas sugestões para precisar as definições encontradas no *Esboço*, podendo encontrar seu resultado definitivo no documento intitulado *Projeto de teses sobre a situação nacional*. No entanto, em artigos anteriores a estes, já encontramos elementos importantes que seriam aprofundados nesses. É o caso de *Aos trabalhadores do Brasil* publicado no primeiro Boletim de 1º de janeiro de 1931, assinado pela "Comissão Executiva Provisória da Liga Comunista (Oposição)". Neste artigo discute-se o abalo do Partido Republicano Paulista (PRP) como consequência da crise econômica mundial de 1929 que no Brasil golpeou com a crise de superprodução do café.

> Como consequência imediata da crise do café – produzido em São Paulo em tão grande escala que o consumo mundial, só de muito longe, pode acompanhar a marcha da produção – baqueou o P.R.P., o partido dominante da burguesia paulista, a camarilha que, nos 40 anos de 'república democrática' no Brasil, controlava o poder, exercendo a sua hegemonia na federação[140].

[139]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 87-88.
[140]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 56.

Atribuem à crise econômica o fator que, ao abalar as bases econômicas da dominação paulista, pode alçar Getúlio Vargas:

> E foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista. [...] Em São Paulo, a burguesia afogada nos 'stocks' de café e de tecidos, abdica nas mãos de uma ditadura militar todo controle do Estado, apavorada pelo desenvolvimento da crise econômica[141].

Interessante notar que nesses excertos, a Liga caracteriza os proprietários rurais paulistas de "burguesia paulista", identificando sua característica à concentração monopolista. Não somente no caso de São Paulo, mas caracteriza os governos estaduais como pertencentes às suas respectivas burguesias regionais:

> No Rio Grande do Sul, a burguesia já se sentia bastante forte para arrebatar o governo da União das mãos do P.R.P. Em Minas, a oligarquia dominante, com Bernardes à frente, lutava pela hegemonia política que estava sendo exercida por São Paulo. Quanto ao levante da Paraíba, temos nele um índice dos anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando uma maior liberdade política[142].

Diferentemente das análises de Octávio Brandão que caracteriza os grandes produtores rurais, os "agraristas", de senhor feudal: "*O fazendeiro de café, no sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor*", de onde conclui que "*A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão no alicerce*".

Essa importante diferença será desenvolvida no *Esboço*, constituindo base fundamental para sua formulação da perspectiva da revolução permanente no Brasil. Interessante observar a relação que a Liga Comunista estabelece entre os fazendeiros do café e os setores industriais:

> Premidos, o fazendeiro e o industrial, pela necessidade de reduzir o custo da produção, irá ela, muito possivelmente, a medidas mais radicais, como sejam a expropriação das fazendas de café

[141] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 58-59.
[142] Ibidem, p. 57.

> hipotecadas ao Banco do Estado e a sua consequente repartição em lotes[143].

Isto é, diferentemente de Octávio Brandão que previa um conflito de interesses entre esses dois setores, a Liga Comunista vê sua convergência política e econômica. Nesse mesmo excerto também pode-se aprofundar o caráter de concentração monopolista, uma vez que levantam a hipótese de se expropriar os endividados para repartir em lotes aos que estiverem com suas finanças "saudáveis". Dessa mesma questão, a Liga ainda depreende a relação de submissão que as classes dominantes nacionais estabelecem com o capital imperialista:

> Com tal medida, a burguesia cafeeira lançará o fardo das explorações não lucrativas sobre os ombros do colono, que pagará a terra que trabalha por preço alto, não se tenha dúvida, para que o Estado pague pontualmente os juros da dívida externa. O capital financeiro internacional ficará satisfeito. [...] Como remédio à crise financeira, mais um empréstimo que ligará mais os interesses da burguesia nacional aos da burguesia imperialista[144].

Essa análise diverge tanto de Octávio Brandão, como também de outras análises "clássicas" do PCB posteriores, como as de Nelson Werneck Sodré[145], responsável por outra concepção da revolução por prestações (etapas). Acrescentam ainda nessa sua análise inicial do momento da época imperialista que,

> A burguesia nacional tem de se submeter, pois, a sua política à política dos grandes países imperialistas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo, a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas[146] (ibidem, p. 61).

[143] ibidem, p. 59.
[144] ibidem, p. 59.
[145] Outra elaboração que segue a perspectiva etapista é de Nelson Werneck. Para o autor, ocorre no século XVII, uma "regressão feudal" no país; que o faz defender a necessidade de uma revolução nacional-democrática, dirigida pela burguesia brasileira anti-imperialista. Assim, além de dividir a revolução brasileira em duas prestações, coloca o proletariado numa posição ainda mais submissa à burguesia que Octávio Brandão, nas palavras de Sodré em *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*: "*Na medida em que o proletariado brasileiro consegue tomar consciência e organizar-se e ajuda as massas camponesas a avançar, a burguesia sente necessidade de compor a sua força com eles, para enfrentar o imperialismo* [...] *A burguesia brasileira tem perspectivas para decidir de seu destino e completar a sua revolução*" (SODRÉ, 1990, p. 31-32)
[146] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p.61.

Bem próximo à análise de Trotski em *A Revolução Permanente* que, após a experiência chinesa, conclui que nas colônias e semi-colônias, as burguesias nacionais são incapazes de realizar suas tarefas democráticas. Por isso, a Liga atribui estas tarefas ao proletariado, traduzindo para a realidade brasileira parte do primeiro aspecto fundamental da Teoria da Revolução Permanente, segundo a qual a ditadura do proletariado é o instrumento para a realização das demandas democráticas.

> O proletariado não se iludirá, pois, só ele, como classe verdadeiramente revolucionária e pelo caráter internacional da luta que trava contra a burguesia pode lutar pela liberdade, pela democracia[147].

A Liga Comunista assinala a disputa de interesses das burguesias estaduais pelo controle do governo federal, instrumento da centralização econômica do país; destacando dessa forma a debilidade da unidade (burguesa) nacional e a necessidade do caráter federativo. No entanto, apesar das diferenças entre uma ou outra fração da burguesia brasileira, a questão que a Liga quer assinalar é que todas possuem um acordo fundamental de defender-se do proletariado:

> Diante do proletariado, como classe, todas as frações da burguesia não têm divergências e, conservadores e liberais, fazem frente única. Quando o proletariado reclama as mais elementares palavras de ordem, procura abafar a sua voz a mão pesada da reação burguesa[148].

3.5 – Liga Comunista: Formação econômica e social brasileira

A partir do *Esboço*, a Liga Comunista apresenta uma análise mais profunda da formação brasileira. De autoria de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, publicado em março de 1931, no jornal *A luta de Classes* de nº 6, sob os pseudônimos de M. Camboa e L. Lyon, esse texto é, segundo Coggiola (2003), "o primeiro texto que alicerça as teses da Oposição de Esquerda sobre o Brasil" e que, "apesar de sua brevidade, apresenta uma lúcida crítica da

[147] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 62.
[148] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 63.

situação social do Brasil". Esse trabalho inicial é o primeiro esforço para servir de base para a elaboração definitiva de uma análise do país que acabará por aparecer de forma mais delineada em outro documento, o *Projeto de teses sobre a situação nacional*. O objetivo era colocar o primeiro documento em discussão para se chegar a uma síntese coletiva como parte da democracia interna do grupo que buscavam desenvolver. O *Esboço* divide-se em duas partes, uma primeira histórica e uma segunda mais contemporânea discutindo o desenvolvimento da luta de classes e sua perspectiva estratégico-programática.

Começam destacando as diferenças entre o processo de acumulação na Europa e no Brasil. Para isso recorrem às formulações de Marx em *O Capital* e, em acordo com a ideia do desenvolvimento desigual e combinado, destacam que não se pode analisar o processo brasileiro à parte do processo de acumulação primitiva (e mundial) do capital. Essa introdução nos chama a atenção pela busca da totalidade do processo mundial, aspecto também presente em Caio Prado Júnior, questão que do ponto de vista metodológico Octávio Brandão levanta para a análise do caso específico em análise (a revolta tenentista), mas que não busca compreender o desenvolvimento do capitalismo em chave mundial através de um todo orgânico. Arriscamo-nos a afirmar mesmo que nesse início está em germe (ainda que de forma extremamente embrionária) a própria ideia aprofundada por Fernando Novais de um sentido "profundo" da colonização como questão imbricada à acumulação originária/primitiva.

Enquanto a Europa assistiu ao declínio do feudalismo e a ascensão da sociedade burguesa, sendo que o surgimento dessa última não eliminou por completo todos os resquícios pré-capitalistas, no Brasil não existira a figura do pequeno proprietário oriundo de outras formações sociais pré-capitalistas, concluindo-se que aqui não se assistiu ao mesmo processo histórico fundamental da acumulação primitiva do capital caracterizado pela expropriação das camadas camponesas. Por esse motivo, os colonizadores precisavam encontrar um antídoto ao "câncer anticapitalista" da colônia: a abundância de terras livres. Explicam no *Esboço*:

> Tendo sempre o colono livre a possibilidade de tornar-se proprietário de seu meio de produção, isto é, podendo o trabalhador acumular por si próprio, torna-se impossível a acumulação e o modo de produção capitalistas. Ali está a contradição que a burguesia da metrópole deveria resolver – 'o segredo de sua floração e de sua gangrena' (Marx). A dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve de ser criada por meios artificiais: a apropriação da terra pelo Estado que a converteu em propriedade privada, e a introdução da escravidão indígena e negra; numa palavra, a colonização sistemática[149].

Essas medidas artificiais eram necessárias para impedir a formação de uma classe de pequenos proprietários. Tendo em vista que o caráter da colonização seria assegurar a exportação de matérias primas para atender aos interesses do mercado mundial, essa não era uma questão menor para permitir a acumulação. A acumulação partiria diretamente da exploração da escravidão, sendo possível - e necessário, dado a "câncer anticapitalista" da abundância de terras livres - prescindir de trabalhadores autônomos e da existência de pequenos proprietários. Explica-se o recurso ao trabalho compulsório dado a particularidade do desenvolvimento da empresa colonial: podendo o trabalhador tornar-se proprietário frente à existência de terras livres, podendo acumular por si, não estaria nas condições de completo expropriado dos meios de produção para subordinar-se ao trabalho assalariado, criando um terrível entrave à acumulação capitalista.

O que nos chama a atenção nesses escritos é sua compreensão de que a partir da colonização, o Brasil se situou como campo de exploração agrária tropical orientada para o mercado externo que, devido a sua organização baseada no latifúndio e no trabalho escravo, teve pouco espaço para a formação de uma classe intermediária de pequenos proprietários. O que é essa definição senão uma síntese da clássica designação de "sentido da colonização" caiopradiana? Chama a atenção essa compreensão presente em artigo de 1931, onze anos antes da publicação do clássico *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, onde está pormenorizada a noção de *sentido*, e, até mesmo antes da publicação de Evolução Política do Brasil de 1933. Dessa forma, escrevem no *Projeto de Teses sobre a situação nacional*:

[149] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 67

> Desde a sua primeira colonização, **o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical**. A coroa de Portugal repartira as terras por seus serviços e fidalgos, e assim, sob a forma de um 'feudalismo particular', criou-se o monopólio dos grandes senhores de terra. Não houve aqui terra livre, não se conheceu aqui o colono livre, senhor dos meios de produção. O pequeno proprietário não pode desenvolver-se, na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro organizou-se com um rígido esquematismo de classes e repousou na exploração do braço escravo pela minoria de senhores de terra. Trabalho escravo, propriedade latifundiária, aristocracia rural, constituída aos azares do favoritismo da metrópole, na caça ao índio e do tráfico negreiro, imprimiram cunho particular à formação histórica do Brasil na América Latina, onde, em geral, a ausência da agricultura organizada acarretou a luta do colono pela terra, contra o índio e contra o monopólio da coroa espanhola. Numa sociedade assim constituída não há lugar para um desenvolvimento ponderável da classe dos pequenos proprietários (camponeses independentes) e podem-se considerar desprezíveis historicamente a burguesia urbana e a camada de trabalhadores livres, tão insignificante é o seu papel na produção nacional. **A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo**[150].

Havia no Esboço uma formulação bastante parecida. No entanto, num documento destinado a debater aquelas teses, *A situação Brasileira e o trabalho para seu esclarecimento*, insiste-se em precisar uma importante diferença com a direção do PCB sobre a existência de uma classe de pequenos proprietários rurais[151]; por esse motivo, optamos por essa versão por considerá-la mais "definitiva" do ponto de vista da evolução do pensamento da Liga Comunista. Do ponto de vista historiográfico, a citação acima poderia, tranquilamente, passar como de autoria de Caio Prado Júnior que, somente alguns anos depois, chegaria à conclusões semelhantes ainda que, de fato, aprofunde a questão permitindo que esse se insira como um "paradigma" de nossa historiografia. Pretendemos retomar essa questão posteriormente, no entanto, pretendemos assinalar desde já o conhecimento que teve Caio Prado

[150] ABRAMO; KAREPOVS, p. 152-153, grifos nossos.

[151] "[...] *tem sido muito divulgada a 'teoria' segundo a qual a grande massa da população rural brasileira seria constituída de pequenos proprietários* [...] *É uma afirmação falsa e reacionária* [...] *assim se classificam em ordem ascendente: o agregado e o colono, formando a grande massa que fica economicamente entre o escravo e o camarada; este último constituindo os 20% de assalariados livres da população rural; e finalmente o 'meeiro', que se situa entre o 'camarada' e o sitiante. A ideia reacionária, que a burguesia é a primeira a disseminar, segundo a qual cada colono seria em geral um pequeno proprietário, não passa de cínica inversão da realidade. Não é o colono que possui em geral o seu pedaço de terra, mas, pelo contrário, o pequeno proprietário agrícola que, esmagado sob o peso das hipotecas e não podendo prosperar dentro do círculo envolvente da grande propriedade, se vê obrigado a alugar sua força de trabalho para não morrer de fome. Assim sendo, a concepção errônea da direção do Partido não significa senão a aprovação implícita da concepção hipócrita da burguesa. Igualmente reacionárias, elas se confundem.*" (ABRAMO; KAREPOVS, p. 87-89).

sobre essas teses como atestam os documentos em anexo a essa dissertação. Esses autores chegam mesmo a relacionar esse germe da ideia de "sentido" a explicação dos ciclos econômicos, nos Esboços:

> A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos. O Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo [...] Com a descoberta das minas de ouro, o centro da atividade econômica da colônia transportou-se para o interior dos estados de Minas Gerais e da Bahia [...] A prospecção minerológica tornou-se a indústria principal [...] A decadência das minas, porém, logo começou [...] Retornou-se à exploração agrícola (cereais, cana-de-açúcar, fumo, algodão [...] A cultura do café começou relativamente tarde [...] O formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista.[152]

Há quem argumente que os autores do texto caracterizam a formação originária do Brasil como um "feudalismo particular" devido ao excerto anterior. Posição da qual discordamos, não apenas pelo elemento central de que a análise de conjunto e não somente de uma frase, nos indique outra conclusão, senão porque na própria citação está claro que se refere ao regime de distribuição de terras: "*A coroa de Portugal repartira as terras por seus serviços e fidalgos, e assim, sob a forma de um 'feudalismo particular', criou-se o monopólio dos grandes senhores de terra*". Evidente que, tratando-se do ordenamento jurídico das capitanias hereditárias e do regime de sesmarias da coroa portuguesa haja características de tipo feudal, que não pode ser desprezada, mas incorporada na análise de nossas particularidades históricas, no entanto, desse elemento abstrair que a nosso desenvolvimento provenha de um "feudalismo particular", ignorando o restante do excerto em que apresenta uma série de características fundamentais de nossa formação econômica como trabalho escravo, latifúndio monocultor, a formação de uma elite colonial em função das necessidades da metrópole da qual a produção se liga umbilicalmente ao mercado externo, nos parece um exagero. Trata-se evidente das contradições da época em questão, a chamada história moderna, na qual elementos da gestação do capitalismo convivem ora em harmonia, ora em conflito com uma série não apenas de resquícios, mas de permanências do período histórico precedente; não a toa tanto se usa o conceito de transição para designar a passagem do feudalismo para o capitalismo. Fosse a definição

[152] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 69-70.

por uma simples frase tirada do conjunto, poderíamos indicar justamente a que abre o texto: "*O modo de produção capitalista e a acumulação* [...] *foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo*"[153]. Ou ainda, ao discutir o problema do excesso de terras, sua referência no *Projeto de Teses* à "burguesia nascente".

O que auferimos desses textos é que a formação econômica originária do país representou uma singular combinação de elementos escravistas, feudais e capitalistas que se orientavam segundo o processo mundial de acumulação capitalista. Essa nos parece ser a questão central, muito além do que tentar enquadrar de forma positivista em classificações taxonômicas, é compreender a dinâmica do processo, na qual, a Liga Comunista parece ter captado a raiz, ainda que não tenha dedicado uma série de obras acadêmicas para melhor desenvolvê-la. Nesse ponto, nos parece que os trotskistas se aproximam da célebre nota metodológica de Marx da qual se afirma que "o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso". Dizemos isso porque, ao mesmo tempo em que afirmam de forma taxativa: "*Numa palavra, foram transportadas para as terras americanas as relações de produção capitalista*"[154]; logo em seguida, emendam:

> Mas "o fundamento oculto de toda organização social", isto é, a relação direta entre o proprietário dos meios de produção e o produtor imediato não pode deixar de sofrer a influência das "diversas condições empíricas, condições naturais, diferenças de raça etc", apresentando, assim, "infinitas variações e gradações explicáveis somente pela análise dessas circunstâncias empíricas"[155].

Por esse motivo opinamos na hipótese da combinação singular de vários elementos contraditórios, mas, na qual, a dinâmica é determinada pelo desenvolvimento mundial das forças produtivas. Em diversas outras passagens, os autores acabam por utilizar termos como "semifeudal" para se referir ao atraso das províncias do Nordeste pós-1930 ou ainda chamar de "sobrevivência [...] do feudalismo colonial" a força política dos coronéis.

[153] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, 66-67.
[154] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 152.
[155] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 152.

A posição de colônia exportadora para abastecer o mercado internacional até o início do século XIX e, em seguida, quando se passa à influência inglesa transferida pelas próprias mãos da coroa portuguesa, aumenta o ritmo da expansão imperialista, tentando transformar o país não somente em fornecedor, mas potencial consumidor de seus produtos industrializados. Os autores apresentam então a visão clássica de que o regime escravista transformara-se num empecilho ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e, em particular ao desenvolvimento industrial inglês. Encontramos, no *Esboço*:

> A destruição do regime escravagista, que foi determinada pela necessidade do desenvolvimento capitalista do Brasil, abria ao mesmo tempo nova expansão à indústria inglesa que monopolizava, então, o mercado mundial. **A burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade**. A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos[156].

No debate próprio da época em que se está travando contra as posições da direção pecebista e das análises de Brandão em particular, a conclusão de a burguesia brasileira ser oriunda do campo não é pormenor. Em acordo com a ideia do desenvolvimento desigual e combinado e ao estágio imperialista, os elementos modernizantes da economia são introduzidos através das velhas classes dominantes[157]. A conclusão da origem agrária da burguesia brasileira permite se opor ao elemento central das teses de Octávio Brandão. Ao contrário da oposição entre "agraristas e industrialistas", essa conclusão permite aos trotskistas explorar os laços que as unem e inviabilizar uma perspectiva etapista da revolução brasileira com qualquer papel progressista destinado a essa burguesia.

Não apenas exploram a relação entre "agraristas e industrialistas", senão evidenciam também a relação umbilical entre a burguesia nativa e o capital imperialista internacional. Seu pressuposto é que a burguesia brasileira só seria capaz de se desenvolver com intermédio do Estado, tomando de

[156]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 69, grifos nossos.

[157] Inevitável a sugestiva comparação com as ideias de revolução passiva (Gramsci) e de via prussiana (Lênin), guardadas suas evidentes diferenças. Ainda que os próprios autores alertem para a impossibilidade do desenvolvimento de uma via prussiana na América, considerando as diferenças históricas e o resultado final do processo: "A extensão do país e sua insignificância demográfica condenaram historicamente, na fase imperialista, qualquer veleidade de reproduzir-se na América a história da Prússia" (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 159).

empréstimo o desenvolvimento imperialista, sendo esse um dos traços mais característico do caráter desigual da formação brasileira que permite concentrar em algumas áreas o máximo da tecnologia capitalista convivendo e conservando o que há de mais atrasado e retrógrado do velho latifúndio escravista. Por esse motivo a burguesia não possuiria uma base material para organizar uma superestrutura política e social progressiva, permanecendo a definição inicial de que o "Estado brasileiro organizou-se com um rígido esquematismo de classes".

Seguindo em suas formulações sobre o caráter desigual e combinado do desenvolvimento histórico, do caráter universal do sistema capitalista, partem da tendência do embate desse moderno modo de produção ultrapassar os limites do Estado nacional, chegando à unidade dialética superior da economia internacional que não é a somatória das economias nacionais, senão causa e efeito do desenvolvimento mundial das forças produtivas. Compreensão que os permite uma análise extremamente mais refinada não somente em comparação a Octávio Brandão, mas a um sem número de obras posteriores influenciadas pelas concepções mecânicas e lineares da Internacional Comunista que insistem em separar o desenvolvimento nacional do internacional com barreiras intransponíveis. A própria imigração pós-escravidão que leva a maioria da direção pecebista à posterior compreensão de que acabou por operar uma "regressão feudal" (Nelson Werneck Sodré) é negada como possibilidade, dado o caráter capitalista do desenvolvimento cafeicultor. Para a Liga Comunista, é o tipo de exploração que determina o desenvolvimento capitalista de variadas formas (crédito, dívida hipotecária, comércio internacional, etc), para tal: "*Os braços que faltavam foram importados. A imigração adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial*"[158]. E, ainda que definam o caráter capitalista da imigração, não negam que as relações estabelecidas não sejam a do assalariamento clássico:

> o colono não é propriamente um assalariado, pois está muito ligado à terra, possui sua casa na fazenda, e, finalmente, que o seu lugar social é mais entre o assalariado e o pequeno proprietário agrícola. É uma afirmação falsa e reacionária [de que a massa da população rural brasileira seria constituída de pequenos proprietários]. O fato do colono estar mais ligado à terra só pode significar a sua subordinação

[158] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 72.

> mais direta ao fazendeiro. Habitando nas fazendas, casinholas desprovidas de qualquer conforto, sujeitos a trabalhar por um mísero salário anual que varia entre 100$ e 200$000 para o trato de 1.000 pés de café, privados dos direitos mais elementares como o da própria locomoção – os colonos, se quisermos definir com rigor o degrau que ocupam na escala social, estão em situação inferior à do próprio "camarada", ou para dizer de outro modo, ficam entre este e o trabalhador escravo, do qual não se distanciam muito. [...] A ideia reacionária, que a burguesia é a primeira a disseminar, segundo a qual cada colono seria em geral um pequeno proprietário, não passa de cínica inversão da realidade. Não é o colono que possui em geral o seu pedaço de terra, mas pelo contrário, o pequeno proprietário agrícola que, esmagado sob o peso das hipotecas e não podendo prosperar dentro do círculo envolvente da grande propriedade, se vê obrigado a alugar sua força de trabalho para não morrer de fome. Assim sendo, a concepção errônea da direção do Partido não significa senão a aprovação implícita da concepção hipócrita da burguesia[159].

Podemos contrastar essa concepção metodológica em partir efetivamente do caráter mundial do desenvolvimento das forças produtivas não somente em oposição às teses feudalistas, senão um bom exemplo nos parece o clássico *Escravismo Colonial* de Jacob Gorender em que, independente de sua contribuição, da riqueza de dados e da sagacidade de suas formulações acerca de uma série de leis tendenciais desse modo de produção por ele criado, promove uma análise completamente descolada da situação internacional.

> A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. [...] O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz (...) Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e - em todos os planos - a sua covardia. Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos (...) **Além disso, as exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical**[160].

Assim a questão do regime político era permeada por uma contradição. O "sentido da colonização", marcado pela necessidade de atender as

[159]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 89-90, grifos nossos.
[160]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 74-75, grifos nossos.

demandas do mercado internacional e as medidas para impedir o florescimento de uma classe de pequenos proprietários resultou na ausência de um forte mercado interno[161], que se tornou um elemento de instabilidade econômica e política para todo o país que ameaçava a própria unidade nacional. Nessa situação, só restou à burguesia uma república de caráter federativo, o que não resolvia a questão como comprovou o levante que alçou Getúlio Vargas. A explicação dada pela Liga Comunista:

> A contradição entre a necessidade imperiosa da centralização e a forma política federativa é evidente. O processo econômico exige a centralização, ao passo que a formação histórica dos estados exige a Federação como condição da unidade nacional. Com o desenvolvimento capitalista dos outros estados do Brasil, é natural que os partidos dominantes nesses estados desejem participar cada vez mais – em pé de igualdade – da gestão do aparelho do governo central. Assim, o poder executivo tornou-se, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite à oligarquia do partido que o exerce um domínio quase completo[162].

Dessa compreensão da formação da federação chegam a uma explicação dos acontecimentos de 1930. Foi à combinação entre a contradição do processo de desenvolvimento desigual entre os estados e a forma federativa somada à crise econômica do café que permitiram a insubordinação de Minas Gerais e Rio Grande do Sul em aliança com o Norte e Nordeste.Nos interessa demonstrar um outro excerto desses autores sobre a questão pois nos remete invariavelmente a concepção desenvolvida por Boris Fausto, considerado um dos principais autores sobre a questão:

> O exército impôs à burguesia um regime político misto de forma ditatoriais (tenentismo) e formas semiconstitucionais (governo central civil, presidência civil de Minas etc., etc.) que não **são senão a forma de compromisso entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte**, compromisso válido somente na

[161] Ainda que ressaltem por diversas vezes a debilidade do mercado interno, chegam a apontar uma contratendência: "O empobrecimento dessas classes [rurais e proletárias] torna difícil, por uma parte, o desenvolvimento dos mercados internos existentes e ainda mais difícil a formação de novos. Ao mesmo tempo – devido à crise atual do café, que favorece maior racionalização da cultura – a tendência à diferenciação das classes no campo se realiza como fator favorável à criação de novos mercados internos. A contradição da propriedade e sua divisão constituem a base contraditória do processo, favorecido ainda pelo desenvolvimento da luta armada, pela formação de uma classe média de pequenos proprietários. Por isso mesmo, qualquer reagrupamento aparece na arena política do Brasil como uma formação estranha à tradição histórica e econômica do país" (ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 80)

[162]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 78, grifos nossos.

> medida em que São Paulo não possa recuperar a antiga hegemonia[163]..

O trabalho de Ângelo José da Silva, *Comunistas e Trotskistas: a crítica operária a revolução de 1930,* chama a atenção sobre a influência dos trotskistas[164] na academia brasileira. É visível a semelhança entre a análise acima e a consagrada obra do ex-militante trotskista, Boris Fausto em *A Revolução de 1930*, onde caracteriza o que entende por "Estado de compromisso":

> O estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café [165]

Dessa análise, os trotskistas ainda depreendem outras duas questões relacionadas: a problemática da unidade nacional e a inexistência de partidos burgueses nacionais. Sobre o segundo, é sintomático observar que os dois únicos partidos de abrangência nacional e com alguma delimitação programática tenham se levantados pelas mãos da classe operária brasileira. Segundo os autores, uma vez que o desenvolvimento entre os estados é demasiado desigual, nem sempre com os mesmos interesses de suas classes dominantes, não se formou uma burguesia nacional com uma tradição e um projeto político comum a se defender. Por essa ausência, o exército acabaria por cumprir o papel de "fermento aglutinante" em suas palavras. Dessa forma, o único item de acordo programático de unidade de toda a burguesia brasileira estaria em seu pavor às classes subalternas.

Baseando-se em algumas contribuições de Trotsky, chegam até mesmo a desenhar o conceito que seria empregado por esse mesmo autor alguns anos depois de *bonapartismo sui generis,* apoiando-se também, evidentemente no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* de Marx. Nascendo a indústria das entranhas do Estado , haveria uma tendência a um reforço do centro executivo como traço dos países de atrasado desenvolvimento capitalista; processo no

[163]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 161, grifos nossos.
[164] Outro estudo interessante sobre a influência na intelectualidade brasileira, ver dissertação de Felipe Abranches Demier, *Do movimento operário para a universidade* (2008).
[165] FAUSTO, 1997, p. 141-142.

Brasil que se acentua a partir da I Guerra, o próprio governo de Washington Luís já representava a "hipertrofia do poder executivo, já separado dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder"[166]. Assim, é justamente a fraqueza das classes dominantes que determina o poder do Estado, na qual a burguesia acaba por acatar sua nulidade política pela sua preservação. Nos últimos anos de sua vida, em Coyacan, no México, Trotsky chegaria ao estudar os governos latino-americanos pós-crise, para diferenciar do bonapartismo clássico de Marx dos casos francês e alemão, chega à seguinte formulação:

> Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista sui generis, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na verdade, pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros[167].

De toda a análise da formação do Estado brasileiro, da origem e das debilidades estruturais da burguesia brasileira e sua relação com o capital imperialista, a Liga Comunista chega à formulação nacional das questões da teoria da revolução permanente de Trotsky, segundo a qual a classe trabalhadora deve assumir a responsabilidade da realização das tarefas democráticas em oposição à concepção etapista-menchevique segundo a qual é necessário primeiro uma revolução burguesa e, em seguida, uma revolução proletária, como etapas históricas distintas:

> O proletariado não se iludirá, pois, só ele, como classe verdadeiramente revolucionária e pelo caráter internacional da luta que trava contra a burguesia pode lutar pela liberdade, pela democracia. Só o proletariado pode combater pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia[168].

[166] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 75.
[167] TROTSKY, 2009, p. 139.
[168] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 62-63.

Assim, está claro que não procedem as afirmações de que essa geração do trotskismo "concebia a revolução brasileira como de caráter imediatamente socialista" [169]. Estão, evidentemente, em oposição "*a distinção dada pelo programa da I.C. entre países maduros e países não maduros para o socialismo*"[170], mas trata-se justamente de que o triunfo definitivo de uma revolução democrática só poderia ocorrer pelas mãos do proletariado, levantando os primeiros elementos socialistas, convertendo-se em uma revolução permanente.Assim, o papel dirigente do processo além de não competir à burguesia, não haveria uma distinção em etapas entre revolução democrática e socialista, combinando-se numa única fase:

> O partido só se tornará, de fato, a vanguarda revolucionária das massas oprimidas, na medida em que, sob a sua direção, a revolução democrática se transforme em revolução socialista. A correlação das classes no Brasil poderia justificar o salto por cima da etapa democrática no processo revolucionário? A dispersão da população, o regime geral de grande propriedade, o proletariado rural em esmagadora maioria, a produção diversificada e dependente dos mercados externos, o localismo da sua economia, não estão condenados historicamente a pequena burguesia à dispersão política e a arrastar-se na cauda dos partidos da grande burguesia, e por isso mesmo, condenado a esterilidade o programa da democracia política? Formular assim o problema é não compreender que há etapas históricas inevitáveis em certas condições, mas que não o são teoricamente, e a ao contrário, etapas teoricamente inevitáveis podem ser reduzidas a zero, na dinâmica da evolução, justamente nas situações revolucionárias (Trotsky). O característico destas, diz ainda este, aliás, desenvolvendo o pensamento marxista do Manifesto, é que as massas se libertem dos preconceitos da democracia política antes que as suas instituições sejam efetivamente realizadas. [...] Nas condições atuais brasileiras, de estabilização política na burguesia, o dever da Oposição de Esquerda é, pois, lutar incessantemente pelas palavras de ordem democráticas, ao lado das reivindicações de classe do proletariado, para salvaguardar a posição estratégica fundamental, - a união de todos os oprimidos sob a bandeira da revolução socialista[171].

Essa concepção da dinâmica revolucionária, a Liga parte justamente de Marx: "*a perspectiva da revolução permanente, no sentido que Marx lhe dava – cada etapa revolucionária está contida em germe na etapa anterior*" [172], ponto

[169] Del Roio, 2007, p. 129. Trata-se de uma nota de Del Roio em que afirma "O ano de 1930 assistiu ainda a mais uma cisão que redundaria na formação da vertente trotskista do marxismo brasileiro que concebia a revolução brasileira como de caráter imediatamente socialista".
[170] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 146.
[171] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 168-169.
[172] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 146.

de partida utilizado por Trotsky para desenvolvê-la em sua plenitude caracterizando que, para os países de desenvolvimento econômico atrasado, a burguesia seria incapaz de realizar sua revolução democrática, cabendo essa tarefa portanto, ao proletariado apoiado nas massas oprimidas do campo e da cidade que, uma vez no poder, passaria por converter o caráter democrático em socialista e, portanto, sua primeira permanência que deveria continuar a se desenvolver no plano internacional.

3.6 – Programa, Constituinte e Frente Única

Com a consolidação do governo Vargas pela força das armas e, em acordo com sua perspectiva permanentista sobre o papel do proletariado na luta pela democracia, a Liga Comunista assume como palavra central a consigna de Assembléia Constituinte. Baseiam-se no papel que cumpriu a palavra de ordem de constituinte defendida por Lênin na Rússia após o fechamento da Duma em 1906 e em 1917 antes de Outubro.

Para a Liga, a burguesia estava dividida entre os favoráveis a constituinte e os contrários. No panfleto *O proletariado e a Constituinte*, a Liga denuncia o caráter de classe do regime democrático anterior, mas ressalta as vantagens para os revolucionários de atuar num regime de legalidade democrática em vez de uma ditadura.

> Naquela época havia ainda certa legalidade e a Constituição, **se bem que no fundo só servissem à própria burguesia**. Havia jornais contra o governo e deputados oposicionista, tão safados e corrompidos quanto os governistas, mas que muitas vezes protestavam, faziam escândalos contra as habituais perseguições do governo, embora o fizessem com o intuito demagógico de conquistar as simpatias da massa. Podia-se, naquela época, recorrer ao habeas corpus, para a libertação de companheiros presos e tinha-se, assim, um meio de fazer agitação e protestar contra essas perseguições mesmo dentro dos tribunais, sacudindo pela gola os velhos prostituídos do Supremo Tribunal, valetes de toga da burguesia. Tínhamos, por fim, no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, **dois camaradas nossos, dois militantes proletários, que se nem sempre souberam defender com inteligência os nossos interesses, contudo nunca traíram a nossa classe e sempre desmascaram o jogo hipócrita dos demagogos da grande e pequena-burguesia**, da espécie de Maurício de Lacerda[173]

[173] LIGA COMUNISTA, *O proletariado e a constituinte*, grifos nossos. (CEDEM/CEMAP)

Escrevem seu *Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte* em Maio de 1932, antes do levante militar em São Paulo. Partem da análise de Lênin em *O Estado e a Revolução* para demonstrar que na fase imperialista, a burguesia utiliza todas as formas de Estado para garantir sua dominação. Portanto, independente do regime tratar-se-ia sempre de uma ditadura burguesa – a exceção da Rússia.

Consideram a divisão da burguesia fruto da concorrência capitalista que, no plano internacional pode levar a guerra entre os Estados e dentro do plano nacional poderia assumir inclusive a forma de conflitos armados. Encaram que o retorno á normalidade pelas classes dominantes só poderia ocorrer com a desmobilização do proletariado que não conseguiu através de seu partido dar uma saída revolucionária a desagregação das classes dominantes.

Defendem que a única solução para resolver plenamente as questões democráticas e atender às principais reivindicações do conjunto das massas oprimidas e exploradas seria através da ditadura do proletariado baseada nos sovietes. Os sovietes constituiriam o aparelho do Estado, porém deveriam ser formados antes mesmo de uma situação revolucionária, como órgãos de organização da luta. Esse seria o duplo papel do soviete, primeiro como órgão de insurreição e depois como órgão do poder.

No entanto, em acordo com o pensamento de Lênin em *O Esquerdismo – Doença Infantil do Comunismo*, defendem que até a tomada do poder, deve-se participar de todas as formas da democracia burguesa, a fim de desmascarar o caráter de classes de suas instituições. Portanto, essa participação estaria condicionada a uma política independente do proletariado, a um programa classista. Assim descrevem a participação nas eleições:

> apresentar candidatos próprios, indicar à massa as limitações impostas pela lei eleitoral; mostrar a precariedade da democracia forma da burguesia, o conteúdo de classe do parlamento, [...], apresentar, desde então, com clareza e lógica, as reivindicações econômicas e políticas mais imediatas dos operários urbanos e rurais; [...] e proceder a uma propaganda sistematizada dos sovietes, explicando à massa sua significação histórica, o verdadeiro sentido da democracia proletária e em que ela difere da democracia formal, com base no voto[174].

[174]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 110.

Nesse marco, encaram essa participação como uma questão tática, tendo em vista que seu objetivo estratégico é a ditadura do proletariado. Essa tática de Assembleia Constituinte poderia cumprir, em determinados momentos, o papel de ajudar os setores mais atrasados do movimento operário e das massas a avançar à posições de independência de classe enquanto houverem ilusões na democracia capitalista. Consideram, no entanto, que em momentos de grande efervescência política, a tática mais justa possa ser a de boicote às instituições e aos processos eleitorais burgueses.

Dessa forma, encaram o parlamento como instituição do regime capitalista, mas "*a sua destruição só pode interessar ao proletariado se for feita juntamente com a do próprio regime burguês*"[175]. Dessa forma, os trotskistas não opunham a construção de sovietes às bandeiras democráticas, senão estabeleciam uma relação entre as duas. O soviete seria o instrumento dos insurretos enquanto as bandeiras democráticas (como a constituinte) seria a forma de dialogar com setores mais amplos das massas que ainda depositam esperanças na democracia burguesa[176].

Com o levante militar paulista, a chamada *Revolução Constitucionalista de 1932*, a Liga Comunista lança uma *Carta aos camaradas do Partido Comunista*, reiterando seu chamado à organização de uma frente única comunista:

> Finalmente, seria de toda a utilidade que o Partido, desprezando a verborragia radicalizante de seus dirigentes, começasse já agora os preparativos para um verdadeiro Congresso de unificação das forças comunistas, onde se estudassem todas essas questões leal e abertamente. É o que vos propomos, nesta hora decisiva. Pomos à vossa disposição todos os nossos recursos materiais e teóricos, sem restrições. Acreditamos que sabereis colocar os interesses revolucionários do Partido acima dos interesses subalternos de prestígio desta ou daquela fração[177].

No entanto, a política do PCB continuava na caracterização ultra-esquerdista do terceiro período que prognosticava o advento da revolução. Ao chamado à formação da frente única, a resposta do PCB, segundo a LC era a

[175]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 101.
[176] Ver *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, documento da Liga Comunista. ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 95-113.
[177]LIGA COMUNISTA, Carta aos camaradas do Partido Comunista. (CEDEM/CEMAP)

“mais simplista desse mundo: afirmando que a massa, no Brasil, não quer a Constituinte e sim os sovietes”[178].

> Assim, no “obreirismo” dos comunistas brasileiros sintetizou-se uma perspectiva “economicista-voluntarista”, que entendia que no Brasil haveria um processo revolucionário em marcha, em função da violenta crise econômica pela qual passava o país, e que bastaria um grupo de homens ferreamente organizados e decididos para que as massas oprimidas cedo ou tarde seguissem sua direção. [...] seria bastante lógico que o PCB recusasse essa bandeira de luta [Assembléia Constituinte], que considerava apenas um paliativo que favorecia a reaglutinação das classes dominantes [...] Naquele momento a orientação do PCB consistia em preparar, através de greves e manifsetações, as bases para uma revolução..[179].

A organização de uma Constituinte livre e soberana era, para os trotskistas, a única proposta que poderia despertar as massas para uma atuação massiva e questionar as diversas frações burguesas que só se atreveriam a chamar a Constituinte quando estivessem seguras que “*não encontra no Partido do proletariado a direção capaz de assegurar o desenvolvimento revolucionário da situação*”[180].

Como se vê, o programa levantado pelos trotskistas encontra-se em acordo às suas formulações estratégicas sobre o curso da revolução. Segundo a teoria da revolução permanente, as reivindicações democráticas são o estopim para o avanço e transcrecimento da revolução; sendo o proletariado a classe talhada para cumprir tais tarefas. Nada mais coerente com sua lógica que reivindicar como palavra de ordem central a principal reivindicação que pode existir na democracia burguesa: uma Assembléia Constituinte.

A convocação e organização da Constituinte (1933-34) e o surgimento no Brasil da Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro de 1932, reorientará a política da Liga a partir de janeiro de 1933, tendo como eixo a organização da frente única operária. No prefácio de *Revolução e Contra-Revolução*, Mário Pedrosa sintetizou a questão da frente única operária na Alemanha:

> Eis a questão histórica decisiva da Alemanha atual. E esta questão toda se resume agora na conquista da maioria da classe operária para a bandeira revolucionária do comunismo. É esta a tarefa do Partido Comunista alemão, sua tarefa imediata e inadiável. Dentro do

[178]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 111.
[179]DEL ROIO, 1990, p. 199-200.
[180]ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 97.

> regime capitalista, não há saída para o povo alemão. Todas as condições existem para facilitar esta tarefa ao Partido Comunista. Basta que ele compreenda – assinala Trotsky – que 'ainda hoje só representa a minoria do proletariado', e ponha de lado a política do ultimatismo burocrático que o tem paralisado até agora. Os destinos da revolução alemã dependem apenas da conquista dos operários social-democratas. E só hã um meio de realizar essa conquista, é pela política de frente única preconizada pela Oposição de Esquerda, do acordo com os ensinamentos de Lenine[181].

A caracterização do grupo de Plínio Salgado como fascista impunha a formulação de uma plataforma política para concretizar a unidade das fileiras operárias. A base social da AIB está centrada nas classes médias – assim como o fascismo europeu – e, podemos observar seu caráter de reação uma vez que os pontos de maior crescimento dessa organização estão diretamente relacionados aos locais de maior concentração e combatividade operária:

> A AIB espalhou-se rapidamente pelo centro-sul do país entre as camadas médias urbanas, justamente onde o movimento operário era mais forte e as ideias socialistas mais difundidas[182].

A Liga Comunista passa a chamar todas as organizações sindicais, anarquistas, socialistas, pecebistas, antifascistas em geral para compor a Frente Única Antifascista (FUA). Esse chamado é feito a partir da União dos Trabalhadores Gráficos (UGT), dirigido pela LC. Em maio começam a redigir o jornal *O Homem Livre*.

Em 25 de junho, é fundada oficialmente a FUA, no salão da Legião Cívica 5 de Julho. Estiveram presentes, além da Liga Comunista, o PSB, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores Gráficos, a Legião Cívica 5 de Julho, o Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos Dezoito, o Grupo Socialista "GiacomoMatteotti", o Grupo Itália Libera, a revista *O Socialista* e os jornais *O Homem Livre* e a *Rua*. Foi escolhido o dirigente do PSB, Francesco Frola, para dirigir a reunião.

A ausência do PCB não foi casual, seguia as orientações da Internacional Comunista que não priorizava a luta antifascista. Essa orientação

[181]PEDROSA *in* TROTSKY, 1968, p. 15.
[182]DEL ROIO, 1990, p. 231.

só mudará no final de 1934 quando, após o fracasso da política anterior, assume a política de "frente popular"[183].

> Durante o ano de 1933, a LC centrou sua atividade na luta contra o integralismo, compreendendo pioneiramente o perigo que representava esse movimento, quando o PCB ainda subestimava seu potencial reacionário[184].

A Liga Comunista utilizou as páginas do jornal *O Homem Livre* para travar a luta política com o PCB. O dirigente pecebista Hermínio Sacchetta[185] se encarregou das conversações sobre a frente única, culminando na participação em uma manifestação conjunta em 14 de novembro de 1933, em que houve enfrentamento com os fascistas e a polícia atirou nos antifascistas.

A relação do PCB com a FUA será marcada por idas e vindas, com uma crise entre a política da seção paulista e a orientação nacional ligada à IC. O PCB assinaria em dezembro a convocação para um ato da FUA, já em janeiro do ano seguinte, rompem a unidade por intervenção da IC.

> o CC do PCB, através de Eineida de Morais Costa, interveio no CR-SP, tentando fazer ver que a participação do PCB na FUA contrariava a linha política do partido, baseada na frente única pela base. Assim, por ocasião da manifestação integralista convocada para 25 de janeiro de 1934, no Largo da Concórdia, o PCB tornou público seu afastamento da FUA[186].

Esta intervenção não se deu sem crises: "Tanto é que houve séria resistência das bases partidárias ao afastamento da FUA determinado pelo CC"[187]. Após esse comício, o jornal pecebista, *A Vanguarda Estudantil*, publicará duras críticas à FUA taxando-a de "frente única de tapeação". Nesse jornal, explicavam a sua compreensão do fenômeno fascista como sendo de exclusividade dos países imperialistas, segundo Del Roio:

---

[183] Política que Trotski definia como a "penúltima cartada" da burguesia antes de lançar mão do fascismo.
[184] DEL ROIO, 1990, p. 226
[185] Hermínio Saccheta (1909-1982) entrou no PCB em 1932, sendo dirigente do Comitê Regional de São Paulo, expulso em 1937 sob a acusação de trotskismo. Em novembro de 1939 funda o Partido Socialista Revolucionário, a seção brasileira da IV Internacional, organização "neta" da LCI.
[186] DEL ROIO, 1990, p. 240.
[187] DEL ROIO, p. 240-241.

> Assim, pensavam que "[...] o fascismo é um fenômeno que surge exclusivamente na sociedade capitalista e, mais do que isso, apenas no período do capitalismo imperialista, do capital financeiro, última etapa da dominação burguesa [...]". **Daí se concluía que no Brasil não poderia existir fascismo propriamente dito, por ser este um país semicolonial**, mas apenas "métodos de reação fascista" utilizados por "grupos feudais e burgueses ligados ao capital estrangeiro". Logo, tanto nos países imperialistas como no Brasil, a luta deveria ser levada em bloco contra o conjunto das classes dominantes, que nessa fase histórica fazem uso do fascismo e de métodos fascistas para atingirem seus objetivos reacionários[188].

Assim, não apenas secundarizavam essa luta no país, como consideravam uma questão menor que talvez "até contribuísse para acirrar a luta de classes, e assim, abrir caminho para a guerra civil: o 'quanto pior melhor'."[189]. Radicalmente distinto da política da LC que prioriza a luta contra o fascismo por compreender que sua função histórica seria justamente a de dizimar as organizações operárias, isto é, não só significaria o fim da própria Liga, mas também do PCB, do PSB e das organizações sindicais.

Essa análise presente nas páginas da *Vanguarda Estudantil* era distinta às formulações de Trotski que ao discutir o fascismo e o *New Deal*, como dois sistemas que rivalizam para salvar o capitalismo descreve:

> A política do New Deal, que trata de **salvar a democracia imperialista por meio de presentes à aristocracia operária e camponesa, só é acessível em sua grande amplitude às nações verdadeiramente ricas**, e em tal sentido é uma política norte-americana por excelência[190].

Isto é, somente os países imperialistas ricos que puderam acumular à custa das colônias no período anterior poderiam usufruir do luxo de manter sua democracia. O que, definitivamente, não era o caso do Brasil.

Mesmo assim, os antifascistas organizam o 1º de Maio de 1934, no pátio do Palácio das Indústrias no Parque D. Pedro II, tendo como eixo o repúdio ao integralismo e a política sindical varguista. A estimativa é que participaram três mil pessoas desse comício. Nesse dia, pela primeira vez, Mário Pedrosa

[188]DEL ROIO, p. 236, grifos nossos.
[189]CASTRO, p. 367
[190]TROTSKY, 2008, p. 174, grifos nossos.

anunciará a ruptura definitiva com o PCB, a fundação da Liga Comunista Internacionalista (LCI) e a necessidade da construção da IV Internacional[191].

O auge da política de frente única antifascista ocorreu em 07 de Outubro de 1934. Os integralistas marcaram um ato, com autorização da polícia, para esse dia alardeando que empregariam os mesmos métodos de seus irmãos italianos e alemães, com autorização da polícia. A FUA convoca uma contramanifestação, desautorizada pela polícia. O PCB decidiu participar do ato que ficou conhecido como "Batalha da Praça da Sé" ou "Revoada das Galinhas Verdes" (menção às camisas verdes dos integralistas), contra a orientação da Internacional Comunista. Em depoimento à revista *ISTO É* de 1979, Hermínio Sacchetta diz:

> O Comitê Central do PCB era contra a frente única. Mas eu ia lá obedecer àqueles cretinos burocratas? Ao fazer esta reunião com outras organizações, eu cometi uma verdadeira heresia. Naquela época, até cumprimentar trotskista era proibido pelo artigo 13 dos estatutos do partido[192].

Os integralistas não conseguiram organizar a sua manifestação. Nas palavras de Mario Pedrosa tratou-se de "quatro horas de ditadura do proletariado", resultando em seis mortes (somente um comunista) e cerca de trinta feridos. Experiência singular na esquerda internacional desse período, a efetivação de uma frente única de todas as organizações operárias que, de armas nas mãos, expulsaram o fascistas. Em seu livro, *O trotskismo na América Latina*, Cogiolla afirma que "se poucos anos antes na Europa, uma frente única parecida tivesse se concretizado, teria mudado o rumo da história".

[191] Essa decisão fora tomada em 01/10/1933 na realização de uma Conferência Nacional extraordinária da LC que aprova a proposta de Trotski e da Oposição de Esquerda de começar a organizar a IV Internacional.
[192] SACCHETTA *in* ISTO É, 1979.

Capítulo 4. Caio Prado Júnior

Não faremos nesse capítulo uma apresentação linear das concepções presentes em *Evolução Política do Brasil* e em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Optamos por apresentar através do desenvolvimento histórico do país, assim, começamos com os dois capítulos iniciais de *Evolução* referentes à Colônia e, em seguida, olhamos para *Formação do Brasil Contemporâneo* onde reside o ponto forte de sua obra no que tange os estudos coloniais. Em seguida, retomamos os capítulos posteriores de *Evolução* que tratam da "revolução" da independência e o império. Para uma conclusão mais precisa da análise sobre o desenvolvimento histórico brasileiro analisamos algumas questões de História Econômica do Brasil e, para a compreensão do sentido da revolução em Caio Prado Júnior, seguimos as *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* e seu famoso *A Revolução Brasileira*.

4.1. Alguns elementos biográficos

Em 11 de fevereiro de 1907 nasce Caio Prado Júnior fruto de uma aristocrática família paulistana, das mais tradicionais e influentes na cena política. Teve sua educação primária com tutores em casa, estudou no Colégio São Luís e um ano no colégio Chelmsford Hall, na Inglaterra. Cursou o bacharelado em ciências jurídicas e sociais entre 1924 e 1928, atuando no grupo do movimento estudantil responsável pelo jornal *A chave*, na qual redige o artigo *A crise da democracia brasileira*.

Em 1928, em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP) e às práticas da República Velha, adere ao Partido Democrático (PD) que contava com fazendeiros, empresários, comerciantes, banqueiros e profissionais liberais. Nesse mesmo ano, pôde desfrutar pela primeira vez da prisão por uma saudação a Getúlio Vargas, quem apoiará em 1930.

Já pai de Yolanda e Caio Graco, ingressará nas fileiras do PCB em 1931, redigindo seus primeiros textos marxistas já no ano seguinte e, em 1933, publica seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil – ensaio de interpretação materialista da História do Brasil*. Até o ano seguinte, traduzirá o livro de

Bukhárin, *Tratado de materialismo histórico*, e publicará *URSS – um novo mundo*. Faz parte da fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Sua atuação na ANL é esclarecedora, trata-se de uma versão nacional das frentes populares para se opor à ditadura varguista. Em 1935 assume a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo, sendo preso até 1937 quando se exila na França, regressando somente em 1939. A ANL teve crescimento rápido e significativo com amplo apoio de diversos setores sociais, lançada oficialmente em 5 de julho de 1935, por seu presidente de honra, Luis Carlos Prestes, defendendo a queda do governo e a tomada do poder. Nessa experiência parecem se misturar as orientações internacionais de um lado a análise já em declínio do terceiro período com a nova de frentes amplas incluindo setores burgueses. A conhecida ação militar da ANL iniciada em Natal em 23 de novembro de 1935 seguida no Recife e Rio de Janeiro nos dias seguintes será duramente reprimida pelo governo levando à prisão aproximadamente 20 mil pessoas e o recrudescimento contra as organizações operárias. Acreditamos que a relação que Caio Prado Júnior estabeleceu com destacados dirigentes trotskistas nos anos anteriores, como podemos ver no **ANEXO II** - resposta de Caio a Lívio Xavier sobre a crítica de sua obra *Evolução Política do Brasil* -, deve ter se amargado. Para os trotskistas, a ANL seguia a estratégia etapista por se limitar aos marcos da revolução democrático-burguesa. Criticavam-na por:

> Pretender lutar contra o imperialismo sem lutar contra a burguesia nacional, pretender extinguir o imperialismo no território nacional sem abolir a propriedade privada [193].

Os trotskistas encaravam-na como uma continuidade da política inspirada no Kuomitang chinês. Em acordo com a lógica da política da Oposição de Esquerda Internacional de frente única operária, lutavam por converter a ANL em uma frente com independência de classe aos moldes da FUA[194]. Nesse momento de grande tensão entre a política da LCI e do PCB,

[193] A Luta contra o imperialismo. Jornal A Luta de Classes, número 22, p. 2. CEDEM/CEMAP.
[194] ALMEIDA, 2005.

figurava como um grande entusiasta da ANL[195], em artigo da época sobre o *Programa da Aliança Nacional Libertadora*, Caio afirma:

> O programa da Aliança é claro e preciso. Ela se bate contra o imperialismo porque este é responsável pela nossa situação de semicolônia grandes potências que dominam o mundo; e daí a impossibilidade do país em constituir para si uma estrutura econômica nacional, própria e autônoma. O anti-imperialismo não quer apenas dizer a anulação das nossas dívidas, a nacionalização das nossas empresas estrangeiras. Estas medidas são unicamente meios para um fim, que é a independência do país. [...] A ANL, procurando resolver este problema fundamental da nacionalidade, se coloca no terreno que deveria ser de todos aqueles que prezam seu país[196].

E conclui:

> A ANL foi fechada. [...] Mas a Aliança não é senão um prólogo. De uma ou de outra forma ela ressurgirá amanhã. E ressurgirá vitoriosa, porque sua vitória será a vitória da nação[197].

Assim, ainda que sua análise da realidade brasileira acabe por se distinguir da feita pelo PCB como veremos a seguir, aproximando-se dos trotskistas em alguns elementos, na ação demonstra convergência com seu partido e completa oposição a LCI.

Em 1942, publica sua obra máxima, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* em 1945, *História Econômica do Brasil*. Chega a se eleger deputado estadual pelo PCB em São Paulo em 1947, tendo seu mandato cassado no ano seguinte. Publica nos anos posteriores as seguintes obras: *Dialética do Conhecimento* (1952), *Diretrizes para uma Política Econômica* (1954), *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* (1957), *Introdução à Lógica Dialética* (1959), *O mundo do socialismo* (1962), *A Revolução Brasileira* (1966), *História e desenvolvimento* (1968), *O Estruturalismo de Lévi-Strauss – O marxismo de Luis Althusser* (1971), *A questão agrária no Brasil* (1979) e *A cidade de São Paulo* (1983).

---

195 "Sua atuação [a de Caio Prado] é intensa, sendo, na verdade, o principal animador da ANL em São Paulo. Viaja pelo estado realizando palestras e organizando diretórios, escreve artigos para a imprensa partidária, contribui financeiramente para a manutenção da Aliança, etc. Não por acaso, a experiência aliancista marca o militante; o que há de mais relevante em sua concepção política se forma nesse curto período de intensa atividade" (RICUPERO, 2008, p. 133-134).

196 PRADO Jr. *Programa da Aliança Nacional Libertadora*. P. 121-122.

197 PRADO Jr. *Programa da Aliança Nacional Libertadora*. P. 136.

Falece em São Paulo, em 23 de novembro de 1990, aos 83 anos de idade.

4.2. Colônia: *Evolução* à *Formação*

Nessas obras aparece primeiramente a tradição ensaística de Caio Prado Júnior, ao menos em Evolução na qual o autor define como "um ensaio que se pretende síntese da evolução política do país". Primeiramente devemos destacar que aqui se tratam de fato de obras acadêmicas, são realmente livros de história. Não que *Agrarismo e Industrialismo* de Octávio Brandão não o seja (não é acadêmica também), mas sua proposta limita-se a explicar o conflito de 1924 e para isso recorrer a alguns aspectos do que considera ser a formação econômica e social brasileira.

Desde o prefácio de *Evolução Política do Brasil* está presente em germe a ideia que o consagraria como grande paradigma da historiografia brasileira em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a saber, a ideia de sentido, ainda que sem a precisão dessa designação, de agrupar os eventos históricos a partir da "linha mestra em torno de que se agrupam estes fatos"[198]; busca uma linha condutora do processo que dê uma relação causal aos diversos eventos e não apresentá-los como um amontoado desconexo.

Em *Evolução* começa por apresentar a expansão marítima como fruto da ambição da burguesia mercantil que aspira chegar às Índias para o comércio de especiarias, fato esse propiciado pelo papel da classe mercantil na Revolução de Avis. Nesse cenário, as terras recém "descobertas" pareciam de pouca serventia aos que aspiravam ao lucrativo comércio do Oriente. No entanto, limitar-se a extração do pau-brasil, não garantia a posse dessas terras contra as pretensões estrangeiras que promoviam incursões nas novas possessões lusitanas no novo continente, o que levantava a necessidade da defesa militar desse território e, a única possibilidade de garantir seria com a ocupação de todo o litoral.

A saída possível foi "privatizar" a iniciativa colonial, evitando assim o custo para a coroa. Nesse ponto, Caio Prado admite o caráter feudal do regime

[198] PRADO Jr., 1969, p. 9

adotado com as capitanias hereditárias, mas que, no entanto, com seu fracasso majoritário, o autor coloca ponto final à questão do feudalismo no Brasil:

> Este ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil [...] É esta a história da primitiva enfeudação do território brasileiro.[199]

A viabilidade econômica da ocupação precisaria residir, portanto na riqueza da colônia, em seus recursos naturais. Assim, a especulação comercial era levada a terra e seu usufruto dar-se-ia sem nenhum caráter feudal. Sendo o critério de distribuição a capacidade produtiva, isso é, aos homens em condições de fazê-las prosperar. Essa formação inicial já colocava à colônia uma diferença fundamental ao velho mundo:

> A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu [200]

A descrição da economia e da sociedade colonial nos seus primeiros momentos aparece através do binômio senhor-escravo. Acaba coincidindo com a Liga Comunista na ênfase às dificuldades colocadas para o desenvolvimento da pequena propriedade, de onde decorre a problemática do mercado interno, o que acaba por dificultar a situação do pequeno-lavrador e subordiná-lo à grande propriedade fundiária. Sua conclusão é, portanto, de que toda a economia agrária acaba unicamente no grande domínio rural.

Assim, partindo da economia agrária como base material da colônia, estabelece uma análise de acordo com a ideia de que a sociedade que emerge é mero reflexo dessa estrutura, aparentemente em acordo com Marx:

> a estrutura econômica da sociedade [é] a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da

[199] PRADO, Jr., 1969, p. 15.
[200] PRADO, Jr., 1969, p. 18.

> vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual[201].

Por isso acaba por reduzir a sociedade colonial a fundamentalmente duas classes, dos senhores de terras e a massa trabalhadora escrava ou semi-livre: “Da simplicidade da infra-estrutura econômica (...) deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida”[202].

É dessa base da qual a política erige na mesma lógica: o poder concentra-se soberanamente nas mãos dos proprietários, por vezes, independente mesmo da metrópole; o que estaria em acordo com a lógica da Coroa em “privatizar” o ônus da empresa colonial. Assim, o poder de fato acaba por residir nas câmaras controladas pelos proprietários, os verdadeiros donos do poder político colonial. É na administração municipal que reside o Estado colonial.

É somente a partir da segunda metade do século XVII que as contradições fundamentais da estrutura da sociedade colonial começam a emergir: o antagonismo de interesses da relação colônia-metrópole. É o momento em que a conjuntura mundial coloca para Portugal a necessidade de aprofundar a opressão colonial dada sua situação decadente. Para sustentar a parasitária economia lusitana, cada vez mais se agravam as medidas do exclusivo metropolitano, nosso Pacto Colonial.

Esse processo chega ao ápice com a mineração, com a metrópole buscando um controle extremo da população para se evitar o contrabando. Portugal adotava ainda todas as medidas restritivas a quaisquer manufaturas que pudessem ser importadas do reino. É o início de como diz o título da obra de Fernando Novais: *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*.

O desenvolvimento da economia colonial leva a uma relativa complexificação daquela sociedade, com o aparecimento do crédito, de certo comércio e de novas classes sociais que tornam mais complicadas as relações sociais. Um dos casos mais evidentes nesse sentido é a guerra dos mascates, entre Olinda e Recife, na qual a decadente classe da “nobreza da terra” rivaliza

[201] MARX, 1974, p. 136.
[202] PRADO Jr., 1969, p. 28.

com o emergente grupo comerciante oriundos, em sua maioria, de Portugal que soube se aproveitar das condições do exclusivo comercial.

Assim, a contradição colônia-metrópole se expressa não somente geograficamente separada por um oceano, mas na vida interna dessa sociedade, uma vez que essa próspera classe de comerciantes reinóis tinha interesses atrelados ao regime colonial, pois podiam gozar do monopólio, do estanco.

Paulatinamente essa burguesia mercantil galga espaço nas administrações municipais que, por sua vez, tem cada vez mais seu poder reduzido em proveito da coroa metropolitana. O traço dessa época é justamente que com o aumento da presença econômica da metrópole, o mesmo tem que se operar no plano político até que se afirme o absolutismo ibérico e o sistema colonial em sua plenitude.

Assim, as forças contraditórias acabam por se por em movimento, colonos e colonizadores, autonomia local ou centralização, desenvolvimento nacional ou estatuto colonial. Desse inevitável conflito de interesses antagônicos resulta em nossa “Revolução da Independência”.

4.2.1. A Colônia em *Formação*

É justamente esse o ponto de partida de *Formação do Brasil Contemporâneo*: o prenúncio da independência com a transferência da corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX, ponto de uma nova fase de nossa história. Em sua análise, Caio Prado Júnior situa-se nessa localização temporal olhando para os três séculos precedentes em meio ao oceano Atlântico para buscar uma compreensão profunda da história de nosso país. Tal escolha deve-se ao fato de que naquele momento a obra colonial estava completa e já havia cumprido sua “missão histórica” e, como Marx nos chama a atenção em *Fausto* (Goethe): *tudo que existe merece perecer*. Estava colocado o momento para profundas transformações sobre as quais emergiria o Brasil Contemporâneo.

Apesar das tais grandes transformações, olhando para o presente histórico do autor (1942), acaba ressaltando justamente as permanências daquele passado colonial, como diria Marx em seu 18 de Brumário: “*A tradição*

de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos"[203]. As mudanças não acabaram por se concluir e os caracteres fundamentais econômico-sociais continuam a pesar. Tal percepção sobre o peso do passado no presente é de monstruosa atualidade até para os que encaram o Brasil desde o século XXI, considerando o último período de crescimento econômico assentado na exportação de commodities (com destaque a monocultura da soja, mas não somente), na permanência do latifúndio, no desprezo a pequena propriedade e nas reminiscências da escravidão no trabalho precário terceirizado de nossos dias, majoritariamente sobre ombros negros.

No entanto, essa aguda percepção de Caio Prado, correta, segundo a qual "*não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional*"[204]; o leva, em nossa interpretação a sobrevalorizar programaticamente o aspecto nacional-democrático do programa de forma dissociada à estratégia de poder operária e socialista, como tentaremos demonstrar em tópico subsequente dedicado a discutir seu programa e ação.

Mas ainda na questão da análise histórica, é no campo do "acentuado cunho colonial" sobre as relações sociais e, em particular, as de classe na qual Caio Prado Júnior e também a Liga Comunista nos legam uma severa debilidade: o peso da questão negra na formação da classe operária brasileira e a consequente necessidade de um programa democrático-transitório capaz de responder a esse ainda atual problema de milhões nos postos de trabalho mais precários e explorados do país. Sem uma apreensão marxista da questão, essa acabou por ficar na "geração de '30" na exclusividade da análise de um Gilberto Freyre. Dos nossos autores aqui debatidos, Octávio Brandão é o mais sensível a essa questão que chega a apontá-la por diversas vezes, ainda que sem conseguir respondê-la em chave programática.

É o tamanho peso desse passado que o leva em centrar na análise da colônia um livro que se propõe a discutir a *Formação do Brasil* ***Contemporâneo***. O projeto era dar continuidade a obra, o que não se realizou. No entanto, nos legou uma das obras mais completas e profundas sobre nossa

[203] MARX, 2002, p. 21.
[204] PRADO Jr., 1976, p. 11.

história colonial e com uma visão capaz de responder às permanências inclusive em nossa contemporaneidade.

Sua ideia mais forte e original é justamente a de um "sentido da colonização". Entende por sentido uma linha mestra da história dirigida em uma determinada orientação, uma linha motriz capaz de explicar os fenômenos que aparecem na superfície, que dá um sentido orgânico aos diversos fatos. A ideia de sentido permite compreender a história não como uma amálgama de eventos dispersos e desconexos, mas entendê-los em sua relação de causalidade. Pretende compreender o sentido para ir além da aparência dos fenômenos, mas atingir-lhes mesmo a essência que guia o desenvolvimento histórico.

Postando-se ao final do processo colonial, vê que não há descontinuidade na história do país, da qual o início do século XIX é sua síntese. A transferência da monarquia e a independência seriam somente a expressão na superfície de um complexo processo que se desenvolve com o esgotamento do regime colonial. Criou-se aqui algo novo, uma população ("até etnicamente") singular, num determinado território, uma estrutura particular, uma organização social com consciência própria; o fundamento de nossa nacionalidade reside na colônia.

Mas, para traçar essa linha, definir esse sentido, é necessário partir da primeira pincelada da obra, o século XV e as expansões marítimas. Caio Prado, assim como a Liga Comunista, partem da compreensão fundamental da totalidade do sistema social que está por erigir. Da qual somos somente uma parte, incompreensível se desconexa do todo. Sem a compreensão do motivo que inspira a colonização, esta não tem sentido:

> Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele imenso quadro [205].

[205]PRADO Jr, 1976, p. 20.

A compreensão do período histórico em sua totalidade, do sentido do desenvolvimento mercantil europeu, o permite afirmar de forma célebre que nossa colonização não é senão um capítulo da história do comércio europeu:

> Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos "descobrimentos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu[206].

Compreendendo esse sentido de época, a linha que guia nossos colonizadores, fica possível compreender em profundidade os eventos da história do nosso país. Explica o relativo desinteresse das três primeiras décadas do século XVI, expresso desde o penúltimo parágrafo da própria carta de Pero Vaz de Caminha, em que, após mencionar não haver indícios de ouro, prata ou qualquer coisa de metal ou ferro diz "*e que nynomouvesse mais cateeraquy esta pousada pêra esta navegacom de Calecut abastaria*"[207]. A lógica mercantil permite compreender o porquê limitar-se a extração de pau-brasil. As necessidades de defesa militar que acabam por impor a colonização como povoamento e não como simples feitorias, projeto que necessitava de viabilidade econômica, deveria não apenas garantir seu próprio sustento, senão atender às finalidades mercantis de sua época e, para tal, colocava-se a produção em proveito do comércio externo.

Desde o século XV, Portugal já exercitava suas primeiras experiências nas ilhas do Atlântico. No entanto, não gozará da mesma felicidade que os espanhóis nesse continente que se depararam desde o início com metais preciosos. Por isso a demora em se avançar para uma base econômica que extrapolasse o extrativismo como a agricultura de gêneros tropicais.

Em breve comparação às diferentes formas de ocupação assumidas no Novo Continente apoia-se na análise típico-ideal de Leroy-Beaulieu[208] do didático binômio exploração-povoamento. A forma assumida nas áreas tropicais e subtropicais se coloca como perspectiva de produção de gêneros novos ao comércio europeu: "É que tais condições proporcionarão aos países

[206] PRADO Jr, 1976, p. 22.
[207] CAMINHA *in* CORTESÃO, P. 140.
[208] *De lacolonisation chez lespeuplesmodernes*.

da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta"[209]. Ou seja, aqui reside a força motriz que puxará a linha mestra da nossa história particular à história do desenvolvimento comercial europeu; a *raison d'être* de nossa colonização: produzir gêneros tropicais (ou minerais) em proveito do comércio externo.

O colono virá na perspectiva de dirigir esse processo, como empresário da produção destinada a esse lucrativo mercado. Daqui se depreendem as outras características centrais de nossa formação: grandes unidades produtivas dedicadas à produção em larga escala de algum lucrativo gênero em base a um contingente de trabalhadores desprovidos de outras condições. Em síntese: o latifúndio monocultor agroexportador baseado no trabalho escravo, o sistema de *plantation* inglês. É certo que a obra colonizadora foi além da simples exploração dessa terra, mas esse é o seu sentido que "continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais de nossa evolução colonial":

> Aqueles objetivos [...] marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. E ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos[210].

Assim, definido o *sentido*, o autor passa a articular toda a história colonial em função desse, é esse mesmo o caminho que trilha ao longo de seu *Formação do Brasil Contemporâneo*, é o pressuposto na sequência e estrutura de cada uma de suas três seções apresentadas em relação orgânica a essa ideia: povoamento, vida material e vida social. Evidentemente, a parte mais extensa e a que nos detemos é, justamente, a que corresponde à vida material.

Um primeiro aspecto a se ressaltar até aqui na tentativa de uma apreensão materialista dialética é justamente a preocupação em transcender a aparência das manifestações fenomênicas e atingir-lhes sua essência que as

[209] PRADO Jr., 1976, p. 28.
[210] PRADO Jr, 1976, p. 31.

explique. Dessa preocupação podemos influir que há uma tentativa de Caio Prado Júnior em captar a particularidade na totalidade do processo, compreendendo os eventos em sua relação dialética com o conjunto, o que permitiria compreender o concreto como "síntese de múltiplas determinações". Fernando Novais afirma justamente residir no sentido a essência sob a qual se explicam as manifestações, ponto no qual reside o movimento dialético da obra:

> O sentido, isto é, a essência do fenômeno explica as suas manifestações e ao mesmo tempo explica-se por elas [...]. Recortado o objeto, a análise desdobra-se, portanto, em dois movimentos: da aparência para a essência e da essência para a realidade.[211].

Na primeira seção da obra vemos como esse sentido se manifesta no próprio povoamento dessas terras, na preferência pelo litoral em detrimento do interior pela empresa agroexportadora. Fato que só se altera com o início da exploração aurífera, ou seja, tudo dentro da lógica do sentido exportacionista. Esses dois casos são diversos do povoamento promovido pela pecuária que não é um movimento brusco (como a frenesi da busca pelo ouro), mas um povoamento do interior, gradual que se dá pela via da integração. Essa diferença nas formas de povoamento ficará mais clara com a exposição do que o autor considera orgânico e inorgânico e na relação dialética entre esses ao discutir a vida material. Assim, o povoamento orientado pelo sentido, segundo o autor:

> A colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita[212].

No entanto, fecha a seção dedicada ao povoamento justamente com a discussão de raças, talvez a parte mais débil de sua obra, onde não avança na discussão, por oras se prendendo à mestiçagem de Gilberto Freire como solução, fora deslizes (para dizer no mínimo, um eufemismo) em relação às "raças inferiores" em outras passagens.

[211]NOVAIS, 2005, p. 286.
[212]PRADO Jr, 1972, p. 73.

Concluso avança para a Vida Material, a parte mais densa, não por acaso, uma vez que se propõe desde *Evolução Política do Brasil* a introduzir uma análise materialista da questão. É a questão econômica quem ganha aqui relevo. Toda a economia se subordina ao sentido, a posição de colônia agroexportadora destinada a abastecer o comércio europeu.

Assim, na agricultura, para atender a tal finalidade, se estabelece o latifúndio monocultor escravista para produção em larga escala. O engenho e a fazenda são consequências das circunstâncias da exploração tropical da terra. Os caracteres fundamentais aparecem aqui: latifúndio, monocultura, trabalho escravo. A monocultura acompanha a grande propriedade cujo objetivo é a exportação de gêneros lucrativos. A grande unidade produtora escravista é a célula fundamental sob a qual se assenta toda estrutura econômica e social.

A mineração não se distingue dessa, exceto pelas diferenças técnicas, é, em última instância, idêntica à organização agrícola: exploração de grandes unidades trabalhadas por escravos. O pequeno lavrador aparece como decomposição do regime econômico e social das minas.

E o extrativismo aparece restrito ao vale do Amazonas, mas não é uma atividade permanente, nem há como base o latifúndio, mas mesmo ali há o empresário que dirige e explora a mão de obra.

Essas são as atividades fundamentais da colônia porque são a base e razão da existência da vida colonial, o “orgânico”. As demais atividades, como a pecuária, citada anteriormente, são acessórias, subsidiárias das fundamentais. Definiu-se assim o fundamental: a organização da produção e do trabalho, a concentração da riqueza e sua orientação exportacionista.

O crescimento populacional acaba por trazer uma transformação importante ao impor a necessidade de um mercado interno, mas ainda assim é mais quantitativo que qualitativo, pois não transformar a essência da empresa. Mesmo após três séculos, o Brasil continua subordinado à economia europeia. Toda a política da administração portuguesa tem por finalidade atender a esse sentido, de constituir a colônia como retaguarda econômica da metrópole. Isso é tão profundo no desenvolvimento da economia colonial que se incorpora organicamente à sua vida ao ponto de que, mesmo com a independência, aquela estrutura se mantém: **a independência do país não rompe com a estrutura erigida do sentido da colonização**.

Dessa forma, Caio consegue dar um sentido orgânico aos vários ciclos econômicos do país: açúcar, algodão, ouro, café. Como a estrutura social não se assenta no mercado interno, "o sistema organizado da produção e distribuição (...) destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos" [213]. Qualquer impulso internacional a determinado gênero contribui para que desenvolva a produção desse. Assim, a economia funciona em seus ciclos. A estrutura é um organismo produtor com poucos empresários e uma massa que trabalha para esses; acompanhada por um fornecedor do comércio internacional.

Há nessa exposição uma relação dialética entre o que é orgânico e o que é inorgânico. A chave é a grande exploração que corresponde ao fundamento próprio da colônia, todo o restante serve para "amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial". Dessa essência temos a grande unidade produtora assentada no trabalho escravo. No entanto, a vida colonial não se resume a *plantation*, embora seja sua essência. As questões subsidiárias compõe o segmento "inorgânico" da economia: mercado interno, agricultura de subsistência, pecuária, etc.

Há uma relação entre os dois, na qual o inorgânico se desenvolve para sustentar a essência da empresa colonial. No entanto, também em acordo com tal perspectiva, é justamente no inorgânico onde Caio Prado Júnior aposta para a superação do sentido.

Assim, o século XIX se caracteriza pela escravidão na plenitude da vida social, sendo resultado das condições do século XV de forma completamente distinta à antiguidade, um "recurso de oportunidade", em suas palavras, aparece meramente como um negócio para seus empreendedores.

E numa passagem desse último capítulo, *Vida Social*, podemos considerar, ainda que de forma anacrônica, uma crítica à teoria do Escravismo Colonial de Gorender:

> Coisa muito diferente se passará com a escravidão moderna, que é a nossa. Ela nasce de chofre, não se liga a passado ou tradição alguma. Restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim como um corpo

[213] PRADO Jr., 1976, p. 128.

> estranho que se insinua na estrutura na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia[214].

Não que Gorender não estabeleça a diferença da escravidão antiga e moderna, o faz. Mas, mesmo com tal distinção, cria um modelo restrito ao Brasil desconexo do mundo, por mais que reconheça a finalidade mercantil do empreendimento, não compreende a totalidade mundial na qual o trabalho escravo aparece como particularidade da nova situação mundial.

Ainda que Caio acabe por incorrer no deslize de minimizar as contribuições culturais de matriz africanas[215], tenta suavizar esse fardo, mas caindo justamente numa perspectiva Freyreana:

> Isso não exclui, e sabemos que não exclui entre nós, uma circulação intra-social apreciável, que permitiu aqui a elevação a posições de destaque, e isto ainda na colônia, de indivíduos de indiscutível origem negra. [...][216].

E, em passagem seguinte:

> Em alguns outros setores, a escravidão foi mais fecunda. Destaquemos a "figura boa da ama negra" – a expressão é de Gilberto Freyre, - que cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura que não é fator de menor importância nesta florescência de sentimentalismo, tão característica da índole brasileira, e que, se de um lado amolece o indivíduo e o desampara nos embates da vida – não padece dúvida que boa parte da deficiente educação brasileira tem aí sua origem, - doutro contribui para quebrar a rudeza e a brutalidade próprias de uma sociedade nascente. Mas neste, como em muitos casos semelhantes, é preciso distinguir entre o papel de escravo e o do semelhante, é preciso distinguir entre o papel de escravo e do negro, o que Gilberto Freyre acentuou com tanto acerto[217].

A vida social que o autor descreve é constituída fundamentalmente da relação entre a massa de escravos e a de seus proprietários, originando uma sociedade de extremos, de profunda desigualdade social, mas que, com o tempo, começará a originar um novo contingente de desocupados, de forros, fugidos e até mesmo brancos que não conseguem se situar nesses extremos.

---

[214] PRADO Jr, 1976, p. 270.
[215] "A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula" (PRADO Jr, 1976, p. 272).
[216] PRADO Jr, 1976, p. 272.
[217] PRADO Jr, 1976, p. 343.

> Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são só dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre essas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma[218].

Novos sujeitos que começam a aparecer com o desenvolvimento histórico-social, mas esse novo setor é filho mesmo daquela estrutura escravista colonial e que se formará como seu corpo inorgânico. Nesse último capítulo, o autor trata, além da vida social, da questão da organização e da administração.

Assim, enquanto escravidão é o eixo da organização social, esse setor a margem primam pela falta de unidade e organização. É da liberdade desse setor que começa a se formar a nação de tamanhas desigualdades. E é também, seguindo a lógica do sentido mercantil, que se erige o regime político-administrativo sendo o eixo a questão fiscal, como característica lógica do sistema colonial do Antigo Regime, sendo a mineração o que lega o mais pesado fardo. Segundo a ideia de que a colônia se constitui como retaguarda econômica da metrópole, como afirma Novais, o Estado se constitui de forma deficitária sem preocupações com quaisquer serviços públicos e a garantia de uma infraestrutura para o país em gestação. Grande destaque é dado à Igreja desde a sua relação umbilical com a coroa ibérica, constituindo-se como parte mesmo da administração.

Após a independência e com a conformação de um Estado Nação, todo o convulsivo período que se processa é resultante das contradições nascidas do sistema colonial que debilitam a unidade nacional. E nesse ponto, retomamos, portanto a sua análise da “revolução da independência” presente em seu antecessor *Evolução*.

[218] PRADO Jr, 1976, p. 281.

4.3. A "Revolução da Independência" (*Evolução)*

Em *Evolução*, o autor dá especial atenção às revoltas populares que tomam conta no período pós-independência tentando localizá-las, "mostrá-las não como fatos ocasionais e isolados, mas como fruto que são do desenvolvimento histórico da revolução da independência" [219]. Desde o início chama atenção a divisão que propõe da própria história colonial, em duas partes, a saber, a primeira do descobrimento ao fim das guerras holandesas e a segunda daí a chegada de D. João VI em 1808. O que já nos permite pensar, através da interpretação mercantil do autor, o papel cumprido com a chegada da família real na análise do autor, não somente pela transferência da corte, mas pela transformação que passará a ocorrer com o estatuto colonial definido pelo exclusivo.

No entanto, o que pretendemos é analisar a ênfase a que dá o autor a denominação de "revolução da independência", questionando mesmo tal designação e levantando algumas hipóteses iniciais sobre a concepção de revolução do autor. Aqui também há uma divisão, estabelecida como um período preparatório entre 1808 e 1822 e até 7 de abril de 1831: "A menoridade é a fase de ebulição, em que as diferentes classes e grupos sociais disputam a direção do novo estado nacional brasileiro"[220].

Na terceira parte do livro, dedicada a questão da revolução, discute a partir do sétimo capítulo, a chegada de Dom João VI ao Brasil. É essa justamente, a transferência da corte em 1808, a particularidade de nossa independência que difere de todo o resto da América. Aqui é a própria coroa quem lança as bases para a autonomia, na qual se combina a turbulência europeia que segue após a revolução francesa com a manobra inglesa para absorção da economia do império português.

A questão que se coloca é a da liberdade comercial colonial para a Inglaterra; os tratados colocados até então, embora úteis, eram insuficientes. A sede da corte no Rio de Janeiro permitiria minar as bases fundamentais do comércio exclusivo português, cálculo inglês que se mostrou preciso com a

[219] PRADO Jr, 1969, p. 10.
[220] PRADO Jr, 1969, p. 11.

abertura dos portos às “nações amigas”. Essa seria a causa motriz da independência, tornando desnecessário o recurso às armas.

Aqui Caio Prado quer se diferenciar dos historiadores que se preocupam com os elementos “externos e formais dos fatos” sem refletir sua conexão profunda entre a situação que se estabelece entre 1808-1822:

> Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desapareceram, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial e substituídas por outras já de uma nação soberana [221].

A situação que acaba por se estabelecer é assim de transição, já que entre 1808-22 não se pode computar na fase de nossa história colonial. Situação que começará a agravar-se com a reação em Portugal com a Revolução do Porto, além de suas questões internas contra o absolutismo, soma-se a nova política em relação ao Brasil; uma vez que era o parasitismo colonial quem sustentava sua economia. Com as novas medidas implantadas, nove décimos do comércio exterior português cai em mãos inglesas, sendo um golpe fatal às manufaturas portuguesas. Daí a preocupação do Porto em tentar reconstruir o antigo sistema colonial.

E como já discutido no ponto anterior, a contradição da relação colônia e metrópole não se limita à distância geográfica que nos separa por um oceano, senão dentro do próprio território brasileiro há uma classe que se desenvolveu no período anterior que se beneficiava do sistema do pacto colonial, dos comerciantes portugueses que passam a perder suas vantagens com a abertura comercial. Assim, o processo português faz explodir as contradições sociais na colônia e de sua respectiva ordem com os conflitos de classe, étnicos e sociais de mais variadas formas.

Suas consequências se mostram heterogêneas e contraditórias com o fortalecimento do “partido brasileiro” composto por proprietários rurais e aliados. Nesse ponto, Caio Prado nos trás uma análise da relação entre as classes para justificar os limites do processo de independência:

[221] PRADO Jr, 1969, p. 43.

> Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país. As relações de classe existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil que descrevemos nos primeiros capítulos deste livro, e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingirá, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam ainda que esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado da evolução histórica do país [222].

Mas os limites são de tamanha envergadura que permanecerá intacta a estrutura social nascida da colônia na própria análise do autor que nos faz questionar justamente qual é o sentido dessa revolução que não transforma de fato as relações sociais[223] e acaba por se limitar a eliminação do exclusivo metropolitano e a transferência do colonialismo ibérico para o novo imperialismo inglês? A direção do processo caberá ao “partido brasileiro”, isso é, justamente a mais retrógrada elite colonial escravista, sendo D. Pedro seu simples instrumento, cabendo o mérito a José Bonifácio.

Daqui começa a análise da estruturação do novo Estado Nacional. A independência representa o auge da contradição entre a superestrutura política com o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, a organização política do Brasil colônia não mais corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas e a sua infraestrutura econômica, uma vez rompida, precisa dar vazão a formas condizentes à situação. O autor enfatiza a particularidade da transferência da sede que nos diferenciaria do conjunto da América (não sendo necessário o recurso às armas), mas justamente essa particularidade não implicaria também no limite dessa independência, até mesmo em designá-la como revolução? Pois nem mesmo o aspecto da independência foi plenamente resolvido uma vez que o que se passou foi a transferência da dependência ibérica para a inglesa e, acrescente-se, ainda mediante uma vultosa indenização. O autor

[222] PRADO Jr, 1969, p. 46-47.
[223] PRADO Jr, 1969, p. 47.

tenta resolver essa questão dando ênfase ao aspecto transicional do período 1808-22:

> Tivemos um período de transição em que, sem sermos ainda uma nação de todo autônoma, não éramos propriamente uma colônia. Mas, no fundo o fenômeno é o mesmo. Realizada por esta ou aquela forma, a emancipação de uma colônia resulta sempre de sua evolução econômica incompatível com o estatuto colonial [224].

No entanto, é necessário uma observação à afirmação sobre o fenômeno ser o mesmo. Nos parágrafos seguintes, há uma relativização não explícita dessa mesma afirmação, o que nos leva a indagar se já não está em germe sua concepção desenvolvida décadas depois sobre como se definir uma revolução.

> E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto[225]

Ainda que aqui podemos fazer uma certa correspondência com as concepções de "revolução passiva" em Gramsci ou a ideia de uma "via prussiana" leniana.

Assim, D. João servira como mero instrumento das reivindicações nacionalistas constituindo uma monarquia que não nasce das reminiscências do feudalismo, ao contrário da formação europeia. A constituição aparecerá como expressão do equilíbrio político da correlação de forças da sociedade, das condições das classes dominantes e de suas formas de dominação. Evidentemente, a influência do iluminismo é limitada, uma vez que nossas condições são completamente distintas, a questão era a substituição das restrições coloniais pela estrutura nacional, o que se ajusta da ilustração é a liberdade econômica e parcialmente a soberania nacional.

O caráter de classe sobre o qual se organiza o regime se revela nos privilégios políticos dos grandes proprietários rurais, os dirigentes da

[224] PRADO Jr, 1969, p. 47.
[225] PRADO Jr, 1969, p. 48.

independência, em detrimento de toda a população trabalhadora, escrava ou não. Assim, o projeto constituinte de 1823 atendia todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais.

4.4. Suspensão do tráfico, abolição e modernização (*Evolução*)

Até aqui podemos afirmar mesmo que pouco ou nada se alterou do fundamental do sentido de nossa colonização. A estrutura econômica e social não apenas se mantivera a mesma, como se tornara ainda mais lucrativa. A formação baseada no latifúndio monocultor escravista orientado para o mercado externo permanecia e, com o fim do exclusivo metropolitano, a atividade se tornara ainda mais rentável.

Desde a abertura dos portos e o fim das barreiras impostas por Portugal, o país entrou em considerável crescimento econômico sem poder, no entanto, abrir mão do tráfico que consistia na principal fonte de mão de obra. A questão começaria a mudar significativamente com o segundo reinado, sendo considerado pelo autor o ponto de partida de toda evolução subsequente.

Sob pressão inglesa, da promulgação do *Bill Aberdeen*, e consideráveis ameaças aboliu-se o tráfico de escravos em 1850. Se isso poderia parecer um grande entrave ao desenvolvimento de uma economia baseada no modelo acima descrito, por outro lado gerou uma situação nova na qual ocorre uma inversão de capitais, o que era empregado em função da compra de escravos assumirá novas destinações, sendo um incremento ao mercado brasileiro, intensificando a vida comercial:

> Assinala-se, portanto este período que se inaugura com a segunda metade do século passado pelos primeiros passos no sentido da "modernização" do país. A velha estrutura colonial, varridos os obstáculos que se antepunham ao seu progresso, entra numa fase de completa remodelação. Seria na verdade um critério estreito atribuir esta transformação unicamente à abolição do tráfico de escravos. Ela estava naturalmente indicada pelas condições objetivas da economia universal, de que o Brasil entrava com a Independência, a participar [226].

Evidente que tal medida trará uma divisão entre as elites, umas que

[226] PRADO Jr, 1969, p. 83.

pouco se beneficiam desse processo, outras que se colocam como propulsoras da modernização. A situação foi que a elite mais retrógrada acabou se isolando por completo do conjunto das forças sociais do país até chegar a seu limite extremo. O tráfico encareceu consideravelmente a mão de obra escrava aos que ainda recorriam a ela. Cada vez mais, as fileiras escravistas perdiam adeptos e força. Mas não que sejam as forças sociais em ação as determinantes da abolição para o autor, essa:

> Nasce das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, e por efeito disto, do acúmulo de interesses opostos à escravidão [227].

Assim, a monarquia que se erguia sob as bases do trabalho escravo, entrava em sua encruzilhada final. Cada vez mais a instituição monárquica perde prestígio e suas bases econômicas e sociais estão sendo corroídas. Assim, o império encontra-se em plena decomposição, em 1888, a abolição é seu coroamento, limando o trono do último e restrito apoio social que lhe restava. Não a toa, no ano seguinte: "uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro"[228].

4.5. História Econômica do Brasil: Elementos de síntese, a não superação do sentido e a perspectiva nacional desenvolvimentista

História Econômica do Brasil é considerada outra das grandes obras de Caio Prado Junior. Sua primeira edição data de 1945, ao final da segunda guerra mundial, com uma atualização em 1970. Embora ultrapasse o recorte por nós inicialmente proposto de fixar-se sobre as primeiras interpretações marxistas brasileiras entre 1924 e 1942, consideramos importante analisar alguns aspectos dessa, uma vez que o autor retoma em muito as formulações apresentadas em *Formação do Brasil Contemporâneo*, com algumas precisões mais claras que sua obra anterior; além de nos legar alguns elementos novos no que diz respeito ao papel do imperialismo na economia nacional e dando indícios da projeção da superação definitiva do sentido da colonização.

[227] PRADO Jr, 1969, p. 87.
[228] PRADO, Jr, 1969, p. 90.

A primeira parte da obra é muito próxima à ideia geral, fornecida em *Formação* que corresponde aos períodos dos primeiros contatos dos portugueses com essas terras (as preliminares de 1500-1530), a ocupação, ao auge do sistema colonial e ao império. As questões mais inovadoras seguem a sua análise do desenvolvimento da República (1889-1930) até as transformações que se operam pós-1930 e o papel desempenhado pelo imperialismo nesse processo.

Partindo da análise das benesses do meio geográfico para fundamentar sua perspectiva de um sentido exportacionista que dá razão à colonização, não abandona sua perspectiva embrenhada da concepção de progresso em oposição às comunidades indígenas originárias:

> Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias (...), resistiram ou foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos. Outros se defenderam de armas na mão; foram sendo aos poucos eliminados, mas não sem antes embaraçar consideravelmente o progresso da colonização nascente que, em muitos lugares e durante longo tempo, teve de avançar lutando e defendendo-se contra uma persistente e ativa agressividade do gentio [229].

As passagens que se seguem chegam mesmo a repetir trechos em suas obras anteriores. Retomando a ideia de que as "descobertas" se motivam pelo impulso comercial, a essas terras limitam-se num primeiro momento ao simples extrativismo sem se aventurar ao povoamento. As novas possibilidades produtivas de zonas tropicais aliadas ao problema dos ataques de outros povos que atrapalhavam o monopólio régio do pau-Brasil (a primeira forma embrionária de nosso exclusivo metropolitano), servirá de mola propulsora ao interesse europeu, na qual virá na perspectiva de dirigente da produção de gêneros rentáveis, constituindo a origem de nossa elite colonial. Retomando sua definição de sentido:

> No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das

[229] PRADO Jr, 2012, p. 12.

> resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução dos trópicos americanos. Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. [...] Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos desse longo passado colonial [230].

Acrescenta o agravante por diversas vezes retomado ao longo da obra da não superação do sentido, não somente no pós independência, mas na própria contemporaneidade em que o autor atualiza a obra (1970 e em seu *post-scriptum* em 1976), apresentando-a como a contradição de sua época.

É na análise do apogeu do período colonial (1770-1808), ao tentar estabelecer uma síntese do desenvolvimento econômico que, deixa posto em linhas claras sua concepção que será duramente criticada a partir da década de ’70, sobre o destaque dado à análise do comércio em detrimento da produção, a chamada questão do “circulacionismo”:

> A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares de produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume. O estudo do comércio colonial virá assim como coroamento e conclusão de tudo que ficou dito relativamente à economia do Brasil colônia [231].

Essa crítica será desenvolvida por autores como Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, entre outros, mas que também já estava de forma embrionária na primeira crítica de Lívio Xavier logo após a publicação de Evolução Política do Brasil, ainda no início da década de ’30, como se pode atestar no ANEXO I e nas considerações finais dessa dissertação.

A crise de nosso sistema colonial se apresenta com o início da era do liberalismo impulsionado pelas revoluções burguesas, particularmente, a

[230] PRADO Jr, 2012, p. 23.
[231] PRADO Jr, 2012, p. 114.

industrial. O fundamento do sistema, o pacto colonial, entrava em decadência com a transição para o capitalismo industrial em oposição ao mercantilismo que reinou durante a História Moderna. A contradição se apresenta da seguinte forma:

> O interesse do comércio no pacto é óbvio, pois o fim deste não é senão reservar para a metrópole, e, portanto a seus comerciantes, o privilégio das transações coloniais em prejuízo dos concorrentes estrangeiros. E por isso o pacto se mantém enquanto o capital comercial domina. Mas para o industrial, sem interesse direto no comércio, e cujo único objetivo é colocar seus produtos, a situação criada pelo pacto é desfavorável [... Para o industrial ...] só pode haver um ideal: é um comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível [232].

Para Portugal tentar manter sua posição conquistada na época anterior, eleva ao máximo as imposições e restrições a sua colônia, de toda ordem, colocando-se em completa oposição às perspectivas dessa. A situação mudaria de forma irreversível a partir da fuga da família real das guerras napoleônicas e sua chegada em 1808.

A peculiaridade de nossa independência reside como observado no tópico anterior, de que o sentido que se deu à colonização acaba por se aprofundar. Não somente pelas novas vantagens à exportação agrícola a partir do "livre comércio", como esse acabava também por impedir o desenvolvimento industrial dado à concorrência com mercadorias estrangeiras, estancando seu desenvolvimento. Acaba por se aperfeiçoar o sistema originário, situação que só começa a se transformar, lentamente, após a segunda metade do século XIX.

Do ponto de vista da organização do Estado sob essa base econômica, os problemas aparecem desde 1808. Sem recursos públicos, começa a se estruturar um pesado aparelho administrativo que conduzirá a um déficit financeiro. A independência em 1822 não altera esse quadro, uma vez que o Estado é fundamentalmente o mesmo, inclusive com a continuidade dinástica. Para agravar tal déficit surge a insuperável problemática até nossos dias da dívida pública com os empréstimos ingleses em benefício de Portugal entre outros que virão. Nessa passagem, Caio Prado nos dá um bom

[232] PRADO Jr, 2012, p. 124.

questionamento à sua própria definição anterior sobre a “Revolução da Independência”:

> O império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior (conservar-se-á até mesmo a dinastia reinante em Portugal, sendo coroado imperador o herdeiro presuntivo da Coroa Portuguesa), nada alterará nesse assunto de que nos ocupamos. Permanecerão os mesmos quadros administrativos, na maior parte das vezes até as mesmas pessoas; e os processos não se modificarão [233].

Como definir como revolução algo que não altera a estrutura econômica nem a organização do poder do Estado, acabando por reafirmar na verdade a situação anterior? Nessa nova obra, Caio Prado não usa os mesmos termos empregados em sua obra inaugural.

Segundo dados do autor, na metade do século, os serviços da dívida já correspondem a 40% do erário geral. Novamente, Caio retoma a transformação que se opera com a crise do regime servil e o fim do tráfico. Em sua análise descarta o papel da resistência negra no processo:

> Os escravos, apesar de sua massa que representa cerca de um terço da população total, não terão nesse processo, ao contrário do ocorrido em situações semelhantes noutras colônias americanas, como, por exemplo, em São Domingos (Haiti) um papel ativo e de vanguarda [234].

Evidente que tamanha comparação seria absurda com a revolução negra haitiana, mas minimizar de tal forma a importância da resistência negra no processo, nos parece algo bastante questionável[235].

A questão do fim do tráfico acaba por abrir tamanha crise porque o crescimento vegetativo escravo não acompanha as necessidades de renovação de mão de obra e converte-se numa crise do próprio regime político, o império escravocrata vai à bancarrota com a abolição. A inovação econômica que se opera é que o tráfico era um dos centros da atividade econômica e seu fim acaba por despertar capitais ativando novos setores econômicos. Processo que se acompanha pela decadência da produção açucareira e a transferência do eixo do Norte/Nordeste para o Centro-Sul com a expansão cafeeira.

[233] PRADO Jr, 2012, p. 138.
[234] PRADO Jr, 2012, p. 142.
[235] ALFONSO; MATOS (org), Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil, 2013.

Transformação ainda que de grande vulta não altera o sentido da exportação agrícola, tampouco sua estrutura assentada no grande latifúndio monocultor. Situação na qual, os EUA pós-independência passarão a absorver 50% da produção de café brasileira, momento no qual o capital ianque começa a ganhar espaço por essas terras. Formava-se assim uma nova elite social ascendente, particularmente em São Paulo que acabará por assumir o domínio político do país.

No entanto, o desenvolvimento cafeeiro trazia uma questão nova e contraditória, ao mesmo tempo em que reforça o aspecto colonial da produção, a penetração de capitais imperialistas contribuía para uma relativa modernização do país com as ferrovias, melhorias nos portos e novas indústrias.

A abolição acaba trazendo uma nova corrente imigratória para o país, na qual se tenta primeiramente o regime de parcerias, mas que em pouco tempo acaba substituído pelo assalariamento. Nesse ponto, Caio Prado acaba por se opor, ainda que indiretamente, a já citada tese da "regressão feudal" de Nelson Werneck Sodré[236].

Todo o processo está acompanhado do desenvolvimento do capital financeiro com bancos, seguradoras, bolsas de valores, gerando novas fontes de acumulação capitalista associada ao imperialismo por intermédio do Estado que assume empréstimos para os empreendimentos.

Outro elemento interessante e original nessa obra na indicação que faz o autor das origens do nosso proletariado industrial, o nosso processo de "acumulação primitiva" como se referia Marx no sentido das transformações de classe que propiciam uma massa de expropriados prontos para a indústria:

> A questão da mão de obra nesses centros maiores e onde se localiza a indústria, resolver-se-á facilmente e a baixo preço. O que será, aliás, o fator máximo da sua prosperidade. Aí a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontra lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio "senhor e escravo". Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento

[236] "A maior parte das fazendas de café, instaladas depois de 1808, contará, sobretudo e quase unicamente com trabalhadores livres. Desaparece assim mais uma circunstância geradora de dificuldades para o trabalho livre, e que era sua coexistência nas mesmas fazendas e em iguais tarefas com o trabalho servil" (PRADO Jr, 2012, p. 191).

> desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isso que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. Ambos se disseminavam largamente em todas as regiões de certa densidade demográfica. A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão de obra. E será essa a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro muito de suas características e de sua evolução [237].

Mas apesar do relativo progresso, a república perpetua a antiga estrutura, mudando somente a mão de obra, como nas palavras de Marx citadas anteriormente pela Liga Comunista:

> No Brasil, a acumulação primitiva do capital fez-se de maneira direta: a transformação da economia escravagista em salariado do campo se fez diretamente e o afluxo imigratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objetivo oferecer braços à grande cultura cafeeira. Produziu-se aqui, portanto, o que Marx chama de "uma simples troca de forma" [238].

A transformação que se opera nessa elite permite confirmar a tese da LC segundo a qual "a burguesia brasileira nasce no campo". Nos termos mais desenvolvidos de Caio Prado Júnior, a questão aparece da seguinte maneira:

> A transformação terá sido tão brusca e completa que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negocistas[239].

O surto cafeeiro aprofunda a contradição de que quanto mais se acentua o sentido, mais característica de semicolônia adquire nossa economia uma vez que os investimentos crescentes no café faz cair a produção voltada para o mercado interno. Caio Prado aponta a dialética entre como a força econômica do país converte-se justamente em seu ponto débil[240].

[237] PRADO Jr, 2012, p. 198.
[238] ABRAMO KAREPOVS, 1987, p. 67.
[239] PRADO Jr, 2012, p. 208.
[240] "Mas, ao mesmo tempo que se ampliavam as forças produtivas do país e se reforçava o seu sistema econômico, acentuavam-se os fatores que lhe comprometiam a estabilidade. A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis,

A lucratividade inicial do café permite o desenvolvimento da especulação comercial com esse gênero, fato que não se restringe a esse setor já que ele mesmo é o eixo econômico do país e acaba por comprometer o conjunto da vida financeira nacional. Seu golpe de morte virá com a crise de ’29, da qual a crise da relação entre produção e especulação leva a destruição de capitais concentrados na área abrindo uma crise geral no sistema econômico e político brasileiro. A situação teve uma pequena melhora nessa relação, em período anterior durante a I Guerra que contribuiu para combinar certo equilíbrio na produção do café com as benesses da oportunidade gerada em certa industrialização pela forçada substituição de importações. Mas o período posterior de crescimento mundial desajustará a relação do café levando a sua crise máxima de superprodução.

Mas mesmo o crescimento industrial que segue à guerra se dá em chave imperialista, através da instalação de subsidiárias de empresas estrangeiras. O capital efetivamente nacional que se estabelece acaba assimilado as primeiras, pois é em seu entorno que se estrutura. Isso é, embora nacionais estão ligadas às imperialistas.

Na análise do capital imperialista, Caio acaba por se aproximar às concepções já desenhadas por Humbert Droz para a América Latina apresentada no capítulo introdutório, ainda que o próprio autor acabe retirando suas principais conclusões para o caso brasileiro, e também da Liga Comunista na relação umbilical que se estabelece entre a burguesia nacional, o imperialismo e o Estado.

O elemento mais interessante da análise sob esse ponto é o que acompanha o mesmo raciocínio da totalidade sobre o desenvolvimento desigual e combinado abordado anteriormente:

> [O imperialismo] forma um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo, em que tais inversões não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto. O Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantêm ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional [...] Identificam-se assim com nações e nacionalidades; arvoram uma

---

e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora do seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável” (PRADO Jr, 2012, p. 211).

> bandeira, mas efetivamente seu caráter é internacional, e essa bandeira não é mais que fachada atrás da qual se abrigam. [...] As contradições do capitalismo, o seu funcionamento inorgânico e caótico, assumem nos países de economia colonial ou semicolonial, como o Brasil, um máximo de intensidade [241].

E a proximidade com o pensamento de Trotski desenvolvido em seu *A Revolução Permanente* e também da análise da Liga Comunista, ainda que suas conclusões programáticas sejam radicalmente distintas como veremos a seguir:

> Mas a par desses aspectos negativos do imperialismo, encontramos nele um lastro positivo. Ele representou sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o capitalismo contemporâneo, realizou necessariamente nela muitos dos seus progressos. O aparelhamento moderno de base com que contaria a economia brasileira até as vésperas da Segunda Guerra, foi quase todo ele fruto do capital financeiro internacional [242].

Mas mesmo por fora desse eixo econômico do café, desenvolvem-se novas formas, ainda que precárias e secundárias, que aparecem para o autor como a possibilidade de superação do sentido, de organização de uma "economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população"[243]. Tal possibilidade estaria condicionada ao fortalecimento do mercado interno, de sua capacidade de consumo, fatos propiciados pela abolição e pelas duas grandes guerras. A perspectiva traçada pelo autor orienta-se pela superação do sentido através de uma política de desenvolvimento nacional:

> Refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de sua população. Romper definitivamente com seu longo passado colonial, e fazer-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheios. Essa evolução se encontra como vimos, em andamento [244].

Assim, ainda que Caio Prado identifique a relação orgânica que o

[241] PRADO Jr, 2012, p. 278-281.
[242] PRADO Jr, 2012, p. 282-283.
[243] PRADO Jr, 2012, p. 288.
[244] PRADO Jr, 2012, p. 298.

imperialismo estabelece com a antiga estrutura colonial, na qual o papel do Brasil consiste em fornecer matérias primas proporcionando lucros no sistema internacional, subordinando essa essência ao conjunto das atividades econômicas do país. Não considera, portanto o desenvolvimento imperialista uma alternativa possível para sua saída nacional desenvolvimentista; por outro lado não menciona em um momento sequer os agentes sociais e políticos talhados por essa tarefa, não há menção a revolução, nem qualquer relação com o socialismo, mas tão somente a proposta de uma reforma estrutural da perspectiva nacional, e com isso, conclui sua obra, na "atualidade de 1970":

> Trata-se, pois, de apressar o processo de transformação e orientá-lo convenientemente, realizando com isso a reforma estrutural da economia brasileira capaz de elevá-la a um novo plano inteira e definitivamente liberto de seu passado colonial [245].

4.6. O "sentido" da Revolução Brasileira e algumas conclusões

A análise do autor exposta em *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* e em *A Revolução Brasileira*, ainda que supere nossa perspectiva de traçar as primeiras análises marxistas nas três primeiras décadas do século XX, é particularmente importante para compreender qual a estratégia e concepção de revolução do autor. Podemos assim ver, em que medida, estes se encontram mais ou menos próximo dos trotskistas, como chegou a ser "acusado" diversas vezes, ou se estaria mais próximo mesmo de seu partido apesar de suas duras críticas ao PCB. É evidente que não podemos identificar nesse Caio Prado o mesmo da década de '30 e '40, mas sua concepção de revolução está plenamente delineada nessa obra e em completa conexão com a ideia da não superação do sentido, definido em suas obras iniciais.

É logo no início em que encontramos o ponto mais crítico e dúbio dessa obra. Seu ponto de partida consiste em dissociar as ideias de revolução e insurreição. Assim, uma revolução não precisaria estar conectada a uma estratégia insurrecional de luta pelo poder. Caio Prado considera que "o significado próprio [da revolução] se concentra na transformação, e não no

[245] PRADO Jr, 2012, p. 341.

processo imediato através do que se realiza"[246]. Afirmação que, em si mesma, poderíamos estar de acordo, não se encerrasse numa concepção bastante dúbia a caráter da própria revolução. O autor define revolução como um

> Processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade [247].

É por essa definição, desatrelando a ideia de insurreição à de revolução que o autor se coloca a discutir a questão da Revolução brasileira. Poderíamos tentar dar razão ao autor considerando, por exemplo, o caso inglês da revolução industrial. Mas, mesmo nesse caso, isso só é possível tomando como recorte isolado do conjunto da história de seu desenvolvimento. Seria essa possível sem suas antecessoras revoluções puritana e gloriosa? Não houve ali uma transição violenta da classe social a frente do Estado? Somente se idealizarmos a revolução gloriosa descolada da violência da Puritana, dos anos e medidas de Cromwell, das transformações de classe dos cercamentos e do conjunto que compõe a obra industrial e a torna possível. Mas, ainda assim, isso seria certo para o caso de uma revolução burguesa, mas impensável para uma revolução socialista que se proponha derrubar o Estado pelas mãos da classe operária como sujeito central aliado às demais camadas oprimidas da população. Mas seria esse o sentido da revolução em Caio Prado Júnior? Ou seria uma revolução democrático-burguesa como propunha o PCB? A essa questão central, o autor se esvai como se fosse sem importância, por diversas vezes ao longo da obra:

> Será "socialista" ou "democrático-burguesa", ou outra qualquer? Indagação como essa situa desde logo mal a questão e de maneira insolúvel na prática, pois a resposta somente se poderá inspirar – uma vez que lhe falta outra premissa mais objetiva e concreta – em convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística. Isso porque do simples conceito de revolução dessa ou daquela natureza nada se poderá extrair em matéria de norma política e de ação efetivamente praticável [248].

Para escapar a tal questão secundária, afirma que essa só pode se

[246] PRADO Jr, 1966, p. 1
[247] PRADO Jr, 1966, p. 2.
[248] PRADO Jr, 1966, p. 2.

definir "*depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução*" [249]. Assim, invoca a originalidade em pensar o processo da revolução brasileira em contraposição a esquemas teóricos prévios. Se essa pode ser a sua qualidade em pensar o passado colonial, isso é, tentar compreender a particularidade do processo brasileiro em contraposição às concepções traçadas pela Internacional Comunista, aqui nos parece seu ponto débil. Se corretamente traçou a relação mundial que se processou nessas terras desde o século XV e do desenvolvimento posterior concluiu a inserção do Brasil na cadeia imperialista internacional, na resposta estratégico-programática para a revolução brasileira, faz o extremo oposto, busca uma particularidade tão própria que é desconexa da realidade mundial colocada pelo imperialismo.

Nessa concepção de revolução que vai se fazendo aos poucos, ao longo do próprio processo, desaparece o papel dirigente do partido revolucionário. Minimiza para o caso brasileiro a polêmica que tomou os círculos da socialdemocracia russa nas duas primeiras décadas do século XX acerca das concepções da revolução russa.

"É claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar", tenta assim escapar a indefinição, mas o faz como uma conjectura indefinida no horizonte: "Isso contudo, representa uma visão histórica sem data marcada nem ritmo de realização prefixado"[250].

Em sua luta contra o dogmatismo da concepção feudalista majoritária no PCB e da extinta IC, acaba por deixar o conteúdo da revolução completamente indefinido, não apenas na questão da estratégia para a tomada do poder, como em seu caráter geral. Sua concepção secundariza o papel do partido na direção da transformação tornando-o refém dos acontecimentos.

Coincidimos com o ponto de partida do autor em se opor à aplicação dogmática de conceitos marxistas sem se preocupar com a particularidade brasileira. Chega a criticar a concepção stalinista dos estágios, da ação da IC e do Bureau Sul-americano e das análises feudalistas do PCB de onde se conclui a separação entre a revolução democrático burguesa da revolução socialista. No entanto, se suas críticas permitem aproximá-lo do trotskista, suas

[249] PRADO, Jr, 1966, p. 8.
[250] PRADO Jr, 1966, p. 9-10.

conclusões fazem o oposto: voltam a aproximá-lo de seu partido. Fato já enunciado no primeiro ponto desse capítulo ao apresentar sua proximidade com o programa da ANL em oposição à do grupo trotskista.

Sua perspectiva programática é a conquista plena da independência nacional, a definitiva superação do sentido. Há para o autor uma distinção entre dois setores da economia: externo e interno. Na qual o primeiro determina o segundo, sendo "a nota principal da conjuntura econômica"[251]. Mesmo quando a indústria já superou as exportações, o autor afirma que essa se desenvolve como acessória às necessidades exportacionistas. A grande questão residiria em desenvolver uma economia nacional orientada para a satisfação de suas próprias necessidades. O protagonista dessa transformação seria o próprio Estado, apresentado sem caráter de classe definido diversas vezes como o "poder público", através de um conjunto de reformas:

> [trata-se] sim de pautar e dar rumo às transformações socioeconômicas potenciais, a fim de levar o Brasil a superação de seu presente estágio de uma economia ainda profundamente marcada pelas circunstâncias e vicissitudes de sua formação colonial, e que se revelam de maneira particularmente sensível e oferecendo maiores óbices ao desenvolvimento, nos baixos padrões materiais e culturais da massa da população do país. É disso que se trata, isto é, de um programa de reformas sem maior preocupação pelas suas implicações puramente teóricas e projetadas na perspectiva de experiências históricas em outras situações profundamente distintas da nossa [252].

Não há em *A Revolução Brasileira* a superação da propriedade privada nacional, apenas do capital estrangeiro e seu elemento mais avançado, o monopólio do comércio externo. Assim, seria papel do Estado dirigir junto à iniciativa privada o processo:

> Tratar-se-á dentro da planificação e direção gerais das atividades econômicas em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada devidamente controlada e orientada [...] torna-se necessária à intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados[253].

Em *Diretrizes para uma Política Econômica brasileira*, Caio Prado Júnior

[251] PRADO Jr, 1956, p. 109.
[252] PRADO Jr, 1966, p. 266.
[253] PRADO Jr, 1966, p. 268-270.

deixa claro o caráter não socialista da revolução brasileira, limitando-se a seu caráter de independência nacional, aproximando-se estrategicamente da concepção da Internacional Comunista, ainda que a critique em seus fundamentos e apresentando-a como um conjunto de reformas conduzidas pelo próprio Estado burguês:

> Trata-se de libertar as forças anticolonialistas já presentes no interior da atual estrutura econômica do país e que destaque e procurei analisar no decorrer desta tese. Essas forças não são ainda ou não são sobretudo as do socialismo que começa apenas a esboçar-se entre nós e precisará aguardar ainda, para amadurecer um largo progresso das forças produtivas que não será possível sem a preliminar da destruição do sistema colonial. As forças que realizarão essa destruição ainda são as do capitalismo, configuradas politicamente, em primeiro lugar por um proletariado industrial já francamente entrosado em relações capitalistas de produção e em rápido desenvolvimento, tanto quantitativo como qualitativo; em segundo lugar, um campesinato já esboçado e que encontrará na reforma agrária o impulso de que necessita para integrar a economia rural brasileira em relações puramente capitalistas de produção; e finalmente uma burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital; e por isso mesmo capaz de dirigir sua iniciativa para a estruturação de uma economia nacional [254].

[254] PRADO Jr, 1954, p. 236-237.

Capítulo 5. Comparações, considerações e conclusões

Esboçamos ao longo dessa dissertação as análises marxistas pioneiras sobre a realidade brasileira e sua relação com a prática política de seus autores.

Percebemos que o desenvolvimento dessas esteve intimamente relacionado aos desdobramentos da fundação da seção brasileira da Internacional Comunista, o PCB. A primeira tentativa séria nesse sentido coube ao alagoano Octávio Brandão que não a fez em separado das análises que se processavam no Bureau Sul-americano da Komintern enquanto esta esteve sob a direção dos suíço Jules Humbert Droz. Com vários elementos comuns entre a obra de Brandão e os relatórios de Droz, ainda que essa última contasse com maior sofisticação teórica, especialmente no que diz respeito a teoria do Imperialismo de Lênin.

Agrarismo e Industrialismo é assim um marco fundacional na área ainda que não chegue a difusão alcançada pelo último autor aqui analisado. Encaramos sua obra como fruto de reflexões feitas pelo autor entre 1924 e 1926 o que permitiu gozar de relativa liberdade ao mesmo tempo em que já está se colocando em sintonia com as orientações gerais da IC. Se é certo que os fundamentos de sua obra não se confirmam com a realidade brasileira, especialmente a ideia de diferenças profundas de interesses entre um setor agrário apoiado pelo capital inglês contraposto a uma burguesia industrial apoiado pelo capital ianque; por outro, seus prognósticos não se mostraram completamente falsos.

Sua tese de que a não solução das questões que levaram às duas primeiras revoltas tenentistas conduziria a uma inevitável terceira revolta pode ser parcialmente confirmada com os acontecimentos de ’30, ainda que sem sua principal figura dirigente: Luís Carlos Prestes. No entanto, passaram longe da perspectiva traçada por Brandão de que essa marcaria o início da fase democrático-burguesa da revolução brasileira. Seu erro central consistia em analisar o surgimento de uma burguesia industrial em separado do velho latifúndio agroexportador; questão que será bem apontada pela Liga Comunista com sua formulação de que “a burguesia brasileira nasce no campo” e

aprofundada por Caio Prado Júnior.

Brandão foi pioneiro em tentar traçar um paralelo entre feudalismo e o passado brasileiro e em apresentar como consequência a necessidade de uma revolução burguesa como etapa prévia e necessária à socialista. Essa combinação entre análise feudal e separação da revolução por etapas se constitui como uma "teoria consagrada" no PCB por diferentes matizes nas décadas vindouras, estando em total sintonia com a orientação definida pela Internacional Comunista como discutido no capítulo inicial.

Em contraposição a essa tese que balizou a política do PCB até os últimos anos da década de 1920, desenvolveu-se uma oposição interna no PCB que acabaria por se conformar como parte da Oposição de Esquerda na Internacional Comunista. Assim discutimos as publicações desse grupo saído do interior do PCB influenciado pelas polêmicas de Leon Trotski contra a maioria do PCUS.

Se as ideias da Liga Comunista passaram longe de figurar entre os clássicos da academia brasileira, estando presente somente em alguns trabalhos mais recentes a respeito da história do trotskismo no Brasil, a força de suas análises acabou por reverberar em obras de maior alcance acadêmico posterior, como a do próprio Caio Prado Júnior, como pode se verificar no excerto abaixo extraído do ANEXO II, além de outras análises como as de Boris Fausto e Fernando Henrique Cardoso. Ao rebater uma crítica do trotskista Lívio Xavier, Caio Prado afirma:

> Eu nunca neguei que a economia brasileira de hoje apresente traços feudais. Admito-o talvez ainda mais que V. Conheço as opiniões, neste terreno, do agrupamento político a que V. pertence [255].

Os pontos de sua análise consistem em considerar o surgimento da economia colonial brasileira em conexão com o desenvolvimento mundial das forças produtivas. Encaravam assim a formação de uma economia original,mas que se combinava às contradições próprias à época do início da idade moderna, da acumulação primitiva e orientada segundo esse processo internacional. Não chegam assim a definir taxativamente a economia brasileira

[255] ANEXO II – Carta de Caio Prado Júnior enviada a Lívio Xavier, como resposta à crítica desse a seu primeiro livro *Evolução Política do Brasil* (ANEXO I) - ambos disponíveis no acervo do CEMAP/CEDEM.

como sendo feudal, escravista ou capitalista, mas como uma combinação singular desses três elementos que seguiam o sentido histórico de sua época: o desenvolvimento do capitalismo, ainda não realizado em sua plenitude. Essa interpretação fica particularmente clara na crítica redigida por Lívio Xavier à obra *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior, publicado no Diário da Noite em 20 de Setembro de 1933 (ANEXO I). Nesse artigo, Lívio critica a posição de Caio Prado em negar em absoluto a existência de reminiscências feudais de qualquer ordem, reafirma essa posição em relação ao regime de distribuição de terras, chamando atenção a nem sobrevalorizar nem subestimar esses elementos, apoiando-se nos escritos de Marx sobre as colônias, destaca o caráter **particular** dessa formação:

> O capitalismo nas colônias, para desenvolver-se teve que criar um quadro feudal, um feudalismo superposto, ou particular, como chama Kautsky, justamente para converter a terra em monopólio, pela impossibilidade de existir a condição fundamental da produção capitalista - a superprodução relativa dos assalariados em relação ao capital acumulado. O próprio Marx não chamou a economia colonial de feudal, nunca deixou de caracterizá-la como formação particular.
> Negar certas sobrevivências feudais no Brasil, sobretudo no regime de terras no Nordeste é tão arriscado como sobre estimadas para fundamentar premissas políticas.

Nesse mesmo ponto, Lívio Xavier antecipa também as críticas posteriores ao caráter “circulacionista” (sem usar tal designação) da análise pradiana, por não se ater às relações de produção na colônia, justamente no papel da escravidão para permitir a acumulação capitalista no Brasil e permitir o aparecimento do regime assalariado, “a condição fundamental da produção capitalista – a superprodução relativa dos assalariados em relação ao capital acumulado”:

> Menos satisfatórios nos parecem os que tratam da interpretação da economia da colônia e os referentes ao segundo reinado. Estes, de insuficiência evidente, principalmente tendo-se em vista a importância da historia desse período para a história da acumulação capitalista no Brasil, da "mudança de forma", isto é, da transformação da economia escravista em salariado. Quanto a interpretação dada pelo autor ás condições de produção da colônia é ela, pelo menos, tão apressada como a que critica (nota 9 da pag. 26), dizendo que só se pode falar num feudalismo brasileiro "como numa figura retórica".

A crítica é, em geral, elogiosa à *Evolução*, apesar das críticas apontadas como pode-se perceber na leitura completa do artigo transcrito no Anexo I, bem

como na receptividade expressa por Caio tanto no início de sua carta resposta como com o convite final para continuarem o debate pessoalmente.

Partindo dos pressupostos anteriormente elencados da análise da Liga Comunista, acaba por antecipar em 11 anos o fundamental da concepção apresentada por Caio Prado Júnior de um "sentido da colonização" sem ainda designar esse termo. Apontam o caráter exportacionista da economia que aqui se origina, a ponto de afirmar que "desde a sua primeira colonização, o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical" [256] orientada para atender os interesses mercantis europeus. De onde conseguem explicar os ciclos econômicos seguidos pelo país até apontar na cafeicultura como a aurora do desenvolvimento puramente capitalista:

> A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos. O Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo [...] Com a descoberta das minas de ouro [...] A prospecção minerológica tornou-se a indústria principal [...] A decadência das minas, porém, logo começou [...] Retornou-se à exploração agrícola (cereais, cana-de-açúcar, fumo, algodão [...] A cultura do café começou relativamente tarde [...] O formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista).[257]

Aproximam-se ainda mais da ideia de *sentido* ao apresentar as características (latifúndio agroexportador monocultor assentado no trabalho escravo) que derivam dessas necessidades mercantis que se constituirão como uma pesada marca no desenvolvimento histórico brasileiro:

> Trabalho escravo, propriedade latifundiária, aristocracia rural, constituída aos azares do favoritismo da metrópole, na caça ao índio e do tráfico negreiro, imprimiram cunho particular à formação histórica do Brasil na América Latina[258].

Partindo dessa compreensão, do caráter exportador da economia brasileira ligada ao processo mundial de formação do capitalismo assentado no trabalho escravo formar-se-ia uma sociedade na qual os pequenos produtores ocupam um papel ínfimo na produção nacional, gerando uma grande debilidade na constituição de um mercado interno futuro. No entanto, se nesse

[256] ABRAMO; KAREPOVS, p. 152.
[257] ABRAMO; KAREPOVS, 1987, p. 69-70.
[258] ABRAMO; KAREPOVS, p. 152-153, grifos nossos.

último ponto se aproximam da análise de Caio Prado Júnior, na debilidade do mercado interno, suas conclusões a esse respeito são opostas. Desse desenvolvimento analisam o papel singular da cafeicultura chegando a principal conclusão que se oporia frontalmente à teoria consagrada do PCB e lançaria as bases para uma perspectiva permanentista da revolução brasileira: "A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo" [259].

Com tal conclusão não há oposição de interesses entre latifúndio e burguesia uma vez que são gêmeos, tampouco entre o interesse de uma burguesia nacionalista contraposta ao imperialismo, uma vez que seu fundamento é justamente abastecer os mercados internacionais. Esses são, em linhas gerais, os principais elementos da análise da LC que a permite concluir a debilidade estrutural da burguesia brasileira em resolver as tarefas democráticas pendentes, cabendo ao proletariado aliado às massas exploradas e oprimidas do campo e da cidade levar essa tarefa adiante. Não há, portanto uma etapa "democrático-burguesa" anterior e separada a da socialista, ambas se unem indissoluvelmente uma vez que a solução democrática só pode se dar pelo protagonismo da classe que deverá investir, por seus próprios interesses, contra a propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, podemos afirmar que a Liga Comunista faz uma tradução para a realidade brasileira da teoria da revolução permanente formulada por Leon Trotsky.

É a partir dessa estratégia que fundamenta sua ação, inicialmente através da tática de constituinte ou posteriormente com a fundação da FUA, uma frente única operária de combate ao fascismo e suas críticas ao caráter policlassista da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Assim, passamos ao último elemento de nossa conclusão, referente a Caio Prado, constatando que esse conheceu a produção teórica dos trotskistas e que deve ter servido de certa forma de fonte de inspiração – apesar das diferenças já mencionadas e as que destacaremos a seguir – para o autor, como fica evidente no excerto já mencionado da carta desse à Lívio Xavier. Primeiramente, queremos apresentar nossa discordância em relação a Bernardo Ricupero, para quem Caio Prado Júnior seria o "inventor do

[259] ABRAMO; KAREPOVS, p. 152-153, grifos nossos.

marxismo no Brasil", apesar de seu alcance incomparavelmente superior aos anteriores analisados.

Como já exposto, algumas das principais conclusões de Caio Prado Júnior já estavam presentes, ainda que não tão desenvolvidas, nas obras da Liga Comunista. No entanto, é inegável que esse autor foi o que conseguiu ir mais fundo na análise da história brasileira.

Mesmo tendo apontado as semelhanças entre a descrição da Liga Comunista sobre o caráter de empresa comercial inicial da colonização brasileira e suas consequências dela resultantes que se em muito se assemelham a ideia de *sentido*, a profundidade atingida por Caio continua para nós um marco no pensamento historiográfico brasileiro. Não por acaso, essa ideia está presente em praticamente todas as suas obras.

Com a ideia de um sentido, de uma linha capaz de ordenar os fenômenos que se sucedem na história de nosso país, Caio Prado conseguiu dar literalmente um sentido à interpretação do Brasil. A compreensão da totalidade mundial que começava a se formar com as grandes navegações impulsionadas pelos anseios mercantis da ascendente burguesia europeia marcou de forma indelével o conjunto de nossa história. Assim, o autor consegue explicar os eventos pormenores de nossa história em sua íntima conexão, chegando mesmo a dar uma compreensão orgânica dos sucessivos ciclos econômicos de nosso país.

Mesmo considerando que já se passaram sete décadas desde a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, sua atualidade é patente. Mesmo com as transformações ocorridas nas décadas posteriores, a industrialização, o crescimento urbano, ainda em dias atuais, basta analisar o peso das exportações de commodities em nossa economia hoje. A questão levantada pelo autor continua, em nossa opinião, verossímil: não superamos a estrutura econômica de tipo colonial; ainda que diversas modificações tenham ocorrido nas últimas décadas.

Tão forte é essa ideia que praticamente não há cursos universitários referentes ao Brasil colonial que não o tomem como paradigma, ainda que possa haver uma ou outra observação de segunda ordem. As poucas exceções que tentam fugir ao modelo interpretativo pradiano nesse aspecto acabam por incorrer no erro de ignorar o estatuto colonial de nossos primeiros séculos. É

também a visão corrente presente nos ensino básico – fundamental e médio – acerca dessa questão.

Sua análise sobre tal *sentido exportacionista* no entanto não se limita estritamente ao período colonial, demonstrando como mesmo com a independência, a economia originaria não se modifica, se não se reforça. O fim do exclusivo metropolitano dá novo fôlego a estrutura erigida no período colonial, tornando-se mais lucrativa e competitiva. Ou seja: a independência não rompe com o sentido de nossa colonização.

Uma grande transformação começa a se operar com o fim do tráfico e se realiza plenamente com a abolição. No entanto, como nos lembra a Liga Comunista ocorreu ai uma "pura mudança de forma", sem dúvida uma importante transformação para o desenvolvimento posterior do país, mas que não alterou a estrutura latifundiária agroexportadora. Nesse sentido, há uma continuidade com o passado. Mas que se coloca também uma nova possibilidade para a economia nacional, os capitais antes investidos na aquisição de mão de obra escrava passam a ser redirecionado para novas áreas. Confirmando a tese da Liga Comunista de que a "burguesia brasileira nasce no campo". No entanto, como é próprio ao desenvolvimento desigual e combinado, não precisava o Brasil passar pelas mesmas etapas históricas que passou a Europa, esse pode tomar de empréstimo a técnica dos países imperialistas pulando as fases que permitiram o desenvolvimento industrial europeu (trata-se aqui de uma analogia do autor dessa dissertação à análise de Trotsky em *A História da Revolução Russa*). Caio Prado demonstra como ocorre esse processo no Brasil e como esse se dá de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que a penetração imperialista permite o desenvolvimento industrial, essa não ocorre libertando uma economia efetivamente nacional, senão acaba por submetê-lo ainda mais às suas correntes. As indústrias que vão se instalando aqui aparecem como subsidiárias das grandes empresas imperialistas. Assim, não se desenvolve uma burguesia nacional independente como pretendia Brandão capaz de se enfrentar ao velho latifúndio e ao imperialismo.

Assim, Caio Prado consegue identificar uma relação orgânica entre o imperialismo (o novo sistema colonial) e a antiga estrutura colonial, na qual o Brasil continua a fornecer matérias primas ao mercado internacional e,

conjuntamente a essa função, desenvolvem-se novas atividades da qual também se relacionam ao botim imperialista.

No entanto, se esses elementos da análise acabam por aproximá-lo da visão dos trotskistas da década de ’30, suas conclusões são radicalmente opostas. Isso pode ser observado desde a fundação da ANL, na qual Caio Prado Júnior ocupa papel dirigente na seção paulista, enquanto a Liga Comunista mantém a orientação de sua organização internacional de lutar pela independência de classe nessa frente. Nesse sentido, apesar das diferenças analíticas entre Caio Prado e a direção pecebista, ambos encontram-se em sintonia com a orientação política internacional da Komintern da época: a de formação de frentes populares em oposição ao nazismo. Contraposta a posição defendida pela Internacional Comunista nos seus primeiros congressos da década de ’20 e posteriormente pela Oposição de Esquerda de lutar por Frentes Únicas Operárias.

Mas não somente nesse ponto acabam por se afastar. Ainda que Caio Prado Júnior rejeite vigorosamente a posição majoritária no PCB sobre as análises feudais, esse afirma categoricamente a inviabilidade de uma saída socialista para o Brasil e, não na década de ’30, mas na década de ’50 e reafirmadas em ‘60! Para Caio Prado Júnior, a solução para a superação do sentido colonial encontra-se na integração de um forte mercado nacional. Tanto a Liga Comunista como Caio Prado Júnior apontam a debilidade do mercado interno para a estabilidade burguesa do país, no entanto, enquanto os primeiros pensam esse aspecto para traçar uma estratégia permanentista da revolução brasileira, Caio limita-se à superação do sentido em chave nacional desenvolvimentista. Nesse sentido também, por mais duras e corretas que sejam as críticas elaboradas por esse autor às análises do PCB e da IC, politicamente acaba por coincidir com a ideia de que o Brasil é um país não maduro para a revolução socialista como fica explícito no excerto já citado, mas que reproduzimos novamente abaixo:

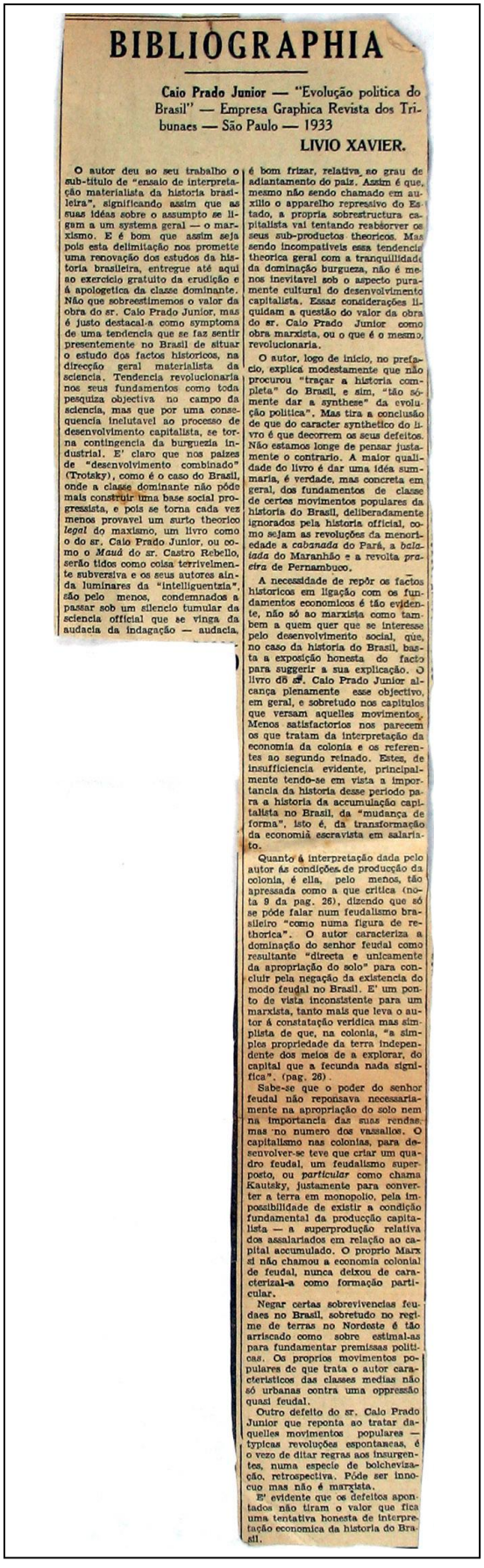
> Trata-se de libertar as forças anticolonialistas já presentes no interior da atual estrutura econômica do país e que destaque e procurei analisar no decorrer desta tese. **Essas forças não são ainda ou não são sobretudo as do socialismo que começa apenas a esboçar-se entre nós e precisará aguardar ainda, para amadurecer um largo progresso das forças produtivas que não será possível**

> **sem a preliminar da destruição do sistema colonial**. As forças que realizarão essa destruição ainda são as do capitalismo, configuradas politicamente, em primeiro lugar por um proletariado industrial já francamente entrosado em relações capitalistas de produção e em rápido desenvolvimento, tanto quantitativo como qualitativo; em segundo lugar, um campesinato já esboçado e que encontrará na reforma agrária o impulso de que necessita para integrar a economia rural brasileira em relações puramente capitalistas de produção; e finalmente uma burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital; e por isso mesmo capaz de dirigir sua iniciativa para a estruturação de uma economia nacional [260].

Assim, se do ponto de vista da análise histórica do Brasil, Caio Prado Júnior supera amplamente às demais concepções apresentadas a sua época, política e programaticamente não rompe com as orientações mais estratégicas da Internacional Comunista. Ao contrário, como se vê no excerto acima, deixa clara a necessidade de um período de desenvolvimento capitalista para organizar uma economia nacional independente.

[260] PRADO Jr, 1954, p. 236-237. Grifos nossos.

ANEXO I – FOTO E TRANSCRIÇÃO (CRÍTICA DE LÍVIO À *EVOLUÇÃO*)



BIBLIOGRAPHIA

Caio Prado Junior — "Evolução politica do Brasil" — Empresa Graphica Revista dos Tribunaes — São Paulo — 1933

LIVIO XAVIER.

O autor deu ao seu trabalho o sub-titulo de "ensaio de interpretação materialista da historia brasileira", significando assim que as suas idéas sobre o assumpto se ligam a um systema geral — o marxismo. E é bom que assim seja pois esta delimitação nos promette uma renovação dos estudos da historia brasileira, entregue até aqui ao exercicio gratuito da erudição e á apologetica da classe dominante. Não que sobreestimemos o valor da obra do sr. Caio Prado Junior, mas é justo destacal-a como symptoma de uma tendencia que se faz sentir presentemente no Brasil de situar o estudo dos factos historicos, na direcção geral materialista da sciencia. Tendencia revolucionaria nos seus fundamentos como toda pesquiza objectiva no campo da sciencia, mas que por uma consequencia inelutavel ao processo de desenvolvimento capitalista, se torna contingencia da burguezia industrial. E' claro que nos paizes de "desenvolvimento combinado" (Trotsky), como é o caso do Brasil, onde a classe dominante não póde mais construir uma base social progressista, e pois se torna cada vez menos provavel um surto theorico *legal* do maxismo, um livro como o do sr. Caio Prado Junior, ou como o *Mauá* do sr. Castro Rebello, serão tidos como coisa terrivelmente subversiva e os seus autores ainda luminares da "intelliguentsia", são pelo menos, condemnados a passar sob um silencio tumular da sciencia official que se vinga da audacia da indagação — audacia, é bom frizar, relativa ao grau de adiantamento do paiz. Assim é que, mesmo não sendo chamado em auxilio o apparelho repressivo do Estado, a propria sobrestructura capitalista vai tentando reabsorver os seus sub-productos theoricos. Mas sendo incompativeis essa tendencia theorica geral com a tranquillidade da dominação burgueza, não é menos inevitavel sob o aspecto puramente cultural do desenvolvimento capitalista. Essas considerações liquidam a questão do valor da obra do sr. Caio Prado Junior como obra marxista, ou o que é o mesmo, revolucionaria.

O autor, logo de inicio, no prefacio, explica modestamente que não procurou "traçar a historia completa" do Brasil, e sim, "tão sómente dar a synthese" da evolução politica". Mas tira a conclusão de que do caracter synthetico do livro é que decorrem os seus defeitos. Não estamos longe de pensar justamente o contrario. A maior qualidade do livro é dar uma idéa summaria, é verdade, mas concreta em geral, dos fundamentos de classe de certos movimentos populares da historia do Brasil, deliberadamente ignorados pela historia official, como sejam as revoluções da menoridade a *cabanada* do Pará, a *balaiada* do Maranhão e a revolta *praieira* de Pernambuco.

A necessidade de repôr os factos historicos em ligação com os fundamentos economicos é tão evidente, não só ao marxista como tambem a quem quer que se interesse pelo desenvolvimento social, que, no caso da historia do Brasil, basta a exposição honesta do facto para suggerir a sua explicação. O livro do sr. Caio Prado Junior alcança plenamente esse objectivo, em geral, e sobretudo nos capitulos que versam aquelles movimentos. Menos satisfactorios nos parecem os que tratam da interpretação da economia da colonia e os referentes ao segundo reinado. Estes, de insufficiencia evidente, principalmente tendo-se em vista a importancia da historia desse periodo para a historia da accumulação capitalista no Brasil, da "mudança de forma", isto é, da transformação da economia escravista em salariato.

Quanto á interpretação dada pelo autor ás condições de producção da colonia, é ella, pelo menos, tão apressada como a que critica (nota 9 da pag. 26), dizendo que só se póde falar num feudalismo brasileiro "como numa figura de rethorica". O autor caracteriza a dominação do senhor feudal como resultante "directa e unicamente da apropriação do solo" para concluir pela negação da existencia do modo feudal no Brasil. E' um ponto de vista inconsistente para um marxista, tanto mais que leva o autor á constatação veridica mas simplista de que, na colonia, "a simples propriedade da terra independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda nada significa". (pag. 26)

Sabe-se que o poder do senhor feudal não reponsava necessariamente na apropriação do solo nem na importancia das suas rendas, mas no numero dos vassallos. O capitalismo nas colonias, para desenvolver-se teve que criar um quadro feudal, um feudalismo superposto, ou *particular* como chama Kautsky, justamente para converter a terra em monopolio, pela impossibilidade de existir a condição fundamental da producção capitalista — a superproducção relativa dos assalariados em relação ao capital accumulado. O proprio Marx si não chamou a economia colonial de feudal, nunca deixou de caracterizal-a como formação particular.

Negar certas sobrevivencias feudaes no Brasil, sobretudo no regime de terras no Nordeste é tão arriscado como sobre estimal-as para fundamentar premissas politicas. Os proprios movimentos populares de que trata o autor caracteristicos das classes medias não só urbanas contra uma oppressão quasi feudal.

Outro defeito do sr. Caio Prado Junior que reponta ao tratar daquelles movimentos populares — typicas revoluções espontaneas, é o vezo de ditar regras aos insurgentes, numa especie de bolchevização, retrospectiva. Póde ser innocuo mas não é marxista.

E' evidente que os defeitos apontados não tiram o valor que fica uma tentativa honesta de interpretação economica da historia do Brasil.

BIBLIOGRAPHIA

Caio Prado Junior - "Evolução Política do Brasil" - Empresa Graphica Revista dos Tribunais - São Paulo - 1933

LIVIO XAVIER.

O autor deu ao seu trabalho o subtítulo de "ensaio de interpretação materialista da história brasileira", significando assim que as suas ideias sobre o assumpto se ligam a um sistema geral - o marxismo. E é bom que assim seja, pois esta delimitação nos promete uma renovação da historia brasileira, entregue até aqui ao exercício gratuito da erudição e á apologética da classe dominante. Não que sobre-estimemos o valor da obra do sr. Caio Prado Junior, mas é justo destacá-la como sintoma de uma tendência que se faz sentir presentemente no Brasil de situar o estudo dos factos historicos, na direcção geral materialista da sciencia. Tendencia revolucionaria nos seus fundamentos como toda pesquiza objetiva no campo da science, mas que por uma consequencia inelutaval ao processo de desenvolvimento capitalista, se torna contigencia da burguezia industrial. É claro que nos paizes de "desenvolvimento combinado" (Trotsky), como é o caso do Brasil, onde a classe

dominante não pode construir uma base social progressista, e pois se torna cada vez menos provável um surto teórico legal do marxismo, um livro como o do sr. Caio Prado Junior, ou como o Mauá do sr. Castro Rebello, serão tidos como coisas terrivelmente subversiva e os seus autores ainda luminares da "intelliguentzia", são pelo menos, condenados a passar sob um silencio tumular da sciencia oficial que se vinga da audacia da indagação - audacia é bom frizar, relativa ao grau de adiantamento do paiz. Assim é que mesmo não sendo chamado em auxilio o aparelho repressivo do Estado, a propria sobrestructura capitalista vai tentando reabsorver os seus sub-productos theoricos. Mas sendo incompatíveis essa tendencia theorica geral com a tranquilidade da dominação burgueza, não é menos inevitavel sob o aspecto puramente cultural do desenvolvimento capitalista. Essas considerações liquidam a questão do valor da obra do sr. Caio Prado Junior como obra marxista, ou o que é mesmo, revolucionaria.

O autor, logo de inicio, no prefacio, explica modestamente que não procurou "traçar a historia completa" do Brasil, e sim, "tão somente dar a synthese" da evolução política". Mas tira a conclusão de que o caracter synthetico do livro é que decorrem os seus defeitos. Não estamos longe de pensar justamente o contrario. A maior qualidade do livro é dar uma idéia summaria, é verdade, mas concreta em geral, dos fundamentos de classe de certos movimentos populares da historia do Brasil, deliberadamente ignorados pela historia official, como sejam as revoluções da menoridade, a cabanada do Pará, a balaiada do Maranhão e a revolta praiera de Pernambuco.

A necessidade de repôr os factos historicos em ligação com os fundamentos economicos é tão evidente, não só ao marxista como tambem a quem quer que se interesse pelo desenvolvimento social que, no caso da historia do brasil, basta a exposição honesta do facto para sugerir a sua explicação. O livro do sr. Caio Prado Junior alcança plenamente esse objectivo em geral, e sobretudo nos capitulos que versam aquelles movimentos. Menos satisfactorios nos parecem os que tratam da interpretação da economia da colonia e os referentes ao segundo reinado. Estes, de insufficiencia evidente, principalmente tendo-se em vista a importancia da historia desse periodo para a historia da accumulação capitalista no Brasil, da "mudança de forma", isto é, da transformação da economia escravista em salariato.

Quanto a interpretação dada pelo autor ás condições de produção da colonia é ella, pelo menos, tão apressada como a que critica (nota 9 da pag. 26), dizendo que só se pode falar num feudalismo brasileiro "como numa figura rethorica". O autor caracteriza a dominação do senhor feudal como resultante "directa e unicamente da apropriação do solo" para concluir pela negação da existencia do modo feudal no Brasil. É um ponto de vista inconsistente para um marxista, tanto mais que leva o autor á constatação verídica, mas simplista de que, na colonia, "a simples propriedade da terra independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda nada significa". (pag. 26)

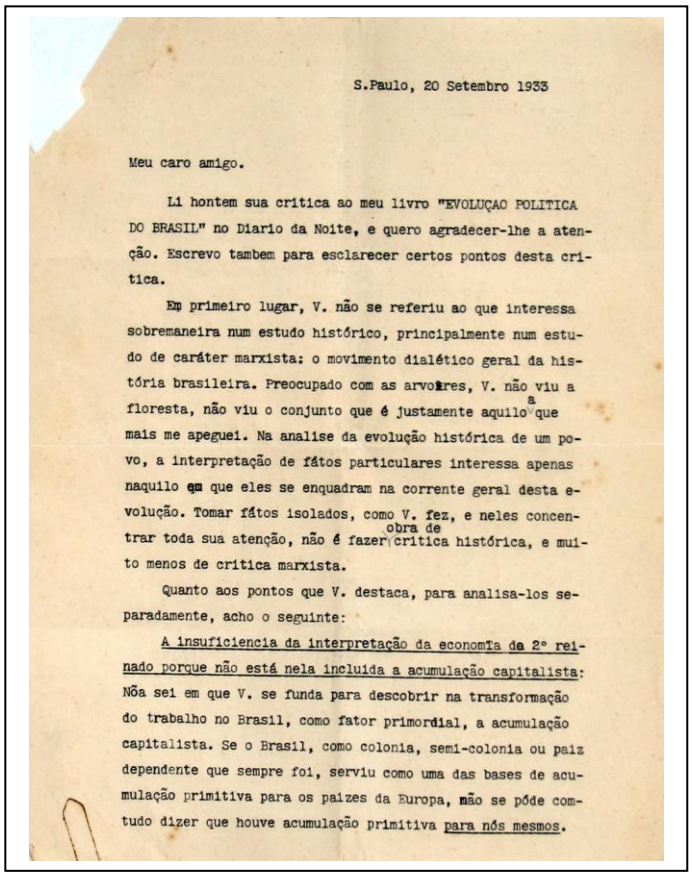
Sabe-se que o poder do senhor feudal não reponsava necessariamente na apropriação do solo nem na importancia das suas rendas, mas no numero dos vasallos. O capitalismo nas colonias, para desenvolver-se teve que criar um quadro feudal, um feudalismo superposto, ou particular, como chama Kautsky, justamente para converter a terra em monopolio, pela impossibilidade de existir a condição fundamental da produção capitalista - a superprodução relativa dos assalariados em relação ao capital acumulado. O proprio Marx não chamou a economia coloonial de feudal, nunca deixou de caracterizala como formação particular.

Negar certas sobrevivencias feudaes no Brasil, sobretudo no regime de terras no Nordeste é tão arriscado como sobre estimalas para fundamentar premissas politicas. Os proprios movimentos populares de que trata o autor característicos das classes medias não só urbanas contra uma opressão quasi feudal.

Outro defeito do sr. Caio Prado Junior que reponta ao tratar daquelles movimentos populares - typicas revoluções espontaneas, é o vezo de ditar regras aos insurgentes, numa especie de bolchevisação, retrospectiva. Pode ser innocuo, mas não é marxista.

É evidente que os defeitos apontados não tiram o valor que fica uma tentativa honesta de interpretação economica da historia do Brasil.

ANEXO II – FOTOS E TRANSCRIÇÃO – P.1 (CAIO À LÍVIO)



S.Paulo, 20 Setembro 1933

Meu caro amigo.

Li hontem sua critica ao meu livro "EVOLUÇAO POLITICA DO BRASIL" no Diario da Noite, e quero agradecer-lhe a atenção. Escrevo tambem para esclarecer certos pontos desta critica.

Em primeiro lugar, V. não se referiu ao que interessa sobremaneira num estudo histórico, principalmente num estudo de caráter marxista: o movimento dialético geral da história brasileira. Preocupado com as arvores, V. não viu a floresta, não viu o conjunto que é justamente aquilo que mais me apeguei. Na analise da evolução histórica de um povo, a interpretação de fátos particulares interessa apenas naquilo em que eles se enquadram na corrente geral desta evolução. Tomar fátos isolados, como V. fez, e neles concentrar toda sua atenção, não é fazer obra de critica histórica, e muito menos de critica marxista.

Quanto aos pontos que V. destaca, para analisa-los separadamente, acho o seguinte:

A insuficiencia da interpretação da economia do 2º reinado porque não está nela incluida a acumulação capitalista: Nõa sei em que V. se funda para descobrir na transformação do trabalho no Brasil, como fator primordial, a acumulação capitalista. Se o Brasil, como colonia, semi-colonia ou paiz dependente que sempre foi, serviu como uma das bases de acumulação primitiva para os paizes da Europa, não se póde comtudo dizer que houve acumulação primitiva para nós mesmos.

São Paulo, 20 Setembro 1933

Meu caro amigo.

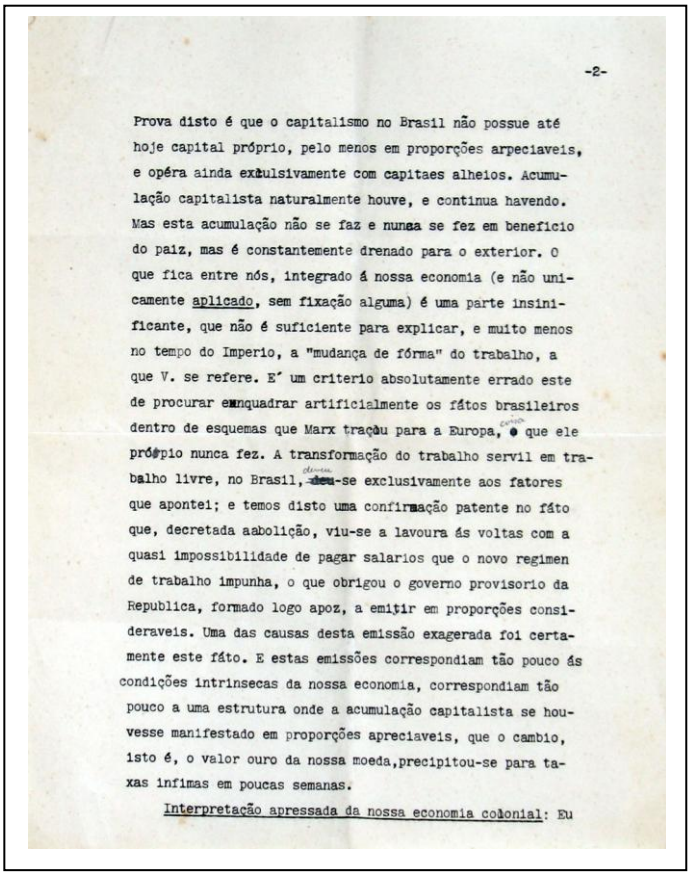
Li hontem sua critica ao meu livro “EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL” no Diario da Noite, e quero agradecer-lhe a atenção. Escrevo também para esclarecer certos pontos desta critica.

Em primeiro lugar, V. não se referiu ao que interessa sobremaneira num estudo histórico, principalmente num estudo de caráter marxista: o movimento dialético geral da história brasileira. Preocupado com as arvores, V. não viu a floresta, não viu o conjunto que é justamente aquilo que mais me apeguei. Na analise da evolução histórica de um povo, a interpretação de fatos particulares interessa apenas naquilo em que eles se enquadram na corrente geral desta evolução. Tomar fatos isolados, como V. fez, e neles concentrar toda sua atenção, não é fazer obra de critica histórica, e muito menos de critica marxista.

Quanto aos pontos que V. destaca, para analisa-los separadamente, acho o seguinte:

A insuficiência da interpretação da economia do 2º reinado porque não está nela incluída a acumulação capitalista: Nõa sei em que V. se fundamenta para descobrir na transformação do trabalho no Brasil, como fator primordial, a acumulação capitalista. Se o Brasil como colônia, semi colônia ou paiz dependente que sempre foi, serviu como uma das bases de acumulação primitiva para os paizes da Europa, não se póde contudo dizer que houve acumulação primitiva para nós mesmos.

ANEXO II – FOTOS E TRANSCRIÇÃO – P.2 (CAIO À LÍVIO)



-2-

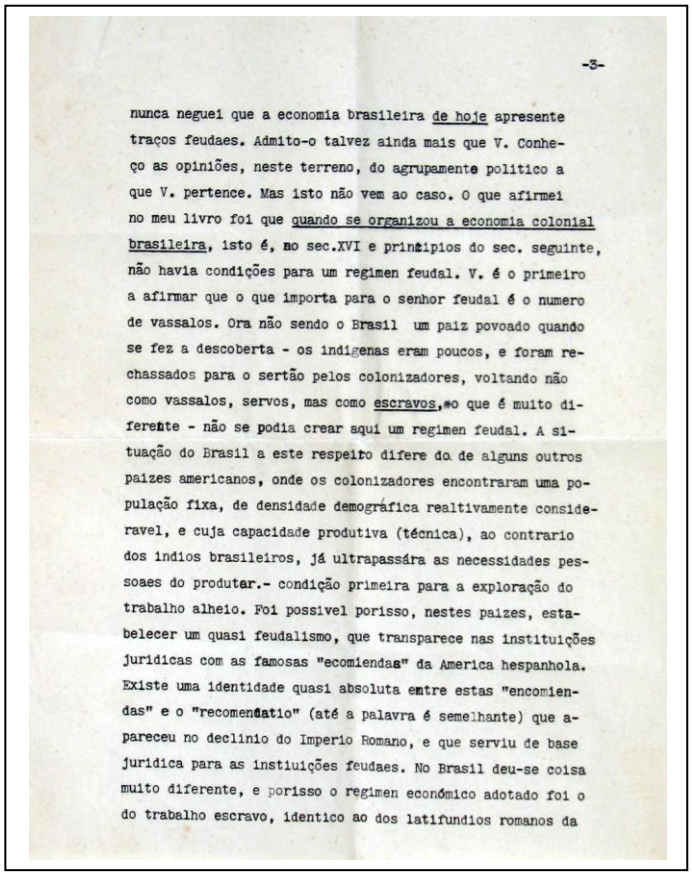
Prova disto é que o capitalismo no Brasil não possue até hoje capital próprio, pelo menos em proporções arpeciaveis, e opéra ainda exclulsivamente com capitaes alheios. Acumulação capitalista naturalmente houve, e continua havendo. Mas esta acumulação não se faz e nunca se fez em beneficio do paiz, mas é constantemente drenado para o exterior. O que fica entre nós, integrado á nossa economia (e não unicamente aplicado, sem fixação alguma) é uma parte insinificante, que não é suficiente para explicar, e muito menos no tempo do Imperio, a "mudança de fórma" do trabalho, a que V. se refere. E' um criterio absolutamente errado este de procurar enquadrar artificialmente os fátos brasileiros dentro de esquemas que Marx traçou para a Europa, coisa que ele próprio nunca fez. A transformação do trabalho servil em trabalho livre, no Brasil, deveu-se exclusivamente aos fatores que apontei; e temos disto uma confirmação patente no fáto que, decretada a abolição, viu-se a lavoura ás voltas com a quasi impossibilidade de pagar salarios que o novo regimen de trabalho impunha, o que obrigou o governo provisorio da Republica, formado logo apoz, a emitir em proporções consideraveis. Uma das causas desta emissão exagerada foi certamente este fáto. E estas emissões correspondiam tão pouco ás condições intrinsecas da nossa economia, correspondiam tão pouco a uma estrutura onde a acumulação capitalista se houvesse manifestado em proporções apreciaveis, que o cambio, isto é, o valor ouro da nossa moeda, precipitou-se para taxas infimas em poucas semanas.

Interpretação apressada da nossa economia colonial: Eu

Prova disto é que o capitalismo no Brasil não possui até hoje capital próprio, pelo menos em proporções apreciáveis, e opéra ainda exclusivamente com capitais alheios. Acumulação capitalista naturalmente houve, e continua havendo. Mas esta acumulação não se faz em benefício do paiz, mas é constantemente drenado para o exterior. O que fica entre nós, integrado á nossa economia (e não unicamente aplicado, sem fixação alguma) é uma parte insinificante, que não é suficiente para explicar, e muito menos no tempo do Imperio, a “mudança de fórma” do trabalho, a que V. se refere. É um criterio absolutamente errado este de procurar enquadrar artificialmente os fatos brasileiros dentro de esquemas que Marx traçou para a Europa, coisa que ele próprio nunca fez. A transformação do trabalho servil em trabalho livre, no Brasil, deveu-se exclusivamente aos fatores que apontei; e temos disto uma confirmação patente no fato que, decretada a abolição, viu-se a lavoura ás voltas com a quase impossibilidade de pagar salários que o novo regimen de trabalho impunha, o que obrigou o governo provisório da Republica, formado logo após, a emitir em proporções consideráveis. Uma das causas desta emissão exagerada foi certamente este fato. E estas emissões correspondiam tão pouco ás condições intrínsecas da nossa economia, correspondia tão pouco a uma estrutura onde a acumulação capitalista se houvesse manifestado em proporções apreciaveis, que o cambio, isto é, o valor ouro da nossa moeda, precipitou-se para taxas ínfimas em poucas semanas.

Interpretação apressada de nossa economia colonial: Eu

ANEXO II – FOTOS E TRANSCRIÇÃO – P.3 (CAIO À LÍVIO)

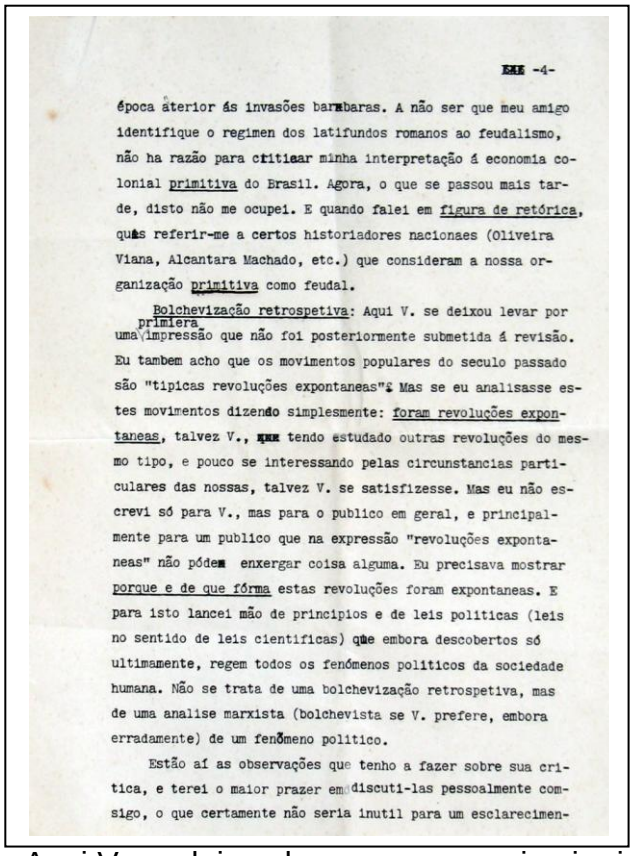


-3-

nunca neguei que a economia brasileira de hoje apresente traços feudaes. Admito-o talvez ainda mais que V. Conheço as opiniões, neste terreno, do agrupamento politico a que V. pertence. Mas isto não vem ao caso. O que afirmei no meu livro foi que quando se organizou a economia colonial brasileira, isto é, no sec.XVI e principios do sec. seguinte, não havia condições para um regimen feudal. V. é o primeiro a afirmar que o que importa para o senhor feudal é o numero de vassalos. Ora não sendo o Brasil um paiz povoado quando se fez a descoberta - os indigenas eram poucos, e foram rechassados para o sertão pelos colonizadores, voltando não como vassalos, servos, mas como escravos,#o que é muito diferente - não se podia crear aqui um regimen feudal. A situação do Brasil a este respeito difere do de alguns outros paizes americanos, onde os colonizadores encontraram uma população fixa, de densidade demográfica realtivamente consideravel, e cuja capacidade produtiva (técnica), ao contrario dos indios brasileiros, já ultrapassára as necessidades pessoaes do produtar.- condição primeira para a exploração do trabalho alheio. Foi possivel porisso, nestes paizes, estabelecer um quasi feudalismo, que transparece nas instituições juridicas com as famosas "ecomiendas" da America hespanhola. Existe uma identidade quasi absoluta emtre estas "encomiendas" e o "recomendatio" (até a palavra é semelhante) que apareceu no declinio do Imperio Romano, e que serviu de base juridica para as instiuições feudaes. No Brasil deu-se coisa muito diferente, e porisso o regimen económico adotado foi o do trabalho escravo, identico ao dos latifundios romanos da

Nunca neguei que a economia brasileira de hoje apresente traços feudaes. Admito-o talvez ainda mais que V. Conheço as opiniões, neste terreno, do agrupamento político a que V. pertence. Mas isto não vem ao caso. O que afirmei no meu livro foi que quando se organizou a economia colonial brasileira, isto é, no séc.XVI e princípios do seguinte, não havia condições para um regime feudal. V é o primeiro a afirmar que o que importa para o senhor feudal é o numero de vassalos. Ora não sendo o Brasil um pais povoado quando se fez a descoberta – os indígenas eram poucos, e foram rechassados para o sertão pelos colonizadores, voltando não como vassalos, servos, mas como escravos, o que é muito diferente – não se podia crear aqui um regimen feudal. A situação do Brasil a este respeito diferente do de alguns outros países americanos, onde os colonizadores encontraram uma população fixa, de densidade demográfica relativamente consideravel, e cuja capacidade produtivida (técnica), ao contrario dos índios brasileiros, já ultrapassára as necessidades pessoaes do produtor.- condição primeira para a exploração do trabalho alheio. Foi possível porisso, nestes paizes, estabelecer um quase feudalismo, que transparece nas instituições jurídicas com as famosas “encomiendas” da America hespanhola. Existe uma identidade quase absoluta entre estas “encomiendas” e o “recomendatio” (até a palavra é semelhante) que apareceu no declínio do Império Romano e que serviu de base jurídica para as instituições feudaes. No Brasil deu-se coisa coisa muito diferente, e por isso o regimen econômico adotado foi o do trabalho escravo, idêntico ao dos latifúndios romanos da

ANEXO II – FOTOS E TRANSCRIÇÃO – P.4 (CAIO À LÍVIO)



-4-

época anterior ás invasões barbaras. A não ser que meu amigo identifique o regimen dos latifundos romanos ao feudalismo, não ha razão para criticar minha interpretação á economia colonial primitiva do Brasil. Agora, o que se passou mais tarde, disto não me ocupei. E quando falei em figura de retórica, quis referir-me a certos historiadores nacionaes (Oliveira Viana, Alcantara Machado, etc.) que consideram a nossa organização primitiva como feudal.

Bolchevização retrospetiva: Aqui V. se deixou levar por uma primiera impressão que não foi posteriormente submetida á revisão. Eu tambem acho que os movimentos populares do seculo passado são "tipicas revoluções expontaneas"& Mas se eu analisasse estes movimentos dizendo simplesmente: foram revoluções expontaneas, talvez V., que tendo estudado outras revoluções do mesmo tipo, e pouco se interessando pelas circunstancias particulares das nossas, talvez V. se satisfizesse. Mas eu não escrevi só para V., mas para o publico em geral, e principalmente para um publico que na expressão "revoluções expontaneas" não pódem enxergar coisa alguma. Eu precisava mostrar porque e de que fórma estas revoluções foram expontaneas. E para isto lancei mão de principios e de leis politicas (leis no sentido de leis cientificas) que embora descobertos só ultimamente, regem todos os fenómenos politicos da sociedade humana. Não se trata de uma bolchevização retrospetiva, mas de uma analise marxista (bolchevista se V. prefere, embora erradamente) de um fenômeno politico.

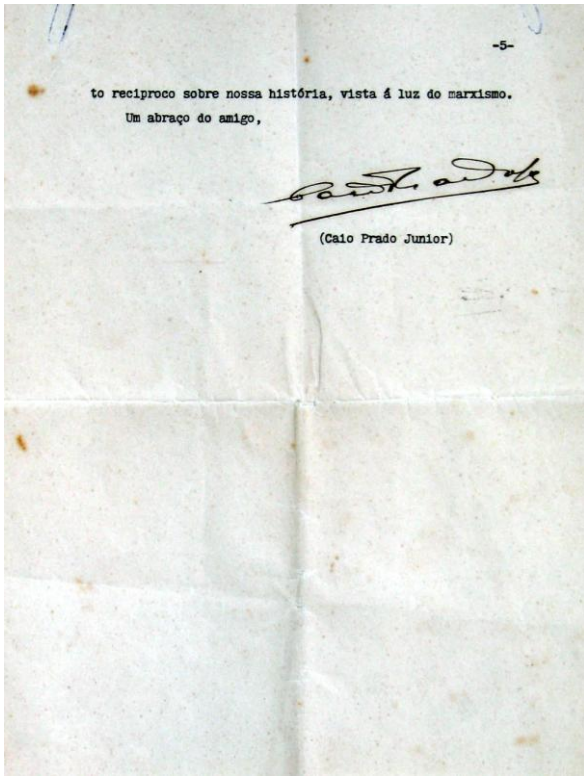
Estão aí as observações que tenho a fazer sobre sua critica, e terei o maior prazer em discuti-las pessoalmente comsigo, o que certamente não seria inutil para um esclarecimen-

Época anterior ás invasões bárbaras. A não ser que meu amigo identifique o regimen dos latifúndos romanos ao feudalismo, não há razão para criticar minha interpretação á economia colonial primitiva do Brasil. Agora o que se passou mais tarde, disto não me ocupei. E quando falei em figura de retórica, quis referir-se a certos historiadores nacionaes (Oliveira Viana, Alcantara Machado, etc) que consideram a nossa organização primitiva como feudal.

Bolchevização retrospectiva: Aqui V. se deixou levar por uma primeira impressão que não foi posteriormente submetida á revisão. Eu também acho que os movimentos populares do século passado são “típicas revoluções expontaneas”. Mas se eu analisasse esses movimentos dizendo simplesmente: foram revoluções expontaneas, talvez V., que tendo estudado outras revolouções do mesmo tipo, e pouco se interessado pelas circunstancias particulares das nossas, talvez V. se satisfizesse. Mas eu não escrevi só para V., mas para o publico em geral, e principalmente para o público que na expressão “revoluções expontaneas” não podem enxergar coisa alguma. Eu precisava mostrar porque e de que fórma estas revoluções foram expontaneas. E para isto lancei mão de princípios e de leis políticas (leis no sentido de leis cientificas) que embora descobertos só ultimamente, regem todos os fenômenos políticos da sociedade humana. Não se trata de uma bolchevização retrospectiva, mas de uma analise marxista (bolchevista se V. prefere, embora erradamente) de um fenômeno político.

Estão ai as observações que tenho a fazer sobre sua crítica, e terei o maior prazer em discuti-las pessoalmente consigo, o que certamente não seria inútil para um esclarecimen-

ANEXO II – FOTOS E TRANSCRIÇÃO – P.5 (CAIO À LÍVIO)



to recíproco sobre nossa história, vista á luz do marxismo.

Um abraço do amigo,

Caio Prado Júnior

Referências Bibliografia

ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. (org). *Na Contracorrente da História – Documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ABREU, C. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: CEPS, 2009.

ALFONSO, D.; MATOS, D. *Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Iskra, 2013.

ALMEIDA, M. T. *Liga* Comunista Internacionalista: Teoria e Prática do Trotskismo no Brasil (1930-1935). 2003. *Dissertação (mestrado em História)* – PUC/SP, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, M. T. Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935. *Cadernos AEL, Campinas*, v. 12, n. 22/23, 2005. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/23/27>.

ANTUNES, R. Os Comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexãostalinista no PCB. In: *Cadernos AEL*, vol. 1., n. 2, 1995.

AZEVEDO, E. B. *Patrimônio industrial no Brasil*. 2010. Disponível em: <www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf>

BONFIM, E. O alagoano OctávioBrandão. In: BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e Industrialismo*. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. São Paulo: A.Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, O. [na edição original sob o pseudônimo de Fritz Mayer]. *Agrarismo e Industrialismo*. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, O. *Combates e Batalhas. Memórias*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista* (1919-1943). Tomo I. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

CÂNDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004. P. 9-22.

CARONE, E. *O PCB (1922 - 1943)*. Vol. 1. São Paulo: DIFEL – Difusão Editorial. 1982.

CASTRO, R. F. *A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil* (1933-1934). *In:*Topoi, Rio de Janeiro, no 5, 2002, p. 354-388.

CLAUDIN, F. *La crisis del movimiento comunista*. Disponívelem: <http://www.marxistarkiv.se/espanol/komintern/claudin-crisis_del_movimiento_vol1.pdf>. Último acessoem: 05/01/2014.

COGGIOLA, O. *O trotskismo na América Latina*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1984.

COGGIOLA, O. O trotskismo no Brasil (1928-1964) in MAZZEO, A.C. e LAGOA, M. I. (orgs.) *CoraçõesVermelhos*. Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo, Cortez, 2003.

DEL ROIO, M. *A clase operária na revolução burguesa*. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

DEMIER, F. Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. 2008. Dissertação *(mestrado em História)* – UFF, Rio de Janeiro, 2008.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. Companhia das Letras. São Paulo, 1997.

GALVÃO, O. J. de A. *Concentração* industrial no Brasil segundo os censos, 1907-1980. In: Revista *Análise econômica*. Nº 15. UFRGS. Porto Alegre. 1991. Disponível em:<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10372/6078>

GOMES, A. de C. et al. (org.). *Velhos militantes – Depoimentos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1985.

HUMBERT-DROZ, J. Sobre los países de América Latina. In: *VI Congresso de la Internacional Comunista: Informes y discusiones*. Segunda parte. México:Pyp, 1978.

KONDER, L. *A história das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KONDER. L. *A derrota da dialética*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LÊNIN, V. O *desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, *Obras Escolhidas*. Tomo 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

LÊNIN, V. *Últimos escritos e Diário das secretárias*. São Paulo, Sundermann, 2012.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: *Revista Outubro*, n. 1, 1998. p. 73-80.

MACIEL, D. *Sobre Lênin*. In: MACIEL*; MAIA; LEMOS (orgs). RevoluçãoRussa – Processos, personagens e influências*. Pp. 227-266. Goiânia: CEPEC, 2007.

MARTIUS, C. F. P. *Como se deve se escrever a história do Brasil*. In: *MARTIUS, C. O Estado do Direito entre os autóctones do Brasil*, p. 30-55. Editora Itatiaia, 1982.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil* – Origens da Autocracia Burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia Inacabada* – A política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZEO, A. C; LAGOA, M. (orgs) – *CoraçõesVermelhos – Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MAZZEO, A. C. Lenin, e a Internacional Comunista naquestão do Oriente. In: DEL ROIO, Marcos. *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Ícone, 2008. p. 91-112.

MORAES, J. G. V; REGO, J. M. (orgs.).*Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORAES FILHO,E. A proto-história do marxismo no Brasil. In: *História do marxismo no Brasil*. V.1. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

NOVAIS, F. *Aproximações*: Estudos de História e Historiografia. São Paulo: Ed. Cosacnaify, 2005.

PRADO Jr. C. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense. 1969.

PRADO Jr. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO Jr. C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRADO Jr. C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

PEDROSA, M. *Depoimento*. ISTO É, São Paulo, 10 de Outubro de 1979.

PEREIRA, A. *A Formação do PCB: 1922-28*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. 2012.

PEREIRA, A. Silvério, F, pioneiro do marxismo no Brasil. In: *EstudosSociais*, ano 3, nº 12, Rio de Janeiro, 1962.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUARTIM, J. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: *QUARTIM; REIS. História do marxismo no Brasil* – O impacto das revoluções. Vol. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICUPERO, B. (2000), *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo, Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Editora 34/Fapesp, 2000.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

SACCHETTA, H. *Depoimento*. ISTO É, São Paulo, 10 de Outubro de 1979.

SILVA, A. J. *Comunistas e Trotskistas*: A crítica operária a revolução de 1930. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SODRÉ, N. W. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global Editora, 1984.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

TROTSKY, L. *Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

TROTSKY, L. *La teoría de la revolución permanente*. Compilación. 2ª edição. Buenos Aires: CEIP, 2005.

TROTSKY, L. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007a.

TROTSKY, L. *A História da RevoluçãoRussa*. A queda do tsarismo. Tomo 01, parte 01. São Paulo: Sunnderman, 2007b.

TROTSKY, L. *A História da RevoluçãoRussa*. A tentativa da contra-revolução. Tomo 02, parte 02. São Paulo: Sunnderman, 2007c.

TROTSKY, L. *A História da RevoluçãoRussa*. O triunfo dos sovietes. Tomo 02, parte 03. São Paulo: Sunnderman, 2007d.

TROTSKY, L. *O Imperialismo e a crise da economia mundial* – Textos sobre a crise de 1929. São Paulo: Sunnderman, 2008.

TROTSKY, L. *Escritos Latino-americanos*. São Paulo: ISKRA, 2009.

Documentos:

Apelo da Internacional Comunista aos operários e camponeses da América do Sul. http://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/apelo-internacional.htm

Carta de Pero Vaz de Caminha (1500) in: *CORTESÃO, Jaime*. A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil. Lisboa: IN/CM, 1994, p.127-141.

PRADO Jr. C. *Programa da Aliança Nacional Libertadora*. Disponível: <http://www.bn.br/site/pages/visitavirtual/caioprado/PDFs/EscritaEnsaio.pdF>.

PROGRAMA DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA in VI Congresso de la Internacional Comunista. Primeira Parte. México: Pyp, 1977.